



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



EDERSON FERREIRA LOBO

**DINÂMICA ECONÔMICA E REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL NO BAIXO
TOCANTINS: IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS DA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ
EM IGARAPÉ-MIRI-PA**

**BELÉM-PA
2020**

EDERSON FERREIRA LOBO

**DINÂMICA ECONÔMICA E REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL NO BAIXO
TOCANTINS: IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS DA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ
EM IGARAPÉ-MIRI-PA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (PPGEO – IFCH – UFPA) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território.
Linha de pesquisa: Dinâmicas territoriais na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Douglas Brito Amaral.

**BELÉM-PA
2020**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Dinâmica econômica e reestruturação espacial no baixo Tocantins: implicações socioespaciais da cadeia produtiva do açaí em Igarapé-Miri Pa. De autoria do mestrando Ederson Ferreira Lobo, examinado pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Márcio Douglas Brito Amaral.
PPGEO/IFCH/UFPA – (Orientador)

Prof. Dr. Christian Nunes Silva/UFPA (Avaliador interno)
Avaliador I

Prof. Dr. Rogério Rego Miranda/UNIFESSPA (Avaliador externo)
Avaliador II

Para Gelffsson e Edna, meus pais. Pelo cuidado, educação, conselhos, orações e por acreditarem nos meus sonhos. A vocês toda minha gratidão, respeito e amor.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é uma importante medida de caráter do ser humano. A pessoa que expressa esse sentimento demonstra fidelidade, companheirismo e capacidade de reconhecimento de ter sido ajudado. Nada na vida é em vão, por acaso. Tudo tem um propósito e sentido. Por isso, neste momento tão importante da minha vida, quero externar todo meu reconhecimento e gratidão por conseguir concluir esta dissertação e mais uma etapa da minha formação.

Primeiramente agradeço a Deus e a nossa Senhora de Nazaré por concederem a vida, saúde e força de vontade para nunca desistir diante das dificuldades e sempre procurar atingir os objetivos que, em muitas vezes, se mostraram impossíveis. Obrigado meu Deus, obrigado Nossa senhora de Nazaré por me darem muito mais do que preciso e me abençoarem muito mais do que mereço!

À toda minha família, base de tudo e extremamente importante nessa caminhada. Em especial aos meus pais Gelffsson Lobo e Edna Lobo pela educação e exemplo, pelo apoio incondicional e o incentivo nos estudos, mostrando sempre que esse é o melhor caminho para vencer na vida. Aos meus irmãos, Júnior Lobo e Patrícia Lobo pelo companheirismo, amizade e a força nas horas em que precisei. À minha esposa Josiane Moraes e meus filhos Ana Laura Lobo e Thiago Lobo pelo amor, motivação e por entenderem a minha decisão de sair de casa para estudar em outra cidade. A todos, do fundo do meu coração, obrigado!

À Inês e Estevam (in memoriam), Felicidade (in memoriam) e Raimundo, meus avós maternos e paternos. Aos tios, tias e primos, em especial tia Ercília e Enéas, tia Elvira e Carlos, tio Edmir e Socorro, tio Edilardo e Suely, Tio Elzio e Nilma, tia Eliete e, principalmente a tia Eliacir que considero como segunda mãe, pela qual tenho grande carinho e admiração. Vocês ajudaram imensamente nessa caminhada, muitas vezes suprimindo a ausência de meus pais, me dando alimento, abrigo e sempre incentivando em meus estudos. Por isso, à minha base, sou eternamente grato. Muito obrigado!

Aos professores e professoras do Programa de pós-graduação em geografia-PPGEO pelas contribuições teóricas durante o curso, pelas críticas e atenção dispensada quando necessário. Em especial, aos professores e amigos de graduação que admiro muito, Dr. Christian Nunes Silva e Dr. Márcio Douglas B. Amaral (meu orientador), pessoas humildes e muito competentes que nunca mediram esforços para ajudar nesse percurso de minha formação e produção deste trabalho. A vocês, grandes doutores da geografia que tive o prazer de conhecer e conviver na graduação e pós graduação, meu muito obrigado!

Aos meus companheiros e companheiras da turma do PPGeo 2018, pelas discussões teóricas, pela ajuda mútua nos trabalhos, pela amizade que tanto contribuiu para tornar o curso e vivência acadêmica muito mais prazerosa, pelos momentos que tivemos de descontração e que ficarão sempre na lembrança. A vocês, amigos e amigas de curso que o mestrado me deu, muito obrigado!

Aos amigos e amigas Gracileno Pimentel, André Junior, Joandresson Lima, Marcelo (EMATER), Jobert Pantoja, Edson Antunes, Renata Santos, Elísia Santos, Paulo Gato, Danilo Fonseca, Evandro Melo, que foram peças importantes, ajudando, cada um na sua maneira, para a produção desta dissertação. Aos colaboradores ribeirinhos, aos agentes sociais da cadeia produtiva do açaí, aos moradores do condomínio açaí lar, todos que tiraram um pouco do seu tempo para oferecer informações e contribuir para a pesquisa e produção do trabalho. Sem vocês nada disso seria possível. Meu muito obrigado!

Enfim, agradeço por tudo e a todos, pelas bênçãos recebidas, pelos conselhos, pelas críticas construtivas e até mesmo pelas dificuldades que surgiram nessa trajetória, as quais foram necessárias para mudar meu caminho tornando-o bem melhor em diversos aspectos. Os objetivos atingidos ao longo desses dois anos se deram por meio de muita dedicação e empenho. Nada foi fácil ou se deu por acaso. No entanto, a força dispensada por todos foi de extrema importância pois amenizaram as dificuldades, tornando o caminho percorível e a chegada possível. Por isso, a todos, externo meu grande respeito, consideração e, acima de tudo, meu muito obrigado!

E pra que tu foi plantado
E pra que tu foi plantada
Pra invadir a nossa mesa
E abastar a nossa casa...

Teu destino foi traçado
Pelas mãos da mãe do mato
Mãos prendadas de uma deusa
Mãos de toque abençoado...

És a planta que alimenta
A paixão do nosso povo
Macho fêmea das touceiras
Onde Oxóssi faz seu posto...

A mais magra das palmeiras
Mas mulher do sangue grosso
E homem do sangue vasto
Tu te entrega até o caroço...

E tua fruta vai rolando
Para os nossos alguidares
Tu te entrega ao sacrifício
Fruta santa, fruta mártir

Tens o dom de seres muito
Onde muitos não têm nada
Uns te chamam açazeiro
Outros te chamam juçara...

Põe tapioca
Põe farinha d'água
Põe açúcar
Não põe nada

Ou me bebe como um suco
Que eu sou muito mais que um fruto
Sou sabor marajoara
Sou sabor marajoara, sou sabor...

“Sabor açai”. (Nilson Chaves).

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo principal identificar qual o novo papel ou significado de Igarapé-Miri na região do Baixo Tocantins e as implicações socioespaciais decorrentes desse novo significado. Para isso, procura-se mostrar como se deu a formação socioespacial do Baixo Tocantins e, em específico, do município de Igarapé-Miri/PA através de uma periodização, com ênfase na ocupação do espaço e o desenvolvimento de atividades econômicas, desde a sua origem, no século XVIII, até os dias atuais. Partindo dessa proposta inicial, busca-se ao longo do trabalho, evidenciar que esse novo significado econômico assumido pelo município na região, baseado na produção e comercialização do açaí, vem repercutindo quanto a sua centralidade e inserção na economia em diferentes escalas, bem como provocando implicações socioespaciais verificadas na melhoria da qualidade de vida dos diversos agentes sociais que participam da cadeia produtiva e na reestruturação do espaço urbano decorrente da influência de relações sociais inerentes a esse novo significado. Para se chegar aos resultados, buscou-se utilizar como caminho, em um primeiro momento, a revisão teórico-conceitual baseada em autores que utilizaram o materialismo histórico dialético marxista de interpretação da realidade para a discussão a respeito do espaço geográfico e a formação socioespacial. Para outras etapas, utilizou-se métodos baseados em pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, entrevistas, levantamento fotográfico e utilização de software que auxiliou na produção de mapas temáticos sobre recortes espaciais referentes às áreas de estudo.

Palavras-chave: Dinâmica econômica. Reestruturação espacial. Formação Socioespacial. Cadeia produtiva do açaí; Circuito espacial do açaí.

ABSTRACT

This master's thesis has as main objective to identify which is the new role or meaning of Igarapé-Miri in the region of Baixo Tocantins and the socio-spatial implications resulting from this new meaning. To this end, we seek to show how the socio-spatial formation of Baixo Tocantins and, in particular, the municipality of Igarapé-Miri / PA took place through a periodization, with an emphasis on the occupation of space and the development of economic activities, since its origin, in the 18th century, to the present day. Based on this initial proposal, it is sought throughout the work, to show that this new economic meaning assumed by the municipality in the region, based on the production and commercialization of açaí, has had repercussions regarding its centrality and insertion in the economy at different scales, as well as provoking socio-spatial implications verified in the improvement of the quality of life of the diverse social agents that participate in the productive chain and in the restructuring of the urban space due to the influence of social relations inherent to this new meaning. In order to arrive at the results, we tried to use the theoretical-conceptual review based on authors who used the Marxist dialectical historical materialism to interpret reality for the discussion of geographic space and socio-spatial formation as a path. For other stages, methods based on bibliographic research, field research, interviews, photographic survey and use of software that helped in the production of thematic maps on spatial cutouts referring to the study areas were used.

Keywords: Economic dynamics. Spatial restructuring. Socio-spatial formation. Açaí production chain; Açaí space circuit.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Região do baixo Tocantins.....	20
Figura 02 – Localização do baixo Tocantins.....	40
Figura 03 – Borqueio do mapará no rio Tocantins.....	44
Figura 04 – Rodovias que margeiam o rio Tocantins, PA 151 e BR 422 (Transcametá).	46
Figura 05 – Localização de Igarapé-Miri no baixo Tocantins.....	48
Figura 06 – Sesmaria entre o rio Santo Antônio e o igarapé Cataiandeuá.....	50
Figura 07 – Largo de Sant’Ana nos primeiros tempos de ocupação do espaço.....	52
Figura 08 – Largo de Santana em Igarapé-Miri em tempo de festividade.....	53
Figura 09 – Vista aérea atual do largo de Sant’Ana.....	54
Figura 10 – Projeto de escavação do canal de ligação dos rios Igarapé-Miri e Moju.....	58
Figura 11 – Canal de navegação entre o rio Igarapé-Miri e Moju.....	59
Figura 12 – Engenhos de cachaça ao longo da rede hidrográfica nos municípios de Igarapé-Miri e Abaetetuba.....	62
Figura 13 – Engenho de cana de açúcar em Igarapé-Miri.....	65
Figura 14 – Serraria a beira do rio Igarapé-Miri.....	67
Figura 15 – Agroindústrias de açaí na sede do município de Igarapé-Miri.....	75
Figura 16 – Agroindústrias de polpa de açaí na zona rural.....	76
Figura 17 – Representação gráfica do Circuito Espacial da Produção.....	87
Figura 18 – Açaizal em terreno de várzea na localidade Catimbaua	89
Figura 19 – Município de Igarapé-Miri e seus distritos.....	91
Figura 20 – Valor da produção agrícola e principais produtos nas cinco grandes regiões brasileiras	93
Figura 21 – Mapa de localização dos principais rios de circulação do açaí para a cidade de Igarapé-Miri.....	96
Figura 22 – Ramal do Paciência, vicinal que interliga o Rio Meruú a sede do município via PA-151.....	98

Figura 23 – Localização dos portos para desembarque do açaí na cidade de Igarapé-Miri.....	99
Figura 24 – Desembarque e embarque do açaí em porto de Igarapé-Miri.....	100
Figura 25 – Mapa de fluxo do açaí no sentido distritos produtores - sede do município.....	101
Figura 26 – Batedor de açaí na cidade de Igarapé- Miri.....	103
Figura 27 – Vinho de açaí, farinha, peixe frito e camarão.....	104
Figura 28 – Açaizal em terra firme.....	106
Figura 29 – Técnicas de irrigação no cultivo do açaí.....	106
Figura 30 – Agroindústria Nutrilatino.....	108
Figura 31 – Agroindústria Bony Açaí.....	108
Figura 32 – Plataforma de recepção das basquetas com açaí.....	109
Figura 33 – Máquinas de despulpamento do açaí.....	110
Figura 34 – Equipamento de pasteurização da polpa de açaí.....	111
Figura 35 – Máquina de embalagem de polpa	112
Figura 36 – Câmara de resfriamento do açaí.....	112
Figura 37 – Fluxograma do processo agroindustrial de produção da polpa do açaí.....	113
Figura 38 – Principais destinos do açaí produzido em Igarapé-Miri.....	115
Figura 39 – Casa de um produtor na localidade Catimbaua.....	123
Figura 40 – Escola de ensino fundamental Nossa senhora do Carmo.....	124
Figura 41 – Peconheiro coletando cacho.....	126
Figura 42 – Debulha do açaí.....	127
Figura 43 - Transporte do açaí pelo igarapé.....	128
Figura 44 – Embarque do açaí rumo a cidade.....	128
Figura 45 – Mantimentos do peconheiro para sua permanência durante o trabalho no açaizal.....	130
Figura 46 – Carregadores de açaí em porto de Igarapé-Miri.....	134
Figura 47 – Batedeiras de açaí na Generalíssimo Deodoro.....	138

Figura 48 – Orla da cidade de Igarapé-Miri.....	144
Figura 49 – Ponte de concreto sobre o rio Igarapé-Miri.....	145
Figura 50 – Rampa porto do açaí na orla	146
Figura 51 – Balsa-porto do açaí na orla.....	147
Figura 52 – Recorte da paisagem da orla e os prédios construídos por famílias oriundas da zona rural.....	148
Figura 53 – Margem aérea da praça Padre Henrique no formato de cacho de açaí.....	149
Figura 54 – Travessa Coronel Vitório, centro comercial de Igarapé-Miri.....	151
Figura 55 – Rua Sete de Setembro, centro comercial de Igarapé-Miri.....	153
Figura 56 – Agroindústrias de açaí e o condomínio açaí lar ao longo da PA 151.....	154

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Principais períodos e atividades econômicas.....	56
Tabela 02 – Engenhos, donos e rios em que se localizam.....	62
Tabela 03 – Valor da produção agrícola no Brasil, região norte, Pará e em Igarapé-Miri.....	72
Tabela 04 – Produção anual das agroindústrias de açaí que atuam em Igarapé-Miri.....	73
Tabela 05 – Distribuição por bairros e vilas do número de bateadeiras de açaí e de trabalhadores empregados na sede e vilas do município.....	78
Tabela 06 – Fatores da formação socioespacial de Igarapé-Miri em diferentes contextos.....	79
Tabela 07 – Distritos mais populosos do município de Igarapé-Miri.....	90
Tabela 08 – Principais atividades do setor primário e volume de produção do município de Igarapé-Miri no ano de 2019.....	94
Tabela 09 – Principais atividades econômicas no município de Igarapé-Miri.....	94
Tabela 10 – Estradas vicinais do município de Igarapé-Miri.....	97
Tabela 11 – Propriedades nutricionais do açaí.....	102
Tabela 12 – Condições socioeconômicas dos produtores da localidade Catimbaua.....	122
Tabela 13 – Nível de escolaridade dos produtores entrevistados na localidade Catimbaua.....	123
Tabela 14 – Etapas do trabalho dos peconheiros nos açaizais.....	129
Tabela 15 – Condições socioeconômicas dos peconheiros da localidade Catimbaua.....	131
Tabela 16 – Nível de escolaridade dos peconheiros da localidade Catimbaua.....	132
Tabela 17 – Nível de escolaridade dos carregadores/cidade.....	135
Tabela 18 – Origem e motivos da ida de moradores para o condomínio Açaí lar.....	155

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – O ESPAÇO GEOGRÁFICO: PRODUÇÃO E REESTRUTURAÇÃO NA DINÂMICA TERRITORIAL AMAZÔNICA PÓS 1960	24
1.1 O ESPAÇO COMO INSTÂNCIA DA SOCIEDADE E O PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL NA AMAZÔNIA.....	25
1.2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA DISCUSSÃO DO PROCESSO NA ESCALA REGIONAL E LOCAL AMAZÔNICA	31
CAPÍTULO 2 – BAIXO TOCANTINS: FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E O NOVO SIGNIFICADO DE IGARAPÉ-MIRI NA REDE URBANA	37
2.1 BAIXO-TOCANTINS: FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E URBANIZAÇÃO.....	37
2.2 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E O ATUAL SIGNIFICADO OU PAPEL ECONÔMICO DE IGARAPÉ-MIRI NA REGIÃO DO BAIXO-TOCANTINS.....	47
2.2.1 A ocupação portuguesa e as origens do município	49
2.2.2 A ação da igreja católica e sua influência na formação socioespacial	51
2.2.3 As atividades econômicas como elementos da formação socioespacial de Igarapé-Miri	55
2.2.4 O período econômico do açaí e o novo significado de Igarapé-Miri no Baixo Tocantins.	68
CAPÍTULO 3 – O CIRCUITO ESPACIAL DO AÇAÍ NO CONTEXTO DA AMPLIAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO PRODUTO EM IGARAPÉ MIRÍ.....	81
3.1 CENTRO E CENTRALIDADE: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA PARA O ESTUDO DA DINÂMICA URBANA BRASILEIRA.....	81
3.2 AÇAÍ EM FLUXO: SENTIDO ZONA RURAL (ÁREAS DE EXTRAÇÃO) - CIDADE	87
3.3 AÇAÍ EM FLUXO: SENTIDO LOCAL (CIDADE) - REGIONAL-NACIONAL-GLOBAL.....	101
CAPÍTULO 4 – AS IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS DA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ EM IGARAPÉ-MIRI.....	116
4.1 AS IMPLICAÇÕES SOCIAIS DA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ EM IGARAPÉ-MIRI: UM ESTUDO DE CASO BASEADO NA REALIDADE DOS AGENTES SOCIAIS DA LOCALIDADE DO CATIMBAUA E DA SEDE DO MUNICÍPIO.....	116
4.1.1 Os Produtores	118

4.1.2 Os peconheiros	125
4.1.3 - Os carregadores.....	133
4.1.4 Os atravessadores	135
4.1.5 Os batedores autônomos	137
4.2 AS IMPLICAÇÕES ESPACIAIS DA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ NA CIDADE DE IGARAPÉ-MIRI	142
4.2.1 As implicações espaciais na orla da cidade de Igarapé-Miri.....	143
4.2.2 As implicações espaciais no centro comercial de Igarapé-Miri.....	150
4.2.3 As implicações espaciais nas áreas de expansão urbana de Igarapé-Miri	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
REFERÊNCIAS.....	165

INTRODUÇÃO

Residir em uma cidade às margens de um rio na região do baixo Tocantins amazônico, desde a década de 1980, é ter a experiência e a oportunidade de fazer parte e, ao mesmo tempo, obter conhecimentos a respeito de processos que tiveram influência ou implicaram em consideráveis transformações socioespaciais nessa parte do espaço brasileiro. É comum quando se estabelece o convívio, as relações de pertencimento e afetividade com o local que muitas vezes se tenha a falsa sensação de possuir o pleno conhecimento a respeito do espaço em que vivemos, desconsiderando processos desencadeados e motivados por interesses distantes e que tiveram importância na constituição, organização e conformação desse espaço.

No entanto, a residência, por si só, não é suficiente e capaz de proporcionar o pleno conhecimento e entendimento sobre a atual conjuntura, organização social e configuração espacial que caracteriza e dá aspecto peculiar a esse espaço, uma vez que o mesmo é produto histórico de ações sociais que nem sempre atendem e são executadas por interesses endógenos, mas que também, de forma bastante considerável, é resultado daquilo que Harvey (2013) chama de financeirização da economia global, com a busca constante do capital pela sua ampliação, gerando assimetrias espaciais em diversos cantos do globo terrestre, a exemplo do que ocorre nas sub-regiões amazônicas, onde existem espaços que se diferenciam do ponto de vista da formação socioespacial e quanto ao enquadramento na nova dinâmica de acumulação do capital global, assumindo funções e significados diferenciados na divisão territorial do trabalho e rede urbana regional.

Nahum e Ferreira (2015) reforçam esse posicionamento quando falam sobre gênero de vida e deixam claro a ideia de que o indivíduo não conhece plenamente seu lugar, pois tal conhecimento depende bastante do entendimento a respeito de ações, processos e acontecimentos que são motivados e originados externamente, em escalas espaciais mais amplas, globais que acabam por influenciar e determinar comportamentos e a organização social desse lugar. Assim, por mais que se viva e se desenvolva relações sociais solidárias e de pertencimento no cotidiano do local, que expressem um gênero de vida peculiar, provavelmente o indivíduo não terá o pleno conhecimento sobre o mesmo, haja vista que isso requer, no mínimo, que se tenha uma visão ampliada da realidade, que proporcione entender o espaço como produto de ações e processos exógenos, que expressam uma noção de totalidade e também condição e meio de reprodução social.

Benko (2001) ajuda a compreender a necessidade supracitada como um meio para o entendimento do local quando se refere ao deslizamento de escalas, um processo em que se verifica os espaços clássicos se “deslocando” para cima e para baixo, determinando mudanças em outras escalas espaciais. Isso é notório e exposto pelo processo de mundialização da economia ou globalização, facilitada pelo desenvolvimento e expansão das políticas neoliberais e a revolução nos meios de transportes e comunicação que vem contribuindo para o intercâmbio entre pessoas e espaços do mundo inteiro e, ao mesmo tempo, gerando profundas implicações socioespaciais que refletem interesses e vontades externas ao lugar.

As assimetrias espaciais geradas em decorrência da nova lógica do capital, enfatizada anteriormente por Harvey (2013), se expressam também na região do baixo Tocantins¹ na Amazônia, onde alguns municípios assumem significados e estabelecem funções diferenciadas na divisão territorial do trabalho, estabelecendo relações com o seu entorno, expressando variadas centralidades e se enquadrando, em maior ou menor grau, na economia mundo. É o caso do município de Igarapé-Miri, que de acordo com números do IBGE (2017), é o maior produtor e exportador de açaí do Brasil, desempenhando centralidade em relação aos espaços vizinhos e se enquadrando na dinâmica de mercado global via economia do açaí.

Diante desse novo contexto em que se evidenciam na Amazônia assimetrias e diferenciações espaciais provocadas tanto pelos processos endógenos relacionados às ações locais que motivaram a formação socioespacial dos municípios, como por processos exógenos, marcados por ações e interesses externos que caracterizam a nova fase de expansão capitalista marcada pela globalização, surgiram alguns questionamentos que motivaram e orientaram a produção desta dissertação.

A questão central que motivou este trabalho foi: de que forma o município de Igarapé-Miri se insere e está inserido na divisão territorial do trabalho da região do baixo Tocantins? Essa questão, por sua vez, levou a formulação de outras questões secundárias ou específicas, que nortearam e contribuíram para o entendimento da questão central, como: 1- Qual a situação atual ou o novo significado de Igarapé-Miri na rede urbana do baixo Tocantins? 2- A cidade de Igarapé-Miri exerce interação que expresse centralidade econômica com seu entorno, representado pelas localidades da zona rural e espaços de escalas mais amplas? 3- Quais as implicações socioespaciais decorrentes do novo significado de Igarapé-Miri na zona de integração do baixo Tocantins como maior produtor e exportador de açaí.

¹ O Baixo Tocantins segundo Edir Pereira (2014) é uma configuração territorial da Amazônia brasileira, que compreende atualmente os territórios constituídos em torno do eixo de circulação do rio Tocantins, abaixo da Usina Hidrelétrica instalada em Tucuruí, no nordeste do Estado do Pará, abrangendo municípios como Baião, Cametá, Mocajuba, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Abaetetuba e Barcarena.

As questões mencionadas direcionaram ao levantamento de algumas hipóteses que nortearam a busca das respostas que foram obtidas ao longo da pesquisa. Primeiramente a confirmação de que Igarapé-Miri se insere e está inserida na rede urbana do baixo Tocantins exercendo um papel importante na economia local, regional e global como grande produtor e exportador de açaí, justificando assim a representação criada e dada a cidade de “A capital mundial do açaí”.

Outra hipótese levantada e confirmada foi a de que a cidade, assim como em tempos pretéritos, desempenha influência econômica e exerce interações com seu entorno, agora, via economia do açaí, fato relacionado à prática econômica e cultural local representada pela agricultura familiar e que expressa horizontalidades. Por outro lado, é inserida no contexto do capitalismo globalizado, atendendo a demanda de mercados mundiais hegemônicos como fornecedora de açaí, expressando, desta forma, verticalidades, confirmando assim a hipótese de que a cidade estabelece relações com seu entorno e outros espaços de escalas mais amplas, expressando centralidades.

Por fim, a pesquisa respondeu a terceira questão específica levantada e confirmou a hipótese inicial de que o novo significado econômico de Igarapé-Miri, baseado no desenvolvimento da cadeia produtiva do açaí, tem repercutido de forma positiva e gerado benefícios econômicos que se traduzem na melhoria das condições de vida dos diversos agentes sociais que nela estão inseridos, bem como permitiu a comprovação de que esse novo perfil econômico, baseado na produção e comercialização do açaí, tem contribuído para uma significativa (re)estruturação espacial da cidade.

As respostas obtidas que responderam as questões e confirmaram as hipóteses levantadas contribuiriam para se atingir os objetivos propostos que são de suma importância quando se refere ao exercício de reflexão sobre a dinâmica econômica do baixo Tocantins e a centralidade exercida por de Igarapé-Miri nessa parte da Amazônia. Como objetivo principal, buscou-se proporcionar a comunidade em geral o entendimento a respeito da base econômica do município de Igarapé-Miri ao longo do tempo com o propósito de evidenciar o atual significado e a forma como o mesmo se insere na divisão territorial do trabalho do baixo Tocantins no contexto de ampliação da produção e exportação do açaí.

A partir do objetivo geral surgiram outros específicos que complementaram e contribuiriam para o entendimento a respeito da questão central do trabalho: primeiro, buscou-se chegar ao conhecimento a respeito do verdadeiro significado de Igarapé-Miri no baixo Tocantins através de uma periodização e a utilização de base teórica sustentada no conceito de formação socioespacial, com ênfase na identificação dos principais elementos ou fatores

responsáveis pela formação e a (re)estruturação dessa sub-região e, em especial, do município em questão. Em seguida, buscou-se mostrar que a cidade de Igarapé-Miri exerce uma centralidade que se expressa pela relação e interação com seu entorno imediato e outros espaços em escalas mais amplas, via economia do açaí; e por fim, procurou-se mostrar que o atual significado de Igarapé-Miri no baixo Tocantins, baseado no desenvolvimento e ampliação da cadeia produtiva do açaí, tem repercutido de forma positiva nas condições de vida daqueles que estão inseridos na produção, extração, circulação, beneficiamento e comercialização do açaí, bem como contribuído para o processo de (re)estruturação espacial verificado principalmente na sede do município.

O trabalho e seus resultados são de suma importância, tanto na esfera do pensamento geográfico como histórico, pois ajuda a compreender, através de uma periodização, que vai do início do século XVIII até os dias atuais (com foco principal o marco temporal dos anos 2000 até 2019), como se deu a formação socioespacial do município de Igarapé-Miri e a identificação de sua base e significado econômico no passado e presente, bem como evidencia que o atual significado vem gerando significativas mudanças sociais (representadas pela melhoria da qualidade de vida das pessoas) e espaciais (representadas pelas mudanças na configuração das paisagens) na dimensão empírica estudada.

Outra contribuição importante é que o mesmo proporciona o entendimento do baixo Tocantins como espaço relacional a partir da compreensão de que a dinâmica territorial dessa parte da Amazônia é marcada pela coexistência (mas não eliminação) de elementos culturais e formas relacionadas ao lugar e a região (como a prática da agricultura familiar, por exemplo), e ao mesmo tempo, de elementos e formas relacionados ao contexto da mundialização do capital (como as formas criadas para transformar os produtos da agricultura, representadas pelas plantas agroindustriais), que contribuem para a conformação de espaços e realidades socioespaciais diferenciadas dentro da mesma região.

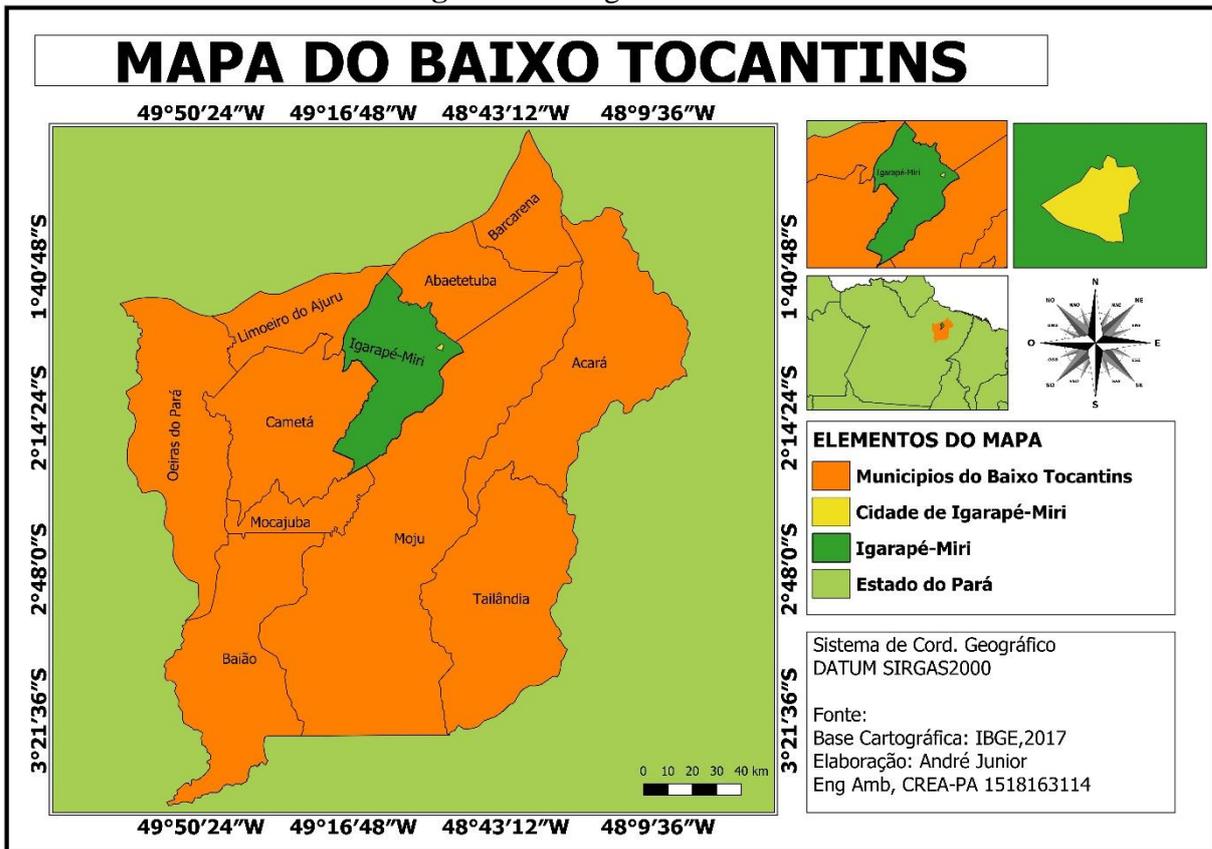
Por fim, a pesquisa e seus resultados se mostram relevantes no sentido de proporcionar o conhecimento sobre os processos que fazem parte do circuito espacial da produção do açaí (produção, extração, circulação, beneficiamento e comercialização), bem como para despertar a consciência a respeito da importância da agricultura familiar e da criação de técnicas de manejo que proporcionem a manutenção e sustentabilidade da produção do açaí na várzea, prática comprovadamente essencial para o sustento e melhoria das condições de vida de muitos que estão inseridos na cadeia produtiva. Por outro lado, a influência da ampliação da produção, da circulação e comercialização do açaí ajudam a entender sobre a atual configuração das paisagens rurais e, principalmente da cidade, marcadas por formas e

símbolos que se relacionam ao atual significado assumido pelo município, a exemplo da praça Padre Henrique na orla da cidade, construída com o formato que se assemelha a um cacho de açaí.

Quando se empenha em fazer uma análise e entender algum fenômeno ou realidade e parte-se para descobertas a partir do exercício da pesquisa, torna-se necessário e fundamental delinear um “norte”, uma direção ou “caminho” a ser percorrido para atingir o objetivo geral e, assim, obter as respostas e reflexões necessárias à respeito do que se propôs analisar. Desta forma, entende-se que o “caminho” ou o “como fazer” para garantir o produto satisfatório é de grande importância, pois quanto mais bem definido e planejado for o método de investigação, maiores serão as chances de se ter bons resultados naquilo que se propôs investigar.

Desta forma, os caminhos ou métodos utilizados para atingir os objetivos do trabalho e as metas pré-estabelecidas, foram os seguintes: a princípio, procurou-se delimitar a área a ser estudada no intuito de proporcionar condições e acessibilidade no exercício da pesquisa, em termos de coleta de informações teóricas, trabalho de campo, aquisição de material fotográfico e realização de entrevistas. Assim, a dimensão empírica delimitada para a pesquisa foi a região do baixo Tocantins com foco principal no município de Igarapé-Miri e sua sede, conforme mostrado no mapa da figura 01 a seguir.

Figura 01 – Região do baixo Tocantins



Fonte: projeto cartográfico Ederson Lobo, execução André Junior (2020).

Para o primeiro capítulo foi realizada uma revisão teórico-conceitual sobre dois temas ou teorias que se constituem em base da pesquisa: o espaço como instância da sociedade e a formação socioespacial, adotando como referências parte do trabalho de autores como Milton Santos e David Harvey. A ideia de espaço social desenvolvida por Milton Santos norteou e proporcionou o entendimento a respeito da categoria base do trabalho, o espaço geográfico, como algo dinâmico e passível de transformações que se constituem em produto e produtor de novas relações sociais que nele se desenvolvem. Já a ideia de produção capitalista do espaço desenvolvida por Harvey proporcionou o entendimento do espaço como meio e base de reprodução do modo de produção dominante, o capitalismo.

O segundo capítulo foi produzido a partir de pesquisa bibliográfica junto a trabalhos acadêmicos como TCCs, dissertações de mestrado e teses de doutorado (a exemplo do trabalho de conclusão de curso intitulado “Formação socioespacial do município de Igarapé-Miri-Pa e sua periodização, de Gracileno Pimentel), bem como em livros de autores que escreveram sobre a história de Igarapé-Miri (a exemplo do livro “Caminho de canoa pequena” de Eládio Lobato), coleta de informações em sites oficiais do governo, como do IBGE, além de relatos de pessoas que vivem nesse recorte empírico.

As fontes utilizadas nessa fase permitiram a obtenção de conhecimento sobre o processo de formação territorial do baixo Tocantins e de Igarapé-Miri, com ênfase a formação socioespacial deste município através de uma periodização que levou a identificação dos fatores que contribuíram para a sua formação ao longo do tempo. A aquisição de informações seguindo uma periodização proporcionou revelar a base econômica pretérita e atual, bem como o verdadeiro significado ou situação de Igarapé-Miri na divisão territorial do trabalho da região do baixo Tocantins.

O terceiro capítulo, que procura demonstrar o grau de influência ou centralidade da cidade de Igarapé-Miri por meio da análise do circuito espacial do açaí, foi produzido com base em pesquisa bibliográfica (capaz de elucidar a diferença entre os termos centro e centralidade) e documental (como o feito em documentos da EMATER e sobre o Plano local de habitação de interesse social do município de Igarapé-Miri, PLHIS-2009), trabalho de campo com levantamento fotográfico e observação presencial dos processos de produção, extração, circulação e comercialização do açaí, além de acompanhamento e entrevistas com pessoas envolvidas nesses processos (entre eles, batedores, atravessadores, funcionários de agroindústrias, carregadores) que deram informações bastante significativas para a exposição dos resultados neste capítulo, evidenciando a influência e a participação dessa cidade na economia em diferentes escalas.

A escolha das pessoas que se submeteram as entrevistas para a produção dessa etapa se baseou em dois motivos principais: o fato de o autor deste trabalho ter uma relação social próxima com vários agentes dos diferentes grupos, fato que facilitou para aquisição de informações, diante da acessibilidade das fontes. Outro motivo para a escolha foi o fato de os mesmos terem grande conhecimento sobre o assunto pesquisado devido estarem diretamente envolvidos, exercendo papéis diferenciados e importantes dentro da cadeia produtiva e circuito espacial do açaí, a exemplo dos batedores e atravessadores que foram escolhidos por terem grande importância em suas funções na cidade. A coleta e obtenção dos dados nessa etapa foi satisfatória e atingiu o objetivo ao proporcionar a noção de como a cidade de Igarapé-Miri estabelece relações se inserindo na economia regional e, ao mesmo tempo, sendo inserida em uma dinâmica econômica mais ampla, vinculada a totalidade.

O quarto e último capítulo, que mostra as implicações socioespaciais decorrentes do novo significado de Igarapé-Miri na divisão territorial do trabalho, foi produzido com base em pesquisa de campo, tanto na zona rural como na cidade, onde foram realizadas entrevistas abertas com vários agentes sociais envolvidos na cadeia produtiva, como os produtores, peconheiros, carregadores, batedores, entre outros, por meio de questionários que serviram

para se chegar a noção da melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, em função do envolvimento no processo de produção e comercialização, e para o conhecimento a respeito das implicações espaciais ocorridas na cidade. Nessa etapa, assim como nas outras, o registro fotográfico dos aspectos da paisagem foi de grande importância pois revela as formas espaciais que expressam a reestruturação e uma nova dinâmica espacial em diferentes pontos ou áreas da cidade, produto das relações sociais estabelecidas em função do novo significado de Igarapé-Miri como maior produtor e exportador de açaí.

De posse das informações e dados necessários para a sistematização, produção e organização do texto, foi feito um trabalho cartográfico com a coleta de dados/pontos com uso de GPS e elaboração de mapas temáticos, utilizando softwares como QGIS e ArcGIS, referentes a localização da área de estudo e aos circuitos de produção e comercialização do açaí de Igarapé-Miri. É importante também deixar claro que a pesquisa foi realizada com base em métodos qualitativos, não havendo preocupação em selecionar os entrevistados com base em critérios quantitativos ou estatísticos. A escolha das fontes se deu em função da relevância desses agentes para sua área de atuação. Por exemplo, no quarto capítulo quando foram analisados os batedores de açaí que atuam na cidade, procurou-se obter informações a respeito dos batedores mais tradicionais e que tem grande volume de produção diária em bairros mais importantes e populosos da cidade.

Seguindo a ordem dos objetivos propostos no projeto de pesquisa, buscou-se estruturar a dissertação de uma forma em que se realize e desenvolva a leitura percorrendo quatro momentos ou capítulos no texto, além, claro, desta introdução e das considerações finais. Assim, no primeiro capítulo intitulado “O espaço geográfico: produção e reestruturação na dinâmica territorial amazônica pós 1960”, foram feitas algumas considerações sobre dois temas ou teorias que se constituem em base teórica instrumental da pesquisa: o espaço como instância da sociedade e a formação socioespacial. Nele, busca-se mostrar que a intenção da ação social sobre o espaço se constitui em elemento fundamental para a garantia de reprodução de novas configurações espaciais que, por sua vez, garantem novas relações sociais e seus desdobramentos de intenções, como a manutenção e reprodução do capital.

No segundo capítulo intitulado “Baixo Tocantins: formação socioespacial e o novo significado de Igarapé-Miri na rede urbana” discorre-se sobre o processo de formação socioespacial do Baixo Tocantins, com ênfase na formação de Igarapé-Miri, através de uma periodização e a identificação dos principais fatores que contribuíram para o desenvolvimento da base econômica e a (re)estruturação espacial do município ao longo do tempo. O objetivo

maior nessa parte do texto é deixar explícito o novo significado ou função econômica assumida por Igarapé-Miri dentro da zona de integração do Baixo Tocantins.

O terceiro capítulo, denominado “O circuito espacial do açaí no contexto da ampliação da produção e comercialização do produto em Igarapé Miri”, faz uma análise do circuito espacial do açaí com o propósito de mostrar que a cidade exerce centralidade que se expressa pela relação e interação com seu entorno imediato (representado pela zona rural e áreas produtoras) e com outros espaços em escalas mais amplas (representados por cidades da região amazônica, regiões brasileiras e alguns países do mundo), via economia do açaí, evidenciando a importância e participação dessa cidade na economia em diferentes escalas, justificando o novo significado assumido pelo município.

O quarto e último capítulo, “As implicações socioespaciais da cadeia produtiva do açaí em Igarapé-Miri”, foi destinado para a exposição das principais implicações socioespaciais decorrentes do novo significado assumido pelo município na região do baixo Tocantins, como grande produtor e exportador de açaí. Está dividido em duas partes, onde na primeira discorre-se sobre as implicações da cadeia produtiva do açaí na qualidade de vida de diferentes agentes sociais envolvidos no processo de produção, extração, circulação, beneficiamento e comercialização do açaí, e na segunda, sobre os impactos que a cadeia produtiva do açaí provocou e vem provocando na configuração das paisagens da sede do município.

CAPÍTULO I – O ESPAÇO GEOGRÁFICO: PRODUÇÃO E REESTRUTURAÇÃO NA DINÂMICA TERRITORIAL AMAZÔNICA PÓS 1960

Quando se fala a respeito da categoria base da ciência geográfica, o espaço, é preciso buscar o fundamento que o torna original. Assim, torna-se necessário recorrer à literatura que desconstrói a imagem de espaço como sendo, apenas, receptáculo das ações humanas, “palco” em que se desenvolve a trama do mundo. A crítica de Lefebvre (1974) à concepção clássica de espaço (o espaço mental, o espaço absoluto, o espaço euclidiano, o espaço substrato, etc.) parte do fato de que se trata de um saber ideológico. Pensar que o espaço é um dado objetivo, completamente inteligível, transparente, neutro e, por conseguinte definitivo, é uma forma de ocultar a imposição de determinadas relações de poder existentes nas relações sociais que compõem este mesmo espaço. Tornava-se necessário introduzir a noção de espaço social para contrapor-se a estas ideologias.

O que era inicialmente tido como um produto do trabalho humano passa a agir, de acordo com novas leituras, na sua reprodução. De receptáculo, passa a elemento regulador e produtor ele mesmo. A produção do espaço serve à reprodução das relações sociais através da cotidianidade. Desta forma, inserimos a análise do conceito de produção do espaço em sua formação histórica geográfica específica, o capitalismo.

Pode-se dizer de outros momentos da história, que o homem altera o meio através da atividade que cria seu espaço em proporções sempre constantes. Mas no capitalismo ele produz o espaço com fins de acumulação, gerando uma reprodução gradualmente ampliada deste modo de vida. Tal produção procede à imposição de um espaço geométrico, abstrato que leva a mudanças na percepção e comportamento humanos. No capitalismo globalizado nos aparece como produção de uma totalidade, que leva à universalização das técnicas e tecnologias (LEFEBVRE, 1974). Isto modifica a forma como devemos pensar elementos socioespaciais como a urbanização contemporânea, a concentração, a organização e distribuição dos homens e das coisas no mundo e, sobretudo, as desigualdades que daí surge.

Neste capítulo busca-se mostrar o entendimento do espaço geográfico, sua produção e reestruturação na concepção de alguns autores que se destacaram dentro da linha metodológica marxista baseada no materialismo histórico dialético, fazendo um paralelo com a dinâmica espacial na Amazônia a partir do contexto da integração nacional pós-1960 aos dias atuais. Esses autores entendem o espaço diferente daquilo que entendiam os autores clássicos. Vão além, e introduzem a intenção da ação social sobre o espaço como elemento fundamental para a garantia de reprodução de novas configurações espaciais que, por sua vez,

garantem novas relações sociais e seus desdobramentos de intenções, como a manutenção e reprodução do capital.

1.1 O ESPAÇO COMO INSTÂNCIA DA SOCIEDADE E O PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL NA AMAZÔNIA

Um conceito bastante presente na geografia em geral, o espaço geográfico apresenta definição bastante complexa e abrangente. Mas aqui trabalhamos com a ideia de que o mesmo deve ser associado a um “produto da sociedade” (SANTOS, 1999). Mas é um produto que, ao mesmo tempo, intervém na reprodução desta sociedade, organizando o trabalho produtivo, as redes de distribuição, os fluxos de circulação, os lócus de consumo e de produção, etc. Este produto é também, dialeticamente, produtor.

A concepção geográfica de espaço que predominou de 1870 a meados de 1950, embora este ainda não fosse considerado como objeto de estudo, foi a introduzida por Ratzel para o qual a concepção de “espaço vital” se confundia com a de território na medida em que era atrelado a ele uma relação de poder. Já o francês Paul Vidal de La Blache, que defendia a prática de uma geografia regional e crítica em relação ao determinismo defendido por Ratzel, dizia que seria impossível, ao menos naquele momento, alcançar visões totalizantes para a realidade espacial, de forma que os conhecimentos e os conceitos só deveriam ser aplicados em realidades específicas.

Na década de 1970 surgiu uma nova concepção atrelada à geografia crítica, que tem como base os pensamentos marxistas e para a qual o espaço é definido como o lócus da reprodução das relações sociais de produção (SANTOS, 1978). Aqui, entende-se que espaço e sociedade estão intimamente ligados. Alguns autores, apoiados nessa concepção e no método dialético, deram sua contribuição na definição da categoria objeto da geografia, mostrando o espaço como instância da sociedade e reflexo de sua complexa dinâmica.

Entre esses autores destacou-se aqui, como base de apoio teórico para a compreensão analítica da presente dissertação, parte do trabalho intelectual de David Harvey e Milton Santos a respeito da definição e entendimento do espaço geográfico. Os dois autores possuem vasta obra dedicada à geografia, sustentada pelo método de interpretação materialista histórico-dialético de Marx e Engels que permitiu a produção de um pensamento crítico e engajado na transformação.

Suas principais contribuições teóricas ao campo da geografia dizem respeito à tentativa de integração dialética entre a análise das estruturas e processos espaciais aos processos e relações sociais, alimentada pela perspectiva da transformação social radical.

Desta forma, é comum nos autores associar as estruturas e configurações espaciais a processos da dinâmica social como a expansão e reprodução do modo de produção capitalista.

Um exemplo concreto desse processo de expansão e reprodução capitalista pode ser verificado na Amazônia a partir da segunda metade do século XX, momento em que a mesma foi incorporada ao sistema capitalista. A partir da década de 1960, essa região foi alvo de ações e políticas orientadas e incentivadas pelo governo federal no intuito de promover a ocupação e exploração, conectando-a com outros espaços e ao capitalismo mundial. Segundo Becker (1990), nessa nova fase, a região foi intensamente incorporada a novos sistemas econômicos, servindo como grande fonte de matérias prima se consolidando como fronteira econômica de ação do capital de controle político do Estado no processo de ordenamento do território brasileiro efetivamente desde a segunda metade do século XX. Desta forma, a região passou a ser vista como um espaço em estruturação para onde as relações capitalistas de produção se expandem e se consolidam, alterando a configuração socioespacial anterior.

Para viabilizar e facilitar a ação dos novos agentes capitalistas que passaram a se estabelecer na Amazônia e tornar a região novamente viável era necessário estabelecer a intervenção no espaço, visando criar as condições de implantação de infraestrutura necessária à reprodução do capital. Tal intervenção se deu na época da ditadura militar, quando o Estado produziu uma grande infraestrutura capaz de dar suporte para as grandes empresas nacionais e estrangeiras que se dirigiram para a região, como estradas, portos, ferrovias, rede de telecomunicações etc. Tais ações repercutiram e implicaram em uma nova estruturação da malha urbana, com o surgimento de novas cidades com estruturas e funções diferenciadas em relação às cidades tradicionais (BECKER, 1990).

Observa-se que no período exposto a região amazônica se constituiu em espaço onde se deram ações e eventos motivados por interesses predominantemente externos, em que, com a intervenção estatal o espaço foi equipado, ocupado, explorado e, conseqüentemente, reestruturado visando atender objetivos econômicos vinculados a agentes sociais ligados ao capitalismo internacional e a reprodução do capital. Verifica-se assim o caráter social e econômico que o espaço adquire.

Harvey (2013) deixa claro essa ideia e ajuda a compreender a situação colocada acima quando enfatiza a intensa penetração das forças monetárias em cada canto do mundo provocando grandes mudanças espaciais em maior ou menor grau. Tal difusão depende bastante dos transportes e comunicações, pois os mesmos provocam a integração entre os espaços e a crescente circulação de capitais. Soja (1993) por sua vez, defende que essa circulação é intensificada devido à tendência crescente a compressão espacial provocada pelo

avanço nos meios de transportes. Desta forma, de acordo com o grau de desenvolvimento dos meios de transportes e comunicação nos espaços, observa-se variados graus de estruturação e desenvolvimento dos mesmos em suas várias escalas.

O autor supracitado no parágrafo anterior também enfatiza o caráter geograficamente desigual do capitalismo e considera a integração espacial como produto dos processos de circulação do capital. As configurações espaciais são produtos da mobilidade do capital produtivo, do dinheiro, das mercadorias e da força de trabalho. Mas essa mobilidade só é possível a partir da criação de infraestruturas físicas (rodovias, portos, ferrovias, etc.) e sociais (formas de pensar e agir que legitimem a ação capitalista no espaço), que por sua vez são criadas, em grande parte, pelos Estados nacionais.

Observa-se assim, a grande importância do Estado-nação no processo, que, por sua vez, gerencia e executa ações que facilitam a acumulação de capitais, atuando como poderoso agente econômico a serviço da burguesia, ativo do processo produtivo e das condições gerais de produção, como ocorreu no caso da região amazônica a partir da década de 1960, no contexto da integração nacional.

Podemos considerar que cada sociedade produz, no sentido mais amplo da criação, seu espaço de forma própria. E cada novo modo de produção se apropria do espaço já existente, às vezes lentamente, adaptando-se, e às vezes violentamente, o transformando. O que nos cabe entender aqui é a particularidade da produção do espaço amazônico motivado pela chegada dos grandes projetos e expansão da fronteira agrícola, com ênfase na sub-região do baixo Tocantins e da cidade de Igarapé-Miri, utilizando-se, para isso, uma linha de pensamento proposta por Santos (1998), baseado no esquema T1(tempo passado) - E (evento) - T2 (tempo presente).

Nessa linha de pensamento temos em T1 um espaço regional desarticulado e pouco urbanizado com formas espaciais vinculadas a uma economia pretérita; temos em E, os eventos que são motivados em grande parte por vontades e interesses econômicos predominantemente externos, executados pelo Estado na figura dos militares e iniciativa privada; e em T2, o espaço modificado e reestruturado em decorrência dos eventos ocorridos.

Em outros momentos da história o homem sempre alterou o meio através de sua atividade, criando seu espaço em proporções sempre constantes. A produção do espaço servia, antes de qualquer coisa, à reprodução da vida e a intenção era perpetuar a sociedade ciclicamente em sucessivas gerações. No entanto, de acordo com Harvey (2013), fica evidente que no capitalismo a sociedade produz o espaço com fins de acumulação, ultrapassando a mera reprodução da vida, e garantindo também a reprodução das relações de trabalho (e de

classe, a reprodução da força de trabalho, para sermos mais precisos) e a reprodução das relações sociais de produção. A sobrevivência que se busca agora é a do próprio capitalismo, não se tratando mais, necessariamente, da vida de seus congêneres, mas da sobrevivência da sociedade abstratamente engendrada por um modo de produção.

As transformações ocorridas no espaço amazônico pós-1960 refletem as estratégias do capital mundial de se deslocar e se reproduzir diante de dificuldades e crises. O Japão, por exemplo, diante da escassez de fontes de energia que apoiassem sua pujante industrialização, orientou seus esforços e investimentos na Amazônia (espaço dotado de recursos hídricos utilizados na produção de energia elétrica), com o objetivo de garantir a produção de matérias primas fundamentais para sua indústria, como o alumínio cujo processo de produção requer bastante energia (BECKER, 1990).

Harvey (2014) ajuda entender a afirmação acima quando atenta para a fusão das contradições do espaço com as contradições do sistema capitalista que, diante de crises de superacumulação ou perda de lucratividade (como no exemplo do Japão exposto anteriormente), procura sempre outros meios e espaços para se refazer e transpor seus limites.

A tendência à perda de lucratividade e crises provocam grande mobilidade do capital no espaço em várias escalas. A cidade, por sua vez, se tornou um local preferencial para a absorção do capital excedente produzido na sociedade. Este processo por si só apresenta, também, suas contradições. Harvey (2014) se dedica longamente a explicar as raízes urbanas das crises capitalistas, relacionadas às bolhas do sistema de créditos e a sobrevalorização das terras. Produz-se, então, uma contradição entre a cidade produzida para manter o ciclo de acumulação funcionando no capitalismo e a cidade que a população urbana deseja e precisa.

A produção de moradias, as obras de infraestrutura os tipos de equipamentos urbanos a serem construídos, todos, passam a servir como realocação de capitais excedentes, e ao mesmo tempo como expansão da demanda efetiva de determinadas mercadorias, fechando um ciclo de circulação do capital. Este processo passa, necessariamente, por atos de “desposseção”² das populações pobres e por um aumento considerável no valor da terra e dos bens de consumo urbanos, necessário à reprodução da vida do trabalhador. Isso é comum no espaço amazônico, onde segundo Trindade Jr (2013) a configuração espacial de muitas cidades passa por transformações que atendem aos interesses de grandes empresas em detrimento da qualidade de vida das populações que ali vivem.

² Substantivo feminino. Esbulho da posse, da posse. (dicionário Aurélio On Line).

Em Igarapé-Miri isso pode ser evidenciado nas áreas da frente ou orla da cidade, que ficam próximas ao rio, de onde muitos moradores saíram e deram lugar para outros que vieram da zona rural. Estes, utilizando o capital gerado pela venda do açaí, abriram lojas, construíram prédios e outras formas que modificaram a paisagem dessas áreas.

Santos (1998) possui grande parte de sua obra dedicada ao estudo do espaço como instância da sociedade e, assim como Harvey, nos ajuda a compreender sobre a recente dinâmica espacial na Amazônia e as mudanças ocorridas na configuração das paisagens urbanas (como as que vêm ocorrendo em Igarapé-Miri), utilizando, para isso, a categoria de análise baseada em “sistemas de objetos e sistemas de ações”.

Santos (1977) nos diz que uma sociedade só se concretiza através do espaço por ela produzido e que esse espaço só é compreensível através da sociedade. Ou seja, espaço e sociedade não podem ser entendidos como coisas separadas, reunidas *a posteriori*. Santos (1978) considera o espaço como fator social, instância da sociedade, e não mero reflexo social. É subordinado-subordinante, submetido à totalidade, mas dotado de certa autonomia. O espaço do homem condiciona então a sociedade, compartilhando do complexo processo de existência e reprodução social.

O referido autor afirma que o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações e que o espaço de hoje é cada vez mais formado por objetos e ações artificiais (SANTOS, 1999). Ao mesmo tempo em que o sistema de objetos condiciona as formas como se dá às ações, o sistema de ações leva à criação de novos objetos ou se realiza sobre os objetos preexistentes: reside nessa interação a dinâmica de transformação do espaço.

Os objetos são definidos como coisas cuja utilização pelos homens se dá a partir de um conjunto de intenções sociais. Mas eles não funcionam isoladamente: daí a necessidade de se falar de sistema de objetos. Os objetos geográficos são tudo o que existe na superfície da Terra, herança da história natural e do resultado da ação humana objetivada. Os objetos geográficos são obrigatoriamente contínuos, e o espaço dos geógrafos deve levar em conta todos os objetos existentes numa extensão contínua, na medida em que os objetos constituem sistemas, e não meras coleções.

Já a ação deve ser compreendida como processo dotado de propósito, um comportamento orientado a um fim. Só ao homem cabe a ação, já que a natureza é cega e não tem futuro. Santos (1978) chama de alienação regional ao fato de as ações serem cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar, em função da crescente separação entre a escala de comando e a escala de realização da ação.

Distinguem-se também os atores que decidem (governos, empresas multinacionais etc.) dos atores que não tem muita possibilidade de decisão, particularmente quanto às ações racionais por via do instrumento, assentadas sobre os objetos técnicos. As ações são resultantes de necessidades, naturais ou criadas, e que levam a funções. Essas funções, realizadas através de formas sociais, conduzem à criação e ao uso de objetos, formas geográficas. Por fim, Santos (1978) considera que objeto e ação, materialidade e evento, devem ser sempre tratados unitariamente e que eles não se geografizam indiferentemente à relação entre o valor da ação e o valor do lugar.

Utilizando a categoria de análise do autor supracitado (baseada em sistemas de objetos e sistemas de ações) como suporte de entendimento da dinâmica espacial amazônica pós-1960, compreende-se que o espaço foi ocupado e equipado por um sistema de objetos articulados entre si, a partir de ações motivadas por intenções socioeconômicas e executadas pelo Estado, que por sua vez, esteve a atender interesses ligados, em grande parte, ao capitalismo internacional.

Nesse contexto, os objetos (representados por rodovias, ferrovias, hidrelétricas, portos, instalações industriais, entre outros), foram criados e dispostos no espaço regional de forma contínua e articulada em um sistema integrado, visando atender interesses de agentes econômicos. Os eventos ou ações que desencadearam na criação e disposição dos objetos foram motivados por agentes estranhos, vinculados a escalas de comando internacionais em detrimento de vontades e interesses das escalas regional e local, deixando nítido o que Santos (2008) chama de “alienação regional”.

Diante do que foi colocado, entende-se que o espaço resulta da intrusão da sociedade, das suas necessidades e funções atuais nas formas ou objetos atuais do passado. Assim, o espaço é tanto formado pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, quanto animado pelas ações atuais que lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade. Os movimentos da sociedade, ao atribuírem às formas geográficas novas funções, transformam a organização do espaço. Essas formas que adquirem funções, tornadas formas-conteúdo, participam então de uma dialética com a sociedade.

As formas ou objetos e as ações ou comportamentos mudam e, conseqüentemente provocam e propõem diferentes organizações e configurações espaciais. Essas organizações, isto é, o ordenamento físico das formas ou objetos, possibilita que certas ações se (re)produzam, ou seja, as práticas sociais são dependentes de determinadas distribuições ou ordenações dos objetos. É desse modo que o espaço encontra sua dinâmica, se transformando ao longo do tempo e mostrando seu caráter de mutabilidade.

Somente a sociedade anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo. Apenas a forma utilizada, tornada forma-conteúdo, constitui o espaço. Na medida em que não existe dialética possível entre formas, a dialética que se dá é sempre entre sociedade e espaço (e não paisagem), já que a sociedade está agindo sobre ela mesma e não sobre a sua materialidade exclusivamente. O espaço é, enfim, essa síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais. Pode-se dizer, então, que após essa discussão fica a ideia de que há uma interação dialética entre sociedade e espaço, demonstrando que as relações sociais de produção e de classe articulam uma espacialidade determinada. Isto consiste em negar que o espaço seja algo em si, com existência independente das relações sociais e atemporal, mas fruto de formação histórica, enfim, produzido por determinada sociedade e levando a ela novas determinações.

1.2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA DISCUSSÃO DO PROCESSO NA ESCALA REGIONAL E LOCAL AMAZÔNICA

Quando se fala em reestruturação socioespacial na ótica do materialismo histórico dialético é necessário considerar a estrutura espacial não como um sistema fechado. A totalidade é concebida como totalidade aberta e em movimento, negando qualquer aproximação com a ideia de sistema. Segundo Lencioni (1998) os momentos não se colocam como articulação de níveis de análise, como se fossem instâncias separadas e em simples relação umas com as outras, mas devendo ser analisados nas contradições que engendram e nas tensões de sua coexistência. A realidade não pode ser encarada como sendo a expressão de um momento histórico, que contém apenas um tempo; pelo contrário, deve ser examinada como contendo várias temporalidades, algumas residuais, outras indicando as virtualidades, ou seja, as possibilidades futuras, redimensionando a ideia de passado, presente e futuro.

Desta forma, proceder a uma análise da reestruturação socioespacial requer incorporar os elementos vinculados à noção de objetos e ações a concepção de totalidade como totalidade dialética, à percepção da realidade com suas múltiplas temporalidades. A dinâmica socioespacial não deve ser vista sem contradição, sem tensões e descompassos, pois, justamente são as contradições, as tensões e os descompassos, que imprimem o movimento da história.

As discussões a respeito do espaço geográfico e reestruturação socioespacial são fundamentais na ciência geográfica, em que muitos autores se ocuparam e se ocupam buscando resultados que garantam uma contribuição para os estudos dentro desta ciência. Essas discussões ganharam força, em parte, com a dissipação das certezas trazidas pelas

teorias estruturalistas e teleológicas, hegemônicas nas ciências humanas até a década de 1970. A partir de então as teorias “pós-estruturalistas” levantaram questionamentos profundos sobre o espaço e tempo, chamando atenção para seu caráter relativo e para as diferentes formas como são estruturados e reestruturados no interior de uma sociedade (LENCIONI, 1998).

Outro importante fator que contribuiu para trazer o debate à tona foi o contexto do final do século XX, em que, diante da globalização da economia, houve um intenso processo de reestruturação nos Estados Nacionais e emergiram construções espaciais no mundo inteiro resultantes da mudança no modelo de acumulação capitalista fordista para o flexível e a grande mobilidade do capital no mundo.

Harvey (2013) nos ajuda a entender o contexto de mudanças quando afirma que:

[...] há uma relação histórica entre o capital e o espaço, na busca do primeiro de superar alguns de seus próprios limites diante de si mesmo e da força de trabalho. O capital, sobretudo o grande capital, por meio de sua crescente mobilidade, busca explorar, nos diversos lugares, os diferenciais existentes nos custos de mão-de-obra, matérias-primas, energia, subsídios estatais, etc.

Essa busca histórica do capital por áreas mais atrativas, por sua vez, afeta a organização e a configuração do espaço em diferentes escalas. A reestruturação capitalista atinge os diferentes espaços com grau e intensidades diferentes, inclusive o Baixo Tocantins. A partir da década de 1960, no contexto da integração nacional caracterizada pela expansão da fronteira agrícola, a chegada dos grandes projetos e frentes de povoamento, a região amazônica passou a ter um novo perfil regional que, segundo Trindade Jr (2013), dá uma nova característica também a rede urbana com o surgimento de novos núcleos urbanos que passam a coexistir com formas urbanas tradicionais.

O espaço regional, a partir de então, vive um novo processo de transformação caracterizado, entre outras coisas, pelo crescente povoamento e urbanização motivados por eventos vinculados a práticas sociais orientadas por atores econômicos ligados ao capital nacional e, principalmente, internacional. Nessa nova fase, a Amazônia foi intensamente incorporada a novos sistemas econômicos, servindo como grande fonte de matérias prima, se consolidando, de acordo com Trindade Jr. (2013), em fronteira econômica de ação do capital e de controle político do Estado no processo de ordenamento do território brasileiro efetivamente desde a segunda metade do século XX.

A região passou a ser, portanto, um espaço em (re)estruturação para onde as relações capitalistas de produção se expandem e se consolidam, alterando, sobremaneira a organização socioespacial anterior (CORRÊA, 1987; BECKER, 1990; MACHADO, 1999). Nesse sentido, observa-se que o espaço ganha novas formas e objetos que assumem funções voltadas

basicamente para a reprodução de relações sociais que, por sua vez, se dão, basicamente, em função da reprodução do capital.

Lefebvre (1974) sustenta essa ideia quando afirma que “o capitalismo se produz e se reproduz, tendo no espaço que dele resulta uma possibilidade de sua reprodução, através de um desenvolvimento desigual e de tendências simultâneas para a homogeneização, a fragmentação e a hierarquização”. Soja (1993), por sua vez, ao discutir a questão da pós-modernidade, enfatiza a crescente mobilidade do capital devido à mudança do modelo fordista para o modelo de acumulação flexível que vem ocorrendo em escala mundial, afetando e modificando a configuração espacial em diferentes escalas.

Esses autores facilitam o entendimento sobre realidade na Amazônia e no baixo Tocantins, onde grandes empresas atuam (a exemplo da Hydro-Alunorte) aproveitando os incentivos fiscais e facilidades garantidas pelo Estado, bem como a grande disponibilidade de matérias primas, produzindo materiais que servem como base para fabricação de outros produtos em outras partes do mundo.

A urbanização na Amazônia se constitui em um processo heterogêneo que, desde a década de 1960, vem apresentando uma complexa estruturação na rede urbana devido à expansão das práticas econômicas e a crescente incorporação da região e seus recursos ao capitalismo globalizado. Trindade Jr. (2013) expõe claramente essa heterogeneidade quando identifica a existência de diversos tipos de cidades na região, como as cidades tradicionais, as cidades empresas e cidades rodoviárias.

Para esse autor, quando se analisa a Amazônia, embora se destaque seu caráter de biodiversidade, pouca importância tem sido dada à sua urbano-diversidade visível não somente nos perfis urbanos (metrópole, cidades médias e pequenas), mas também na sua diversidade territorial (diferenças ligadas às desigualdades e às diferenças). Diante dessa urbano-diversidade que compõe a realidade amazônica, Igarapé-Miri se insere economicamente como grande produtor e exportador de açaí, abastecendo mercados nacionais e internacionais.

Utilizando o raciocínio sobre os tipos de cidades mencionados por Trindade Jr. (2013), pode-se dizer que a referida cidade se enquadra no primeiro grupo de cidades (tradicionais), que são marcadas pelo tempo lento associado à dinâmica de elementos da natureza (como o rio), mas que, ao mesmo tempo, possui algumas características que a colocam como um exemplo de cidade tradicional híbrida, pois se trata de um espaço que se especializou, através do desenvolvimento de uma cadeia produtiva que proporcionou a conexão com outras regiões e ao mundo através da produção e comercialização do açaí.

Castilho e Frederico (2010) contribuem para o entendimento da ideia acima quando afirmam que:

[...] existe um grande aprofundamento da divisão territorial do trabalho expresso na especialização regional produtiva. Os espaços se especializam em certas atividades econômicas e se articulam a outros espaços (sendo essa articulação facilitada pelo avanço nos meios de transportes e comunicações), e acabam atendendo às exigências do mercado, sendo que muitas vezes os espaços de produção estão a milhares de quilômetros distantes dos espaços de consumo.

Santos (2008) e Castells (2002) também dão sustentação a essa ideia quando trabalham o conceito de redes, afirmando que hoje o mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global. Não podemos mais falar em circuitos regionais de produção. Com os inúmeros fluxos de todos os tipos, intensidades e direções, é essencial que se fale agora em circuitos espaciais de produção. Desta forma, é importante que se analise o espaço de produção em foco sempre articulado em rede, não somente a espaços e mercados próximos geograficamente, mas fazendo parte de uma totalidade, articulado a espaços distantes.

Quando mudamos a discussão para uma escala menor verifica-se que no atual contexto ocorrem grandes mudanças na estrutura espacial interna das cidades, que, para atender aos interesses do capital, se reestruturam e ganham novas configurações em suas paisagens. No caso da cidade de Igarapé-Miri, o desenvolvimento da cadeia produtiva do açaí provocou a criação de novas formas ou objetos espaciais que modificaram o aspecto das paisagens, bem como contribuíram para a expansão dos limites da cidade, como as instalações industriais de beneficiamento e condomínios, como o “açaí lar”.

Nesse processo de produção do espaço urbano miriense destacou-se a atuação e execução das políticas público-privadas, que desempenharam e vem desempenhando papel importante na revitalização de certas áreas com fins de incentivo às práticas de circulação e exportação da produção, assim como para garantir investimentos de longo prazo para capitais acumulados. Nesse ambiente, a agroindústria encontra condições favoráveis, explorando facilidades garantidas pelo poder público-privado (como infraestrutura e incentivos fiscais) associado ao grande potencial em recursos naturais, a exemplo do açaí, que passa a ser explorado em larga escala no município.

Harvey (1989) deixa claro o vínculo entre poder público e interesses econômicos particulares nas diferentes escalas ao dizer que:

[...] a primeira obrigação do Estado é garantir que uma parcela cada vez maior de seus recursos seja empregada em melhores condições de circulação e acumulação do capital, não importando sua origem, mantendo sempre a lógica da produção pela produção, como por exemplo, nos empreendimentos de infraestrutura ditados pelas parcerias público-privadas.

Soja (1993) também discute esse vínculo e relação entre a acumulação capitalista e o Estado diante da flexibilização no planejamento da produção social do espaço urbanizado, afirmando que o processo de industrialização pós-fordista (re)produz o urbanismo. O referido autor argumenta que o capital financeiro junto com o Estado modela o espaço urbano, reestruturando a cidade como uma máquina de consumo.

Essa reestruturação não se resume apenas no campo físico, através da criação de formas e objetos a serviço do capital. Ela se dá também influenciada por representações criadas e difundidas pelo poder público. Tal ação tem por objetivo vincular o espaço a algo que venha provocar não apenas o consumo no espaço, mas o consumo do próprio espaço. Isso ocorre em Igarapé-Miri, pois ali se criou, por parte do poder público, a representação e ideia da cidade como sendo a “capital mundial do açaí”. Além disso, algumas construções espaciais, como praças e órgãos públicos, possuem formas associadas ao açaí (a praça padre Henrique, por exemplo, localizada na frente da cidade, tem formato de um cacho de açaí).

De certa maneira essas representações e formas espaciais associadas à cadeia produtiva do açaí contribuem para o consumo do espaço através do turismo, principalmente em épocas de festividades, ficando a ideia de que a própria forma espacial pode ser convertida em mercadoria, juntamente com a terra, algo que tem sido entendido por Harvey (2005) de conversão do espaço à acumulação. Assim, as relações socioespaciais impregnam o modo de produção ao mesmo tempo como produtor e produto, relação e objeto, de forma dialética que se opõe à redução a preocupações de classe ou de território.

Percebe-se na discussão supracitada que, os processos responsáveis pela reestruturação espacial nas escalas regional e local sofrem grande influência dos eventos que se originam na escala global, da totalidade. E que os autores mencionados, Soja e Harvey, privilegiam os fenômenos econômicos em suas análises sobre as transformações espaciais. Isso é insuficiente, pois se considerarmos e privilegiarmos os fenômenos econômicos como grandes fatores de produção e reestruturação do espaço acabaremos por vincular o espaço à ação exclusiva do capital.

Gottdiener (2010), trazendo a discussão para a escala do urbano, afirma que a cidade é entendida como uma forma qualitativamente nova de espaço-produto de transformações da organização social. Esse autor também critica esse reducionismo na análise ao afirmar que as

teorias que supervalorizam o fator econômico como agentes transformadores seriam insuficientes para explicar a organização espacial contemporânea, pois, entre outras limitações, elas deixam de contemplar a organização social que pode produzir, manter e reproduzir os padrões de usos da terra.

Seu aporte fundamental vem no sentido de superar as explicações que privilegiam os fenômenos econômicos, incorporando a dimensão das transformações sociais e culturais em sua relação dialética com o espaço, em uma perspectiva de vida cotidiana e escala local. Desta forma, atribui-se importância aos processos relacionados à organização social urbana, à cotidianidade social local que também expressa interesses sobre o espaço, modificando-o e reestruturando-o de acordo com seus objetivos, mostrando que os processos socioespaciais passam do global para o local, mas também do local para o global.

Considerando o que foi colocado, entende-se que o desenvolvimento de atividades econômicas no espaço regional e local é acompanhado de ações que possibilitam a reprodução de novas relações sociais, que por sua vez buscam garantir a reutilização do espaço para ampliação do capital. As condições favoráveis de localização inerentes ao espaço e/ou ofertadas pelo poder público são aproveitadas pelas empresas capitalistas para manter ou aumentar sua taxa de lucro particular, com reflexos sobre a vida de grande parte da população, sempre afetada, em menor ou maior grau, pelos processos desencadeados pelas formas de apropriação e uso do espaço.

Deve-se ressaltar também que a produção do espaço regional e urbano deve contemplar e estar direcionada, antes de qualquer coisa, para a manutenção das relações sociais com ênfase a melhoria das condições de vida dos que ali vivem. Tarefa difícil em tempos de intensa expansão do capital pelo mundo, porém não impossível quando se fala em uma organização social empenhada e focada na produção do espaço voltada para atender interesses do local.

CAPÍTULO 2 – BAIXO TOCANTINS: FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E O NOVO SIGNIFICADO DE IGARAPÉ-MIRI NA REDE URBANA

Este capítulo encontra-se estruturado em duas partes, onde o foco principal é a identificação do atual significado de Igarapé-Miri na região de integração do baixo Tocantins através de uma periodização e a utilização de base teórica sustentada no conceito de formação socioespacial, que irá mostrar os principais elementos ou fatores responsáveis pela formação e a (re)estruturação dessa sub-região e, em especial, do município em questão. No item 2.1, discorre-se sobre a formação socioespacial do baixo Tocantins a partir dos processos que possibilitaram a configuração desta formação ao longo do tempo. Já no item 2.2, discorre-se sobre a formação socioespacial de Igarapé-Miri, utilizando uma periodização pela qual são identificados os diferentes significados assumidos pelo município no passado e no presente.

2.1 BAIXO-TOCANTINS: FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E URBANIZAÇÃO.

Quando se pretende falar de formação socioespacial na Amazônia com ênfase na região do Baixo Tocantins, pressupõe-se a necessidade de um entendimento acerca do conceito de formação socioespacial, uma categoria de análise proposta por Santos (1977) derivada da teoria da formação econômica e social apresentada por Marx. É considerada basilar nos estudos regionais, na medida em que ajuda a compreender sobre a diversidade regional como produto de processos sociais que se deram ao longo do tempo e em um espaço, criando formas e objetos que possuem relação com a dinâmica local e global, dentro daquilo que o autor supracitado chama de totalidade. Tais formas são dinâmicas, carregadas de significados e sentidos, inseridas no espaço como mais do que formas estáticas pois são formadoras. Vão bem além, na medida em que influenciam na reprodução das práticas sociais e formação de diferentes configurações espaciais em diferentes contextos.

A periodização histórico-social revela-se como apoio metodológico demonstrando que os eventos em seu marco cronológico representam uma ordem e uma dinâmica própria e que as relações de produção estabelecidas a cada período, expressam a intensidade do processo segundo as condições gerais de produção. Atentamos ainda para o fato mencionado anteriormente na introdução, reforçado aqui por Santos (1996, p. 135), que “nenhum enfoque que deixe de lado a noção de totalidade, permitirá uma correta noção da realidade”. Assim, daremos importância aqui para processos que desencadearam a formação socioespacial do baixo Tocantins e Igarapé-Miri desde a ocupação portuguesa aos dias atuais, sempre tendo a atenção sobre a influência da totalidade sobre a localidade.

A Formação Socioespacial, consiste numa categoria antes utilizada em obras clássicas do materialismo histórico dialético com o nome de formação econômica e social, criada e empregada para o desenvolvimento do pensamento científico, sobretudo, no pensar sobre a sociedade e a economia. Milton Santos, por meio dessa teoria e método, desenvolveu o estudo dialético a respeito da sociedade e o espaço.

O pensamento e produções sobre os conceitos de espaço e tempo explicitam uma dificuldade em concebê-los em conjunto, geralmente, sendo foco de interpretações isoladas. Talvez pela reconhecida dificuldade do exercício, poucas obras, embora muitos tenham tentado, conseguiram êxito ao permearem ao campo da abstração, entendendo que embora "o espaço não [seja] uma simples tela de fundo, inerte e neutro, [as suas] formas-conteúdo são subordinadas e até determinadas pelo modo de produção" (SANTOS, 1979, p.16).

O modo de produção seja ele primitivo, comunitário, feudal, capitalista, enfim, acontece num dado espaço, num dado período de tempo, entretanto, a condição de homogeneidade socioespacial é descartada. A estrutura político-ideológica da sociedade estabelece a produção social do espaço, legitimando através das formas espaciais, as ações, o nível de complexidade das funções e das relações praticadas no grupo (SANTOS, 1979).

Na perspectiva capitalista, "todos os processos que juntos formam o modo de produção (produção, circulação, distribuição, consumo), são históricos e espacialmente determinados num movimento conjunto, e isto através de uma formação social" (SANTOS, 1979, p. 14). Ainda, segundo os pressupostos do método marxista, "o espaço é fundamentalmente social e histórico, evolui no quadro diferenciado das sociedades e em relação com as forças externas, de onde mais frequentemente lhes provém os impulsos" (SANTOS, 1979, p.10).

Milton Santos em seu livro, "Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método" faz críticas sobre algumas análises feitas pela ciência geográfica, ao mencionar que "O papel do espaço em relação à sociedade tem sido frequentemente minimizado pela geografia" (SANTOS, 1979, p. 09). Para o autor, a Geografia não estava se preocupando em analisar as relações sociais, os embates humanos que acontecem no espaço.

Ele afirma também o seguinte: "Pode-se dizer que a Geografia se interessou mais pela forma das coisas do que pela sua formação" (SANTOS, 1979, p. 09), ou seja, a geografia estava se preocupando mais com as coisas já produzidas, solidificadas, formadas, palpáveis, tangíveis, e esquecendo-se que essas produções, essas edificações, foram resultados das ações humanas durante a história. E cada produção construída historicamente é carregada de significados, que precisam ser compreendidos e explicados.

Os seres humanos têm como uma de suas características, o fato de se expandir e se distribuir pelo planeta, seja entre continentes, entre países, regiões ou localmente. Essa forma de expansão e distribuição acarreta em uma mudança demográfica e, ao mesmo tempo, socioespacial. Sobre isso, Santos (1988, p. 37) diz que: “O fenômeno humano é dinâmico e uma das formas de revelação desse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado”.

De acordo com Santos (1979), para a Geografia interpretar o espaço humano como fato histórico precisa aliar a história mundial com a história local, isto é, não se pode querer explicar ou compreender determinado fato local sem compreender o contexto geral. Nesse caso, a análise apresentará bases frágeis e insustentáveis. Mas o referido autor também diz que as especificidades de cada lugar nos ajudam a compreender e a distinguir, como cada formação socioespacial difere uma da outra, dando importância, também, aos processos sociais endógenos que caracterizaram e constituíram a história local, e que: “A História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial”. Para ele a história da humanidade é produzida e reproduzida nos espaços e nesses espaços são engendradas as diferentes formas, tanto material como imaterial que tendem expressar o pensamento social daquele momento.

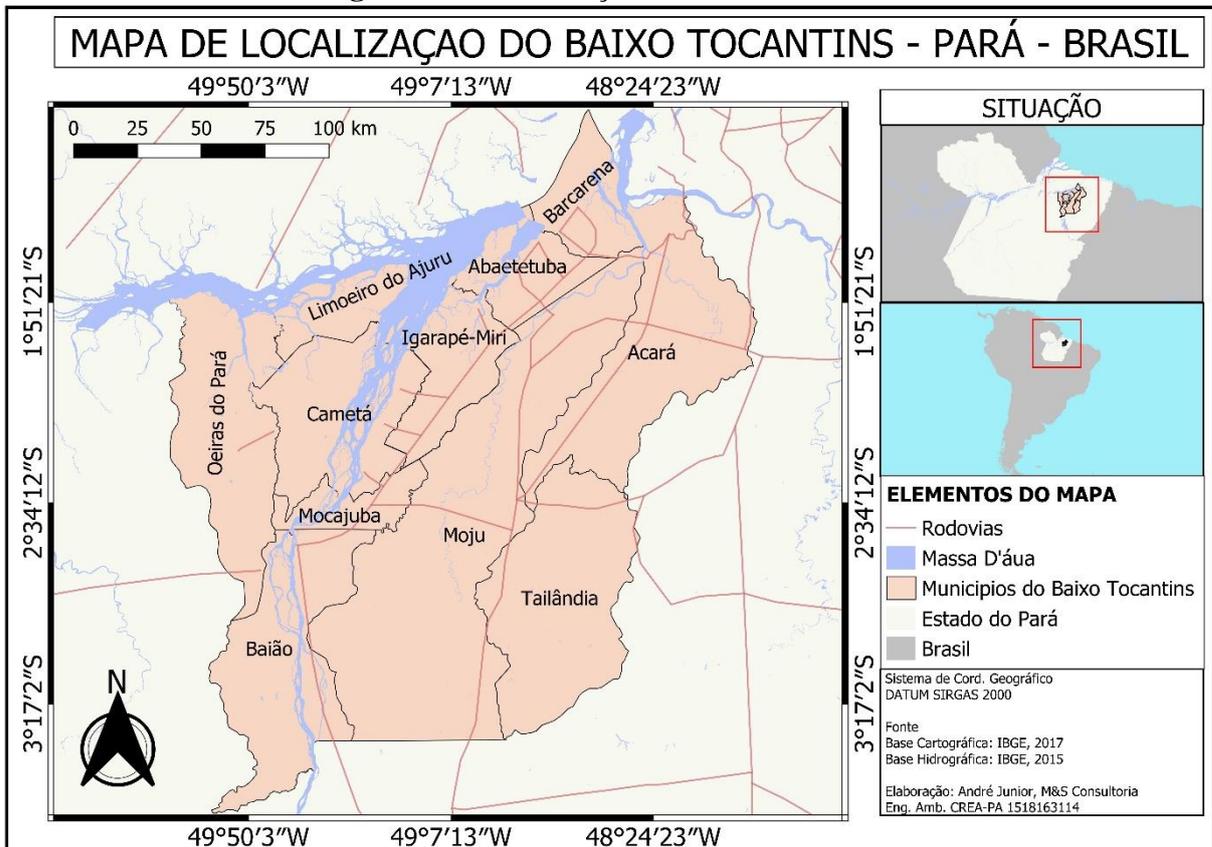
De posse das ideias e do importante instrumento teórico de Milton Santos mencionado acima, entramos em nossa delimitação espacial ou campo empírico, o Baixo Tocantins, uma sub-região localizada no nordeste paraense à jusante da usina hidrelétrica de Tucuruí (UHE), formada pelos municípios de Cametá, Igarapé-Miri, Baião, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru, Abaetetuba, Barcarena, Acará e Tailândia.

Temos ao longo do rio Tocantins, pela sua margem esquerda, a rodovia Transcametá (BR-422) ligando Limoeiro do Ajuru à Tucuruí (passando pelos municípios de Cametá, Oeiras do Pará e Baião), a qual não está pavimentada; e pela margem direita temos a rodovia PA-151 (que vai de Breu Branco à cidade de Belém, passando por Baião, Mocajuba, Cametá e Igarapé-Miri), pavimentada no trecho Belém-Baião (ambas construídas na década de 1980). Definindo dois extremos dessa configuração territorial temos ao sul a hidrelétrica construída em Tucuruí (UHT) e, ao norte, o Complexo minero-metalúrgico da Hydro/Alunorte, no município de Barcarena, na área estuarina do rio Tocantins. São estas estruturas materiais de produção e circulação, resultados de processos sociais, econômicos e políticos de escala regional, nacional e mundial importantes na configuração territorial da Amazônia Tocantina paraense (PEREIRA, 2014).

A Figura 2, mostra o mapa de localização dessa configuração territorial e sua estrutura socioespacial no Estado do Pará, composta pelos municípios mencionados anteriormente e

pelos elementos naturais, como a rede hidrográfica, e elementos culturais como rede rodoviária.

Figura 02 – Localização do Baixo Tocantins



Fonte: Projeto cartográfico de Ederson Lobo. Executado por André Jr. (2020).

Quando se refere ao termo “sub-região do Baixo Tocantins” pressupõe-se um entendimento e esforço no sentido de identificação e compreensão. Para tanto, utiliza-se a ideia proposta por Trindade Jr. (2009) a respeito, que diz que o Baixo Tocantins é uma porção do espaço que se caracteriza por uma dada particularidade. Não significa tratar de unicidade geográfica, de espaço homogêneo ou singularidades geográficas. O referido autor vai além e chama atenção para o fato de que, mesmo dentro da sub-região, não predomina uma homogeneidade geográfica do ponto de vista físico e humano. O que se observa é uma diversidade, tanto no que diz respeito a natureza, quanto no que se refere a existência humana. Tal diversidade se expressa através de particularidades que identificam essa fração do espaço amazônico como sub-região.

Presença forte da natureza como recurso, via de circulação e representação simbólico-cultural; padrão de ordenamento territorial de caráter dendrítico, onde o elemento rio é fundamental no que se refere a organização social e espacial, pois influencia na dinâmica da

circulação e povoamento; condição de jusante ou de baixo curso fluvial como definidor de um processo histórico pioneiro na ocupação da região; modelo de urbanização tradicional, com paisagens urbanas tipicamente ribeirinhas; população com fortes raízes culturais e históricas relacionadas à vida local; coesão política e poucas perspectivas de fragmentação territorial; essas são algumas particularidades que definem o baixo Tocantins como um subconjunto regional no contexto da região amazônica e especificamente no contexto imediato da Amazônia Oriental (TRINDADE JR, 2009).

Pereira (2014) também realizou grande trabalho de pesquisa sobre a formação territorial do baixo Tocantins em sua tese de doutorado, contribuindo e dando importante apoio teórico sobre essa estrutura territorial da Amazônia. Esse autor concorda com Trindade Jr quando este afirma que a formação socioespacial do baixo Tocantins esteve associada a algumas particularidades e singularidades como os rios, a floresta, estradas e grandes projetos. Porém, afirma que a análise da formação socioespacial baseada e considerando apenas essas particularidades seria incompleta, uma vez que é importante entender também que o complexo e a dinâmica territorial da Amazônia Tocantina paraense envolvem muito mais do que esses elementos geográficos, conforme reforçado nas palavras a seguir:

Essa estrutura territorial está relacionada a processos e dinâmicas bastante complexas, constituindo-se de uma multiplicidade de territórios e territorialidades de agentes e instituições diversas, com temporalidades, imaginários e racionalidades distintas e um padrão de poder de diferentes alcances, lógica e sentido. Diversos territórios municipais, a maioria foi constituída antes da década 1960 (ou seja, antes da Constituição de 1988), em diferentes períodos, recortam e configuram a região, apresentando diferentes dimensões, infraestruturas e capacidades político-administrativas, mas com uma forte relação com o rio Tocantins, apresentando traços culturais, econômicos e políticos comuns. (PEREIRA, 2014).

Portanto, ao sintetizar as ideias dos autores supracitados percebemos que o Baixo Tocantins se caracteriza por uma fração do espaço amazônico marcada por particularidades e singularidades expressas no espaço, que tem nos rios, floresta, estradas e grandes projetos elementos principais que representam tais particularidades. Além disso, essa configuração territorial atual é resultante daquilo que Pereira (2014) chama de “encruzilhadas”, ou seja, um espaço marcado também pela coexistência, sobreposição histórica e resistência de diferentes territorialidades que se estabeleceram antes, durante e após a ocupação portuguesa, como índios, colonos portugueses, quilombolas, e, como produto da miscigenação, os ribeirinhos. Essas “encruzilhadas” foram decisivas para a formação socioespacial da região de integração Tocantina ao longo do tempo.

Dentro do campo teórico defendido por Santos (1998) pode-se compreender a formação socioespacial dessa sub-região apoiado na ideia de que a mesma é produto de eventos sociais que se deram ao longo do tempo e sobre um espaço. Tais eventos foram influenciados tanto por processos de natureza endógena como, principalmente, de natureza exógena, atendendo aos interesses de reprodução do modo de produção capitalista. A sub-região é uma construção histórica e, conseqüentemente, o espaço geográfico é uma produção social, formada por um sistema de objetos geográficos naturais (rio-várzea-floresta, etc.) e sociais (rodovias, cidades, etc.) intrinsecamente articulados com um sistema de ações expressos pela produção econômica, relações políticas, valores culturais, etc.

Desde o início da ocupação da Amazônia pelos portugueses o rio e a floresta sempre foram vistos como recursos importantes para o enriquecimento da metrópole portuguesa, assim como, das elites locais (portuguesas ou não). Os povoados eram sempre construídos em locais que permitiam uma situação geopolítica favorável (do ponto de vista militar e religioso) e que, ao mesmo tempo, pudessem proporcionar um fluxo de mercadorias entre centros mais complexos e centros de baixa ou simples funcionalidade.

À medida que estes povoados “vingavam” economicamente e avançavam para condições de Freguesias e Vilas, eram mais bem-dotados de infraestrutura e adquiriam um aparato institucional capaz de permitir uma consolidação em termos de ocupação populacional (OLIVEIRA, 2014). Em se tratando de Amazônia o rio irá representar o principal meio de transporte para a região, até a implantação dos grandes eixos rodoviários a partir da década de 60 do século XX. O rio Tocantins, da colônia até os dias atuais, possui importância múltipla para a sub-região do ponto vista econômico, político e cultural.

Segundo Cardoso; Lima (2006, p. 66),

O padrão de ocupação vinculado aos rios é o mais antigo, e está associado à natureza extrativa das atividades econômicas praticadas na Amazônia durante séculos; as cidades que apoiaram ciclos econômicos (extração de ervas do sertão, de borracha ou madeira) prosperavam na medida em que funcionavam como entrepostos comerciais, em geral localizadas nas calhas dos rios mais importantes (ex: Negro, Amazonas, Tapajós, Tocantins), onde a atividade portuária e a concentração das casas de aviamento indicavam a extensão de seus *hinterlands*, até que fossem construídas novas rodovias. Deste conjunto fazem parte cidades históricas, tais como Cametá, Santarém, Belém, todas com mais de 300 anos de existência. Estas cidades mais antigas tornaram-se cidades importantes pela infra-estrutura que acumularam e pela diversidade de serviços que oferecem à população. Por outro lado, mesmo as cidades menores localizadas nas margens dos rios foram e ainda são importantes pontos de apoio para a população ribeirinha e rural, abrigando escolas e postos de saúde ou centros paroquiais que no passado atraíam, em dias de quermesse, todos os segmentos populacionais para os serviços religiosos e festas de celebração (nestes dias os pequenos produtores rurais e ribeirinhos calçavam sapatos e vestiam seu traje de festa para se apresentarem na cidade).

Pereira (2014) reforça a importância do rio Tocantins em seu trabalho, ao dizer que além de representar uma via de circulação para os produtos explorados na floresta ele também se constitui em um meio natural ou diversificado, uma vez que:

[...] esse “meio geográfico” apresenta também: ilhas, praias, lagoas, várzeas, terra-firme, campos de natureza e florestas, diferentemente apropriados e articulados a dinâmicas e estruturas territoriais locais, regionais, bem como a redes, relações, processos e dinâmicas socioespaciais de abrangência nacional e internacional (PEREIRA, 2014).

A construção da usina hidrelétrica de Tucuruí (UHT) em 1984 representou um divisor de águas na história e na geografia da Amazônia Tocantina paraense, em particular na configuração territorial das comunidades ribeirinhas do baixo Tocantins. Os impactos causados pela construção da UHT foram diversos, imensos e se prolongam e agravam até os dias atuais, sendo bastante percebidos no que se refere à atividade da pesca, já que muitas populações ribeirinhas foram atingidas pela diminuição drástica na quantidade do pescado após a construção da barragem. No entanto, essa atividade ainda é expressiva no Tocantins se constituindo em base do sustento de muitas famílias (PEREIRA, 2014).

A figura 3, apresenta um grupo de pescadores realizando uma atividade tradicional no rio Tocantins, o “Borqueio” do Mapará, peixe muito apreciado na região. Ao centro da foto, o cardume de Mapará e ao redor muitas embarcações de ribeirinhos que compram o peixe para a revenda nas localidades da zona rural e na sede do município.

Figura 03 – Borqueio do mapará no rio Tocantins



Fonte: Arquivo pessoal.

No período colonial, como aponta Oliveira (2014), os primeiros aglomerados urbanos que originaram cidades surgiram basicamente por influência de ações desencadeadas pelos europeus no sentido de satisfazerem suas necessidades relacionadas ao controle e defesa do território, exploração de recursos naturais e o desejo de difundir a fé católica. Segundo este autor, até o fim do século XIX e início do século XX, os primeiros núcleos populacionais e cidades do Baixo Tocantins expressavam funcionalidades fortemente atreladas a ordem natural dos rios e floresta e a “representação do poder público para a arrecadação de impostos, sede das missões religiosas e base para a circulação de produtos extrativos para a exportação e importação de produtos alimentícios básicos que vinham de lugares externos à região e eram internalizados a partir de Belém e Manaus” (OLIVEIRA, 2014).

A partir da década de 1960, a Amazônia foi alvo de ações e políticas orientadas e incentivadas pelo governo federal no intuito de promover a ocupação e exploração da região, conectando-a com outros espaços e ao capitalismo mundial (BECKER, 1990; CORRÊA, 1987). Nessa nova fase, a Amazônia foi intensamente incorporada a novos sistemas econômicos, servindo como grande fonte de matérias prima, se consolidando, segundo Trindade Jr. (2013), como fronteira econômica de ação do capital e de controle político do

Estado no processo de ordenamento do território brasileiro efetivamente desde a segunda metade do século XX. A região passou a ser vista, portanto, como um espaço em estruturação para onde as relações capitalistas de produção se expandem e se consolidam, alterando, sobremaneira a organização socioespacial anterior (CORRÊA, 1987; BECKER, 1990; MACHADO, 2000).

Em relação à rede urbana, o que se verifica em várias partes da Amazônia é o surgimento de núcleos urbanos modernos, que em muitos casos, são interligados ao mundo e que pouco se identificam com o local, bem como cidades fortemente ligadas ao local e pouco interligadas ao mundo globalizado. De acordo com Trindade Jr. (2009) as cidades do baixo Tocantins tiveram forte influência da jusante do rio Tocantins em sua formação socioespacial e guardam, até hoje, forte identificação com as vias de circulação fluvial, expressando o padrão dendrítico simples de rede urbana. São cidades pequenas e tradicionais que possuem relação de dependência, no que se refere a serviços, em relação ao centro primaz, que é Belém.

Já Pereira (2014) chama atenção para o entendimento de que, a partir da década de 1980, um novo elemento de circulação (além do rio) vai exercer influência determinante no surgimento e crescimento de vilas e cidades, a estrada. Segundo o referido autor “As cidades e as vilas ribeirinhas têm seus arranjos espaciais determinados pela centralidade que o rio exerce dentro dos circuitos de movimentos locais e regionais, mas fortemente articulados agora, às estradas e rodovias. A PA 151 e a Transcametá, por exemplo, são importantes elementos ou objetos da estrutura territorial Tocantina que desempenham grande influência para o surgimento de vilas que, inclusive realizam movimentos de reivindicação para ascenderem oficialmente à categoria de cidades, como Curuçambaba, Porto grande, Juaba e vila do Carmo no município de Cametá.

A seguir, a representação cartográfica desses dois elementos da estrutura territorial do baixo Tocantins que desempenham função importante quanto a circulação e povoamento nessa região, integrando espaços e contribuindo para o surgimento e crescimento de vilas.

Figura 04 – Rodovias que margeiam o rio Tocantins, PA 151 e BR 422 (Transcametá)



Fonte: Projeto cartográfico Ederson Lobo, execução André Junior (2020).

Desta forma, no que se refere ao surgimento de cidades no baixo Tocantins, é possível identificar dois perfis distintos de cidades de acordo com seu tempo de inserção na estrutura regional. Porto-Gonçalves (2010) deixa claro esses dois perfis quando se refere às cidades tradicionais, que são mais antigas e surgiram em função da influência dos elementos Rio-floresta e as cidades recentes, que costumam ser associadas ao modelo “rodovia, terra-firme e subsolo” e dizem respeito ao esquema de ocupação regional pós-1960, ligado a implantação de rodovias; frentes de expansão econômica, como: a mineral; modelos espontâneos ou dirigidos de assentamentos privados ou estatais etc.

O sistema simples de povoamento e rede urbana da jusante se difere de outros sistemas do alto e médio curso do rio Tocantins, cuja polarização se deu por outros núcleos regionais, relativizando a dependência em relação à capital do Estado do Pará. Além disso, nota-se que as cidades que compõem essa fração da Amazônia não sofreram ou tiveram poucos impactos decorrentes da expansão econômica que tomou corpo a partir da década de 1960, mantendo, assim, o aspecto tradicional dendrítico de rede urbana, diferente do modelo de ocupação e urbanização que ocorreu na montante do Tocantins que recebe grande influência dos grandes

projetos e da dinâmica de novos objetos relacionados a circulação, como rodovias (TRINDADE JR., 2009).

Mesmo havendo um elemento principal que caracteriza e ajuda a entender a formação socioespacial do baixo Tocantins que é o elemento rio-floreta, ainda é possível notarmos certa complexidade na realidade da estruturação da rede urbana, pois a configuração da mesma está associada a processos diversos que se articulam tanto com a dinâmica interna da Amazônia, quanto com a dinâmica externa, que se vincula à expansão do capitalismo, expressando uma heterogeneidade espacial.

Trindade Jr. (2013) diz que é possível identificarmos núcleos tradicionais com fortes interações locais como é o caso de Igarapé-Miri, que pouco foi atingido pelos efeitos dos grandes projetos; núcleos locais e regionais, tais como, Mocajuba e Baião, que não deixaram de ser atingidos por grandes projetos, como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí; núcleos de natureza mais verticais e base de operação de grandes empreendimentos minero-metalúrgicos, tais como, Barcarena e Abaetetuba (estes, fora da sub-região, mas pertencentes a rede urbana regional), impactados pelo projeto Albrás-Alunorte (hoje Hydro-Alunorte); até núcleos mais híbridos, como Cametá, polo regional cuja história remonta ao período colonial e que tem servido como base logística da ação das instituições estatais na região.

Agora, reduzindo a delimitação do campo empírico, o caso específico da formação socioespacial de Igarapé-Miri, município que está localizado nessa sub-região. A seguir alguns fatores e processos que contribuíram para a formação socioespacial desse município ao longo do tempo e que contribuíram para determinar o significado econômico do mesmo na região do baixo Tocantins no passado e no presente.

2.2 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E O ATUAL SIGNIFICADO OU PAPEL ECONÔMICO DE IGARAPÉ-MIRI NA REGIÃO DO BAIXO-TOCANTINS

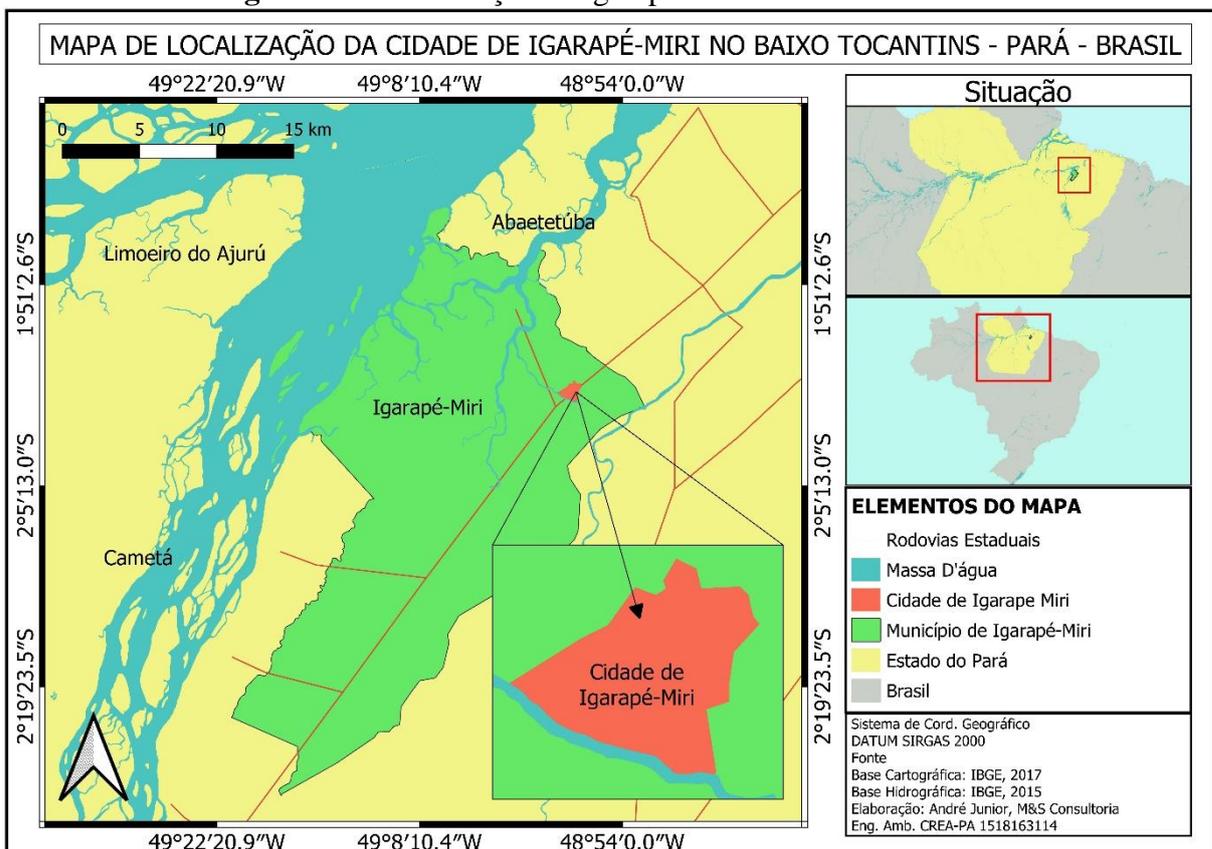
O Município de Igarapé-Miri está localizado na região de integração do baixo Tocantins. O primeiro povoado foi elevado à categoria de vila pela Lei de nº 113, no dia 16 de outubro de 1843, o qual recebeu o nome de Villa de Sant'Anna do Igarapé-Miri, mas apenas no dia 26 de julho de 1845, dois anos depois foi que essa Lei passou vigorar, devido às exigências do governador. Em 1896, pela Lei 438 de 23 de maio, Igarapé-Miri foi elevada à categoria de cidade (LOBATO, 2007).

A origem do nome da cidade vem da língua tupi-guarani e significa: “caminho de canoa pequena” ou “pequeno caminho de canoas”. O termo gentílico para quem nasce em Igarapé-Miri é igarapemiriense, embora a maioria da população prefira utilizar o termo

miriense. A sua extensão territorial é de 1.996,790, Km² e conta com uma população estimada em 62.698 (IBGE, 2017). A população está bem distribuída entre as áreas urbana e rural, sendo que na área urbana vive cerca de 45,12% da população, já na zona rural 54,88%. Sobre a densidade demográfica do Município tem-se 30,05 hab/km² (ANUÁRIO DO PARÁ, 2014; 2015).

Na figura 05, pode-se observar a localização do município de Igarapé-Miri (na cor verde), com destaque para a sede (na cor vermelha), a rede hidrográfica do baixo Tocantins (na cor azul), a rede rodoviária (linhas vermelhas), bem como os municípios fronteiriços: Abaetetuba ao Norte, Cametá ao sul, Moju a leste e Limoeiro do Ajuru a oeste. A distância entre Igarapé-Miri e a capital Belém é de 123 Km (ANUÁRIO DO PARÁ, 2014; 2015).

Figura 05 – Localização de Igarapé-Miri no Baixo Tocantins



Fonte: projeto cartográfico Ederson Lobo. Execução André Jr (2020).

Procura-se mostrar adiante como se deu o processo de formação socioespacial de Igarapé-Miri através de uma periodização, desde o início do século XVIII aos dias atuais, baseado em alguns fatores que motivaram a ocupação e organização do espaço ao longo do tempo, como: a ocupação e exploração portuguesa, a ação da igreja católica e o desenvolvimento de atividades econômicas que implicaram na inserção do município na

divisão territorial do trabalho (D.T.T.) da região do baixo Tocantins, assumindo diferentes significados que, por sua vez, repercutiram na formação socioespacial ao longo de cada período. Ao final do capítulo dá-se ênfase a exposição do conhecimento obtido a respeito do desenvolvimento da cadeia produtiva do açaí e sua expressividade que justifica o novo papel ou significado que esse município assumiu na região supracitada como maior produtor e exportador de açaí.

2.2.1 A ocupação portuguesa e as origens do município

As origens do município de Igarapé-Miri remontam o início do século XVIII, quando o Brasil ainda estava sob domínio de Portugal. Grande parte da história desse município é encontrada no livro *Chronica de Igarape'-miry* escrita pelo Tenente-Coronel Agostinho Monteiro Gonçalves d' Oliveira, no ano de 1899. Por isso, vale destacar a importância dessa obra como grande fonte e instrumento de auxílio teórico para a produção desta parte da dissertação.

Para consolidar seu domínio na Amazônia e evitar a ameaça externa, a coroa portuguesa utilizou de algumas estratégias geopolíticas. Tavares (2007) afirma que tal consolidação se baseou em alguns elementos decisivos: o militar, com a construção de fortificações em pontos estratégicos dos rios, com o objetivo de guardar o território contra a invasão de outros países; o religioso, com a chegada das ordens religiosas representadas pelos carmelitas, franciscanos, mercedários, jesuítas, entre outros, responsáveis pela catequese e pelo controle ideológico dos nativos; e o político, através das ações de Marques de Pombal com a concessão de terras (sesmarias) e a implantação de vilas com denominação de vilas e cidades lusitanas.

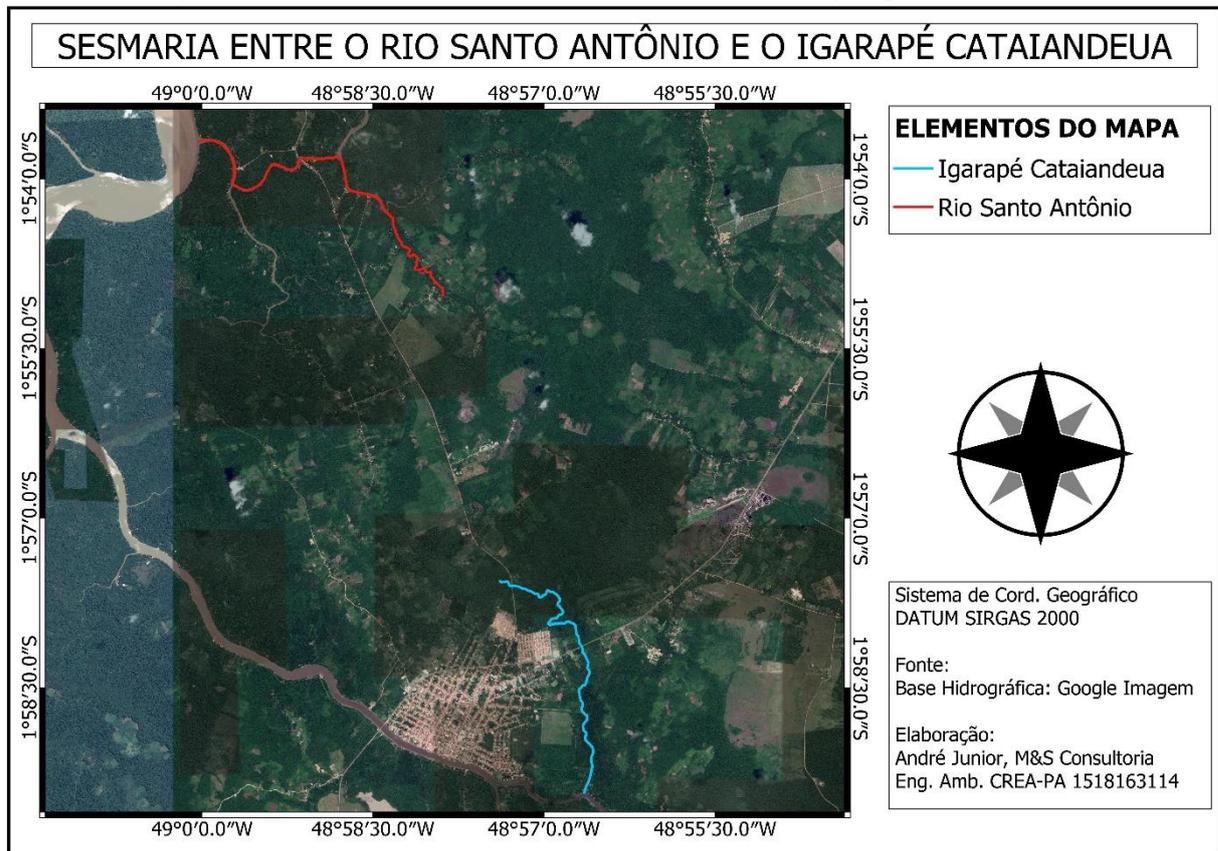
O surgimento de Igarapé-Miri está associado, a princípio, ao terceiro elemento, ou seja, nas políticas de Pombal de concessão de terras. Segundo os relatos de Oliveira (1899) sobre a formação e uso do espaço geográfico, em outubro de 1710 o Governador da província do Maranhão Grão-Pará, na época o Capitão General do Maranhão, Christovão da Costa Freire concedeu a um português, chamado João de Mello Gusmão uma Sesmaria³ com duas

³ Em Portugal a **Lei das sesmarias** é uma lei de concessão de terra, distribuída na observância do seu uso produtivo. Sesmeiro é o outorgante ou fiscal do cumprimento dessa regra de uso e sesmaria o trato de terra concedido. Na colônia o sistema sesmarial tem o plano formal a mesma característica de concessão, mas a regra de uso serve basicamente para lembrar ao colono o poder doador e gestor real da Coroa, ou seu proposto na colônia (MOREIRA, 2011, p. 16).

léguas⁴ de terra tendo como limite o Igarapé Cataiandeua (conhecido hoje pela maioria dos mirienses como Igarapé da Maromba) e o Rio Santo Antônio e que nessas terras já existia também uma fábrica de extração e corte de madeira chamada de Fábrica Nacional, o que evidencia a ocupação humana antes da doação das terras.

Na figura 06, a seguir, podemos ter uma noção da área da sesmaria doada ao Sr. João de Mello Gusmão e perceber que a mesma era um espaço de grande proporção, fato que demonstra a preocupação da coroa portuguesa em assegurar o território através da ocupação. A linha vermelha identifica o rio Santo Antônio que demarcava o limite da sesmaria ao norte-noroeste e a linha azul identifica o igarapé Cataiandeua, também conhecido como Maromba, que demarcava o limite da sesmaria ao sul-sudeste.

Figura 06 – Sesmaria entre o rio Santo Antônio e o igarapé Cataiandeua



Fonte: projeto cartográfico Ederson Lobo, execução André Junior (2020).

Muitas pessoas que já viviam nas terras doadas a Gusmão ficaram revoltadas, pois diziam que as mesmas lhes pertenciam de fato, gerando assim conflitos. Os revoltados entraram em contato com o governador e, até mesmo enviaram uma carta ao rei de Portugal a

⁴ Segundo o **Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea**, de Caldas Aulete, de 1881, légua é “medida itinerária cuja extensão varia segundo as épocas e países: neste caso, uma légua equivalia a aproximadamente: 6.179 km (Portugal e Brasil, nesse período).

fim de resolver a situação a favor dos nativos. Mas as tentativas não renderam êxito, pois o rei confirmou ratificando oficialmente a doação das terras a Gusmão no dia 20 de janeiro de 1714 (OLIVEIRA, 1899).

Os posseiros exigiram elevadas indenizações pelas benfeitorias existentes nos terrenos em que eram localizados e para evitar mais conflitos, João de Mello Gusmão pagou indenizações aos antigos moradores, no entanto, nem todos os moradores foram indenizados. João Gusmão não indenizou, por exemplo, um homem chamado Jorge Valério Monteiro que também era português e agricultor, sendo obrigado a vender-lhe parte da Sesmaria (OLIVEIRA, 1899).

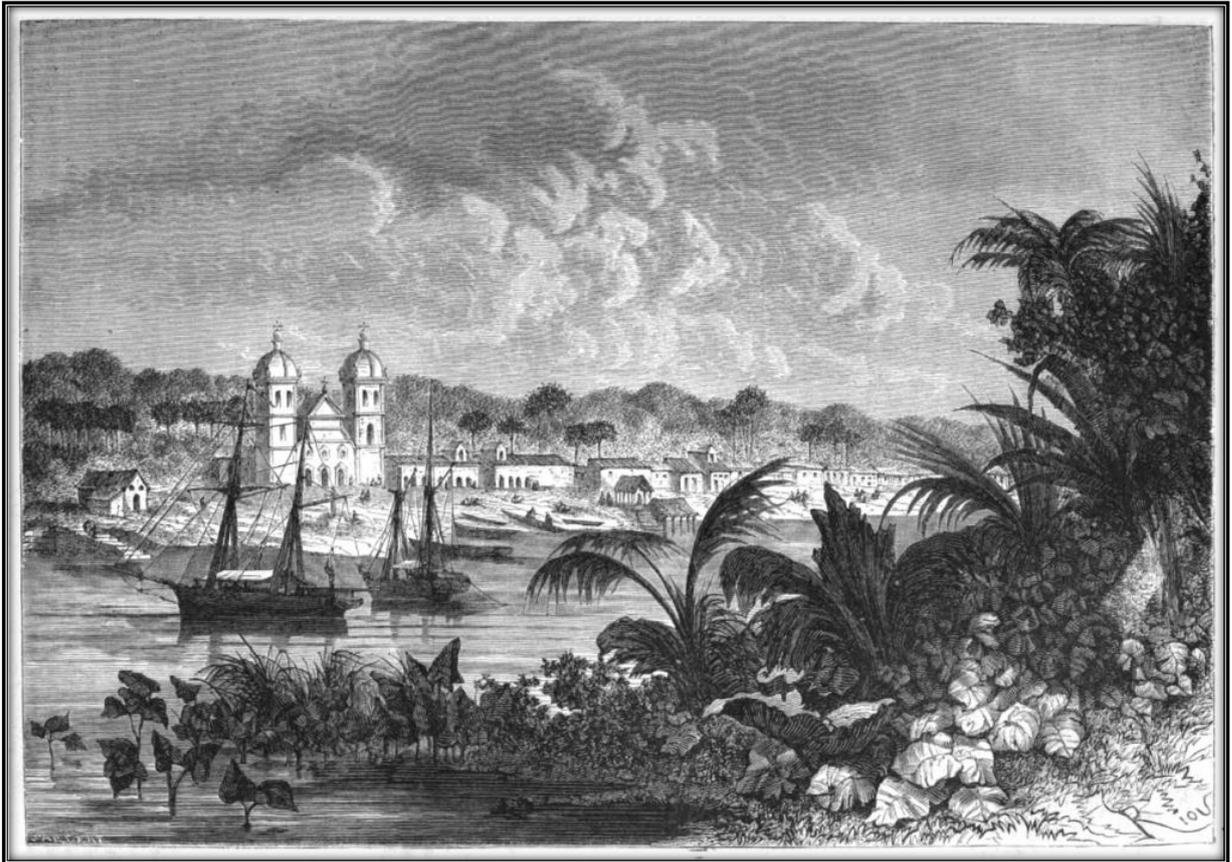
Alguns autores, como Cruz (1945) e Lobato; Soares (2001) relatam que a Fábrica Nacional já existia antes da doação da sesmaria a Gusmão, estando localizada nas possessões de Jorge Valério Monteiro. Esses autores ratificam, portanto, a existência de habitantes e benfeitorias na área antes da chegada de Gusmão. Assim, a partir dos relatos obtidos com a pesquisa bibliográfica pode-se entender como se originou o município de Igarapé-Miri levando em consideração a influência da ocupação portuguesa baseada nas políticas pombalinas voltadas para a ocupação e controle das terras por meio da doação das sesmarias. Vejamos agora outro fator que contribuiu para a formação do município.

2.2.2 A ação da igreja católica e sua influência na formação socioespacial

Outro elemento importante que fez parte do projeto colonizador português na Amazônia e que foi decisivo na formação socioespacial do baixo Tocantins e Igarapé-Miri, foi a ação dos missionários religiosos. Grande parte das cidades ribeirinhas da região de integração Tocantina possui marcas e objetos espaciais do período colonial que refletem a ação das missões religiosas e aldeamentos. Pereira (2014) atenta para essas marcas ao se referir, por exemplo, a igreja de São João Batista, na frente da cidade de Cametá, elemento de demarcação do território da prelazia da igreja católica.

Em Igarapé-Miri não foi diferente, pois é marcante em seu espaço a presença de marcas relacionadas à ação de agentes ligados aos religiosos. Na figura 07, uma pintura antiga da área onde se originou a cidade de Igarapé-Miri. Em destaque, na paisagem, observa-se o largo de Sant'Ana e algumas marcas do passado relacionadas ao religioso, como a Igreja, além de outras relacionadas a circulação, ocupação e povoamento como o trapiche e algumas construções das primeiras casas.

Figura 07 – Largo de Sant’Ana nos primeiros tempos de ocupação do espaço



Fonte: EDUARD RIOU (1867).

De acordo com os relatos de Oliveira (1899), após comprar grande parte das terras de Gusmão, Jorge Valério Monteiro, casado com Anna G. de Oliveira, mandou construir uma capela em louvor as graças alcançadas à Imaculada Senhora Sant’Ana, da qual sua esposa era devota. Daí em diante todos os anos a comunidade passou a festejar e homenagear Sant’Ana.

Jorge Monteiro e Ana de Oliveira tiveram filhos e em certo momento, como era costume na época, resolveram voltar para a Europa em 1730 com o objetivo de educa-los. Para aumentar os recursos financeiros vendeu sua propriedade e seus bens ao Sr. João Paulo Sarges de Barros, mas pediu que Barros continuasse a celebrar a festa em homenagem à Santana, e assim, a festividade permaneceu (OLIVEIRA, 1899).

O novo proprietário das terras realizou altos investimentos e mandou abrir uma grande área ao redor da capela na qual anualmente eram feitas inúmeras barracas para receber pessoas de outros lugares que vinham para a festa. Logo, a festividade começou a atrair pessoas de distantes localidades, inclusive estrangeiros. Nos relatos de Oliveira (1899, p. 11), encontra-se o seguinte: “(...) e o brilhantismo dessa festa corria longe, prendendo a atenção geral, motivo pelo qual para lá imigraram muitos estrangeiros, estabelecendo-se comerciantes e agricultores”.

Na figura 08, uma imagem antiga do largo de Sant'Ana, espaço da festividade da padroeira da cidade, onde todos os anos, no mês de julho, os mirienses prestigiam dez dias de homenagens. Ao fundo, do lado direito, o trapiche municipal, no centro a praça, e à esquerda parte da coluna da igreja de nossa senhora Santana.

Figura 08 – Largo de Santana em Igarapé-Miri em tempo de festividade



Fonte: PATRICK (2014).

Já na figura 09, a imagem aérea atual do largo de Santana e seus componentes paisagísticos como a igreja de Sant'Ana, o salão paroquial, a casa paroquial, a praça padre Henrique, o coreto, o trapiche municipal e uma concha acústica, e que continua sendo o espaço da festividade de nossa senhora Sant'Ana, ponto turístico e de encontro das famílias e jovens igarapemirienses. As formas da paisagem mudaram, porém continuaram com a mesma função, a exemplo da praça (que foi projetada e construída em forma de cacho de açaí), do trapiche municipal e da igreja de Sant'Ana.

Figura 09 – Vista aérea atual do largo de Sant’Ana



Fonte: WIKIPÉDIA (2019).

Em julho de 1754, o terreno onde existia a capela ganhou uma nova estrutura com a construção de uma casa paroquial. A Paróquia trouxe uma nova paisagem e uma nova dinâmica ao território miriense, como a nova arquitetura empregada no templo; áreas ficaram limpas ao redor da paróquia e a festa de Sant’Ana a cada ano atraía inúmeras pessoas, entre eles ambulantes e comerciantes que aproveitavam o período de festa para vender seus produtos; ruas foram abertas para facilitar a passagem das procissões; houve o aumento do fluxo hidroviário, já que a maioria dos devotos eram das regiões ribeirinhas e os rios eram as principais vias de circulação.

Com a festa recebendo a cada ano mais e mais devotos e a congregação de fiéis crescendo em número de pessoas, Barros mandou construir uma Capela bem maior do que a Capela que Jorge Valério Monteiro havia construído anteriormente (OLIVEIRA, 1899). Assim, observa-se que catolicismo foi importante para atrair pessoas de outros lugares e alguns acabavam ficando e passando a morar em Igarapé-Miri. Como consequência dessa imigração, os espaços foram sendo modificados, áreas foram sendo desmatadas para a construção de casas, estabelecimentos comerciais, vias de circulação, portos e outros. Um

exemplo disso foi a área descampada ao redor da capela para abrigar os visitantes durante a festividade.

Segundo Oliveira (1899, p. 12) “A fundação da parochia de Igarapé-miry deu-lhe novos elementos de vida e desenvolvimento, de grandeza e prosperidade [...]”. Não somente houve mudanças nas questões materiais ou estruturais, como também nas imateriais e simbólicas, já que novos hábitos e costumes também passaram a fazer parte da cultura miriense a partir do contato com pessoas de vários lugares, inclusive europeus, que vinham anualmente para a festa de Santana.

2.2.3 As atividades econômicas como elementos da formação socioespacial de Igarapé-Miri

Ao falar da formação socioespacial do baixo Tocantins, Pereira (2014) deixa claro que essa estrutura territorial passou por alguns períodos marcados pelo desenvolvimento de atividades econômicas (como a exploração das drogas do sertão, cacau, cachaça, farinha) que foram decisivas para a estruturação e reestruturação dos espaços e a configuração diferenciada das paisagens. Parte-se dessa noção e relaciona-se a pesquisa à necessidade de entender também como se deu a formação socioespacial de Igarapé-Miri baseada no desenvolvimento de atividades econômicas peculiares ao seu território.

O terceiro elemento importante para a formação socioespacial do município de Igarapé-Miri corresponde ao desenvolvimento de algumas atividades econômicas que, ao longo do tempo, se constituíram em fatores decisivos para o desenvolvimento, organização, estruturação e reestruturação do espaço. Assim, a análise da formação socioespacial é feita sob a influência dessas atividades, apoiando-se nas palavras de Santos; Silveira (2001) que dizem “O que interessa discutir é, então, o território usado, sinônimo de espaço geográfico”.

A investigação com apresentação das transformações que ocorreram em Igarapé-Miri, sob a influência das atividades econômicas, aconteceu por meio da análise de cada período e dos acontecimentos relevantes na formação do território. Sendo assim, a pesquisa coletou informações a respeito de cinco períodos (mostrados na tabela a seguir), organizados da seguinte forma: início do século XVIII, caracterizado como o primeiro período da extração madeireira; meados do século XVIII ao final do século XIX, o período da produção do açúcar; início do século XX ao final do século XX (1920 a 1970), o Período da produção da cachaça; de 1950 a 1980, o segundo período da extração da madeira; de 2000 até os dias atuais, o período da produção econômica do açaí.

Tabela 01 – Principais períodos e atividades econômicas

Tempo	Atividade econômica principal
Século XVIII.	Primeiro período de extração da madeira
Segunda metade do século XVIII ao final do século XIX.	Período da produção do açúcar.
Início do século XX ao final do século XX	Período da produção da cachaça
Segunda metade do século XX ao final do século XX.	Segundo período da extração da madeira.
Início do século XXI aos dias atuais.	Período da produção do açaí.

Fonte: Elaboração com base em pesquisa bibliográfica. Ederson Lobo (2019).

Mas antes de abordar tais períodos e as atividades econômicas que contribuíram para a formação socioespacial, faz-se necessário mostrar aqui a importância de um elemento ou particularidade do Baixo Tocantins, já mencionado no tópico anterior, decisivo para a circulação da produção e o relativo sucesso de cada atividade econômica em cada período: O rio.

Os rios e o regime das águas são características peculiares da região, e, como tais, são essenciais para a sobrevivência dos povos que aqui habitam, pois se constituem em meio de transporte para mobilidade, escoamento da produção e desenvolvimento da economia regional, principalmente no espaço denominado por Anderson (1991) de Amazônia tradicional, que se distingue da Amazônia de fronteira, onde a ocupação se deu mais recentemente e foi facilitada pela construção de estradas e rodovias em terrenos de terra firme.

A circulação pelos rios na região norte foi e continua sendo de grande importância. Moreira (1989) fala, por exemplo, que Belém passou por fases que levaram essa cidade a estruturar-se. A primeira dessas fases foi denominada de “ribeirinha”, isto é, Belém teve sua origem e desenvolvimento a partir dos rios. Assim como Belém, inúmeras cidades tiveram sua primeira fase às margens dos rios.

Pereira (2014) ressalta essa importância ao falar da influência do rio Tocantins e seus afluentes para a formação da estrutura territorial onde hoje se localizam vários municípios, como Cametá e Igarapé-Miri. Esse elemento natural foi decisivo no que se refere a constituição de povoados que originaram cidades e uma estrutura espacial capaz de atender interesses de diversas territorialidades, servindo de vias de escoação de produtos da floresta, como o cacau, o látex, cana de açúcar, farinha, entre outros, que serviram como base da economia Tocantina ao longo do tempo.

Os rios e igarapés do Município de Igarapé-Miri tiveram grande importância desde o momento em que essas terras foram doadas a João Mello Gusmão, e continuam tendo, até os dias atuais. Os pontos de referências e limites dessas terras em um primeiro momento foram os rios e igarapés, como ilustra Oliveira:

João de Mello Gusmão conseguiu, em 10 de outubro de 1710, do Governador, capitão-geral do Maranhão, Christovão da Costa Freire – Senhor das Pancas – a cessão de duas léguas de terras no Igarapé-Miry, as quais começavam na divisa do capitão-mór Luiz de Moraes Bittencourt, cuja divisa era o Igarapé Cataiandeuá, do lado direito, entrando n'essa cessão os terrenos em que era estabelecida a fábrica nacional, prolongando-se até o rio Santo Antônio onde completou as duas léguas cedidas; não mencionando a “Sesmaria” a extensão de fundo da mesma cessão (OLIVEIRA, 1899, p. 10).

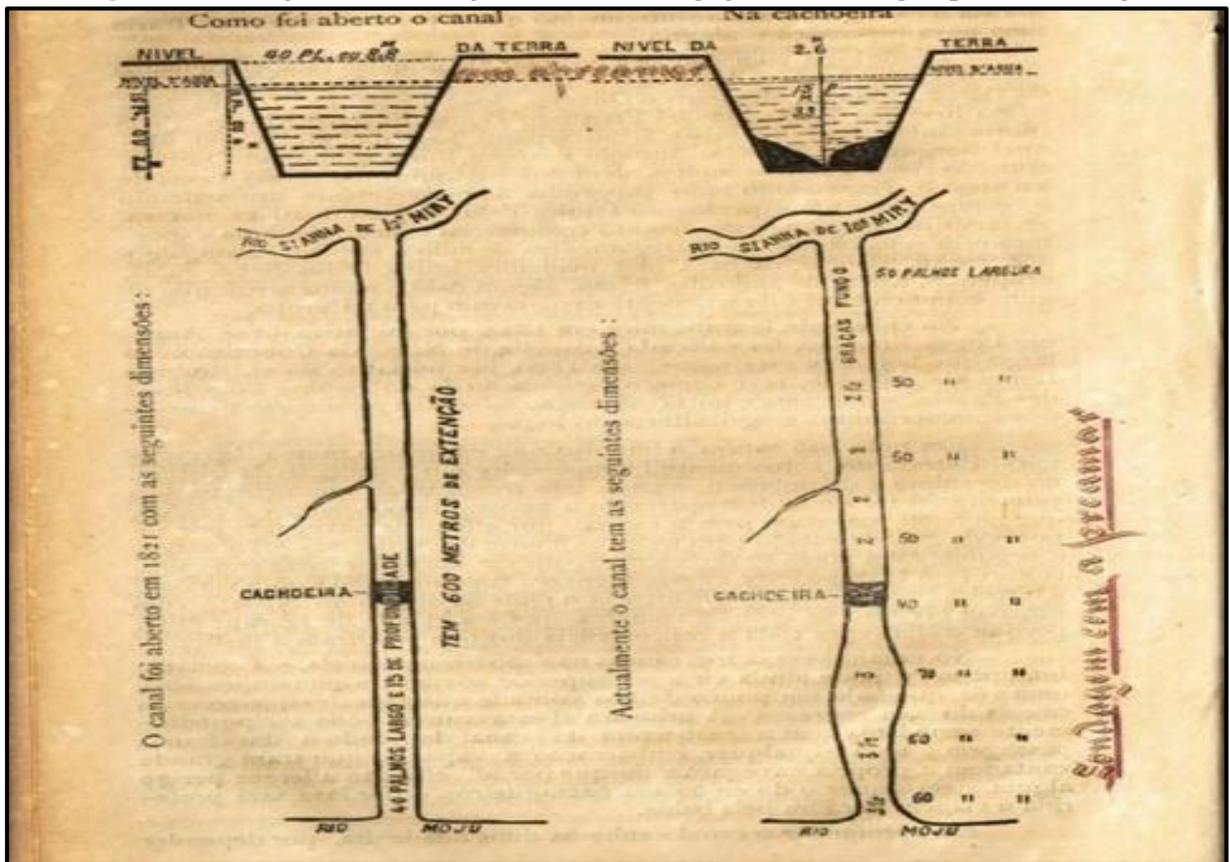
Além de servirem como pontos de referência e limites os rios e igarapés de Igarapé-Miri tiveram e tem fundamental importância para a economia local, assim como para outros povoados. Os rios que pertencem ao território miriense serviram de passagem para viajantes de outras localidades, como por exemplo, quem vinha do Amazonas e Tocantins em direção a Belém preferiam ir por Igarapé-Miri, pois, a viagem era mais segura que pela Baía do Marajó, onde a viagem tornava-se mais perigosa por causa das ondas, principalmente no Furo do Arrozal (OLIVEIRA, 1899).

Oliveira (1899, p.10) reforça a importância econômica do igarapé Cataiandeuá ao dizer que pelo mesmo desciam as madeiras e outros produtos que seguiam em direção a Belém e, em seguida, para a Europa. Dessa forma a economia miriense apresentou seu início pela utilização dos rios e igarapés como meio de circulação.

O interesse econômico através da rede hídrica foi tão forte que na segunda década do século XIX, um ano antes do Brasil ganhar sua independência de Portugal, iniciou-se a escavação do canal que ligaria o Rio Igarapé-Miri ao Rio Moju. Esse canal teria um pouco mais de 1 km de distância e tinha o objetivo de tornar a viagem mais curta de Igarapé-Miri até Belém, já que o trajeto mais perto e mais utilizado era realizado pelo Igarapé Rebibio, hoje conhecido como Furo do Igarapé-Miri Velho (atualmente em desuso devido o assoreamento e a falta de manutenção).

A figura 10, datada de 1821, mostra o projeto inicial do Canal, que seria escavado por escravos, para ligar o Rio Igarapé-Miri ao Rio Moju, encurtando a distância e o tempo das viagens de embarcações para a capital Belém.

Figura 10 – Projeto de escavação do canal de ligação dos rios Igarapé-Miri e Moju



Fonte: OLIVEIRA (1899).

A escavação do Canal que ligaria o Rio Igarapé-Miri ao Rio Moju foi ideia de um homem chamado Carambolas, durante o Governo de Antônio José de Souza Manoel de Meneses. Isso é comprovado nos escritos de Oliveira (1899, p. 14), que dizem o seguinte: “Então sugeri-lhe a ideia de emprender a abertura que comunicasse as águas do rio Moju com o de Sant’Anna de Igarapé-miry e comunicou essa sua ideia ao Capitão-general Antônio José de Souza Manoel de Meneses (Conde de Villa Flor)”. Na figura 11, a imagem atual que ilustra o canal de navegação, escavado pelos escravos, que interliga o rio Igarapé-Miri ao rio Moju. Esse canal é, na atualidade a principal rota de navegação e circulação de pessoas e mercadorias entre os municípios de Igarapé-Miri em relação a Moju e Belém.

Figura 11 – Canal de navegação entre o rio Igarapé-Miri e Moju



Fonte: Lobato (2007).

Diante do que foi colocado, não é correto falar no desenvolvimento de atividades econômicas em Igarapé-Miri sem mencionar a importância da rede hídrica, pois todos os períodos econômicos a tiveram como base de circulação e sua principal via de escoamento. Miranda (2001, p. 28), diz que “Em função dos rios constituírem-se na principal rota de circulação socioeconômica no município, faz com que a área de transporte não apresente grandes problemas”.

Ressaltada a importância dos rios no processo de ocupação e circulação, procura-se agora identificar quais foram as principais atividades econômicas que se desenvolveram ao longo do tempo e que contribuíram para a configuração socioespacial de Igarapé-Miri no passado e presente.

A exploração da madeira foi a primeira atividade econômica de grande expressão na localidade onde é hoje o município de Igarapé-Miri. De acordo com Menezes; Guerra (1998), no século XVIII existia uma intensa atividade de exploração de madeira na região onde hoje chamamos de baixo Tocantins, baseada na utilização da mão de obra escrava indígena e voltada para atender o mercado europeu em pleno desenvolvimento. Sete fábricas reais

localizavam-se nas margens de rios que batizaram as povoações de índios e colonos no período colonial. Entre essas povoações podem ser citadas Moju, Cametá, Igarapé-Miri, Abaetetuba, Acará, Barcarena, Conde, Baião e Beja. Igarapé-Miri se destacava na época por ser um espaço de grande exploração de madeira de qualidade, como o Piquiá e Angelim, espécies muito utilizadas como matéria prima na indústria naval portuguesa, fato reforçado na citação abaixo:

Como extensão dessa instituição surgiram as fábricas reais de madeira do vale do Tocantins, que forneciam a matéria prima para o arsenal do Pará e para exportação. A fragata Carolina, que serviu de apoio para a frota que transportou a família real portuguesa para o Brasil, em 1808, teria sido construída com madeira proveniente da fábrica real de madeira de Igarapé-Miri, que pertencia a coroa portuguesa, sendo um suporte do arsenal real da marinha portuguesa (MENEZES; GUERRA, 1998).

Segundo Oliveira (1899), “No lugar onde é assentada a cidade de Igarapé-Miri, existiu a Fabrica Nacional para aparelhamento e que de lá eram exportadas para Belém, em abundancia e das melhores qualidades”. Assim, a madeira era extraída e levada através dos rios para Belém, a sede provincial na época. Reafirmando o mesmo aspecto sobre essa pesquisa, Ferreira (1957 apud LOBATO; SOARES, 2001), ilustra de imediato que “[...] das fábricas existentes na província do Grão Pará, a Nacional era a mais proveitosa e de qualidade reconhecida [...]”.

Araújo (2015) ressalta também sobre a importância dessa atividade econômica ao dizer que a fábrica existente em Igarapé-Miri pertencia a um complexo de fábricas da Coroa portuguesa existente por toda a província do Maranhão e Grão-Pará e que de todas as fábricas existentes nessa região, a localizada em Igarapé-Miri era a que mais produzia.

Durante algum tempo a Fábrica Nacional foi o veículo de grande importância para a economia e para o povoamento local. Nesse momento, o território começou a ser ocupado e usado por inúmeras pessoas que emigraram em direção ao espaço que já não era mais o mesmo, iniciando-se relações sociais e econômicas que não existiam antes (OLIVEIRA, 1899).

A chegada de novas pessoas e famílias ao território exigiu uma nova organização espacial e logo a construção social dos espaços foi se moldando. Através das experiências coletivas compartilhadas, não só o espaço miriense sofreu transformações como também os hábitos das pessoas se modificaram, resultantes das novas experiências e convívio. Como consequência do extrativismo madeireiro começou a surgir áreas desmatadas e campos, possibilitando o cultivo de inúmeras espécies de vegetais, algumas plantadas para subsidiar as

necessidades alimentícias dos habitantes, enquanto outras espécies eram cultivadas para a comercialização, como foi o caso da cana-de-açúcar.

A segunda atividade econômica de destaque na formação socioespacial de Igarapé-Miri foi o cultivo da cana de açúcar. De acordo com Oliveira (1899), foi instalado em Igarapé-Miri no ano de 1712 o primeiro engenho para processar a cana e recebeu o nome de Engenho Santa Cruz, movido à água oriunda de uma represa criada no igarapé Calha, no Rio Panacauera. No lugar onde era o engenho Santa Cruz hoje está a escola de Ensino Municipal Graziela Gabriel (LOBATO, 2007). Após a implantação do engenho Santa Cruz, outros também foram inseridos.

Os engenhos tiveram dois momentos importantes na economia miriense, o primeiro foi com a produção do açúcar nos séculos XVIII e XIX e o segundo foi com a produção da cachaça no século XX entre as décadas de 1920 e 1970, após a crise nas exportações do açúcar brasileiro em função da concorrência sofrida em relação a produção do açúcar nas Antilhas e o fim do tráfico negreiro no final do século XIX (LIMA; PEREIRA, 2015).

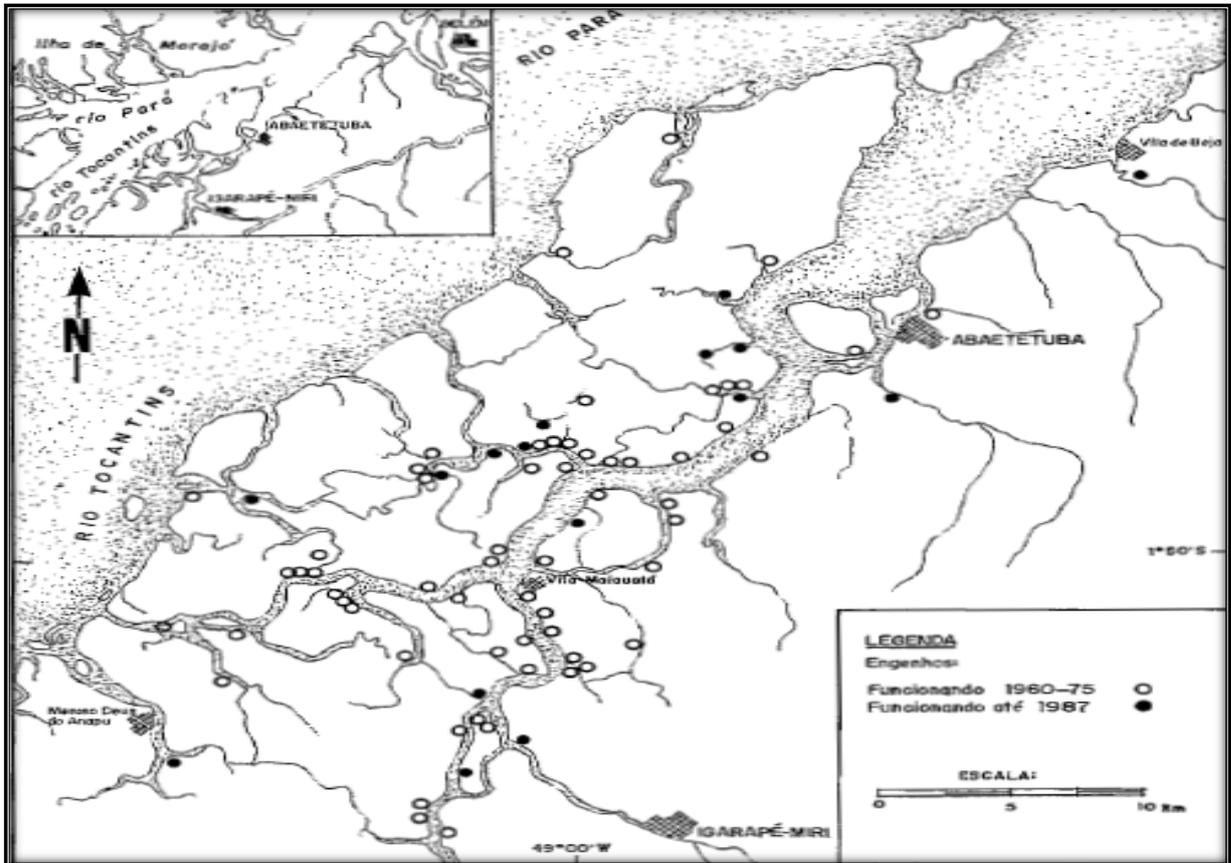
Anderson (1991) reforça a ideia acima ao afirmar que essa atividade se constituiu na base da economia de Igarapé-Miri e Abaetetuba durante mais de dois séculos (a partir do século XVIII até a segunda metade do século XX), onde foi desenvolvido um sistema agroindustrial dedicado ao cultivo de cana e produção do açúcar (até o início do século XX) e, principalmente, para a fabricação de aguardente em pequenos engenhos (no século XX).

Para se ter noção da importância da agroindústria do açúcar na formação socioespacial desses municípios, na época do auge na década de 1970 existiam, de acordo com Anderson (1991), cerca de 60 engenhos funcionando ao longo de vários rios dos municípios. Até a década de 1950 eram apenas 30. A área plantada dos municípios de Igarapé-Miri e Abaetetuba representavam mais de 90% da área plantada em cana-de-açúcar em todo o Estado do Pará (IBGE 1970a, p. 264). A produção de aguardente correspondeu, na década de 1970, a 100% da produção registrada em toda Amazônia (IBGE 1970b, p. 272-73). O valor da cana-de-açúcar produzida nestes dois municípios representou mais de 80 % da renda das atividades agrícolas que empregaram a população nas suas extensas várzeas (IBGE, 1970a).

Na figura 12, a distribuição dos engenhos de cana de açúcar ao longo das áreas ribeirinhas dos municípios de Igarapé-Miri e Abaetetuba. Os círculos em branco representam os engenhos que funcionaram de 1960 a 1975. Já os círculos pretos correspondem os engenhos que estavam em atividade até 1987. De acordo com Anderson (1991) esses engenhos contribuíram para a geração de renda e foram importantes fatores de atração de

peças que se dirigiram para esses espaços, constituindo pequenos povoados que originaram várias vilas que passaram a fazer parte da configuração espacial da região.

Figura 12 – Engenhos de cachaça ao longo da rede hidrográfica nos municípios de Igarapé-Miri e Abaetetuba



Fonte: Anderson (1991).

Em Igarapé-Miri, o número de engenhos cresceu consideravelmente entre as décadas de 1940 e 1960, se espalhando pelo território. Segundo Lobato (2007, p. 101), “No final da década de 60 Igarapé-Miri contava com quarenta e nove engenhos em funcionamento, em atividades e riquezas (...)”. Abaixo, na Tabela 02, os nomes dos engenhos, dos seus donos e dos rios onde se localizavam. De acordo com essa tabela e da figura 12, pode-se perceber o grande número de engenhos de cana de açúcar localizados em rios do município, dando a noção da densidade do povoamento e estruturação espacial dessas localidades baseada na produção e beneficiamento da cana de açúcar.

Tabela 02 – Engenhos, donos e rios em que se localizam

Nº	NOME DO ENGENHO	PROPRIETÁRIO	LOCALIZAÇÃO
01	N.ª. S.ª do Carmo	-----	Rio Igarapé-Miri

02	Cacoal	André Pinheiro	Rio Igarapé-Miri
03	São Paulo	José Araújo	Rio Meruí/Espera
04	São João	Raimundo Costa	Rio Meruí
05	Brasil	Julião S. Oliveira	S. Antônio
06	Pará	Caetano C. Leão	Rio S. Antônio
07	Recreio	Acácio C Leão	Rio S. Antônio
08	Novo Horizonte	João F da Costa	Rio Meruí
09	Jarí	Anilo M. Cardoso	Rio Japuretê
10	Indiano	Plácido Nonato	Rio Meruí
11	Livramento	Eládio Lobato	Rio Maiuatá
12	Ariranha	Joaquim V. Bastos	Rio Itamimbuca
13	São José	Raimundo M. de Lima	Furo do Seco
14	Juarimbú	Joana Fortes	Rio Juarimbú
15	São Luiz	Luiz Quintino	Ilha do Uruá
16	São Jorge	Agenor Martins	Rio Meruí
17	São João	João Quintino	Rio Maiuatá
18	Santa Cruz	Alvez V. & Cia	Rio Panacauera
19	Ponta Negra	Rufino C. Leão	Rio Anapú
20	Cariá	Silvestre C. Miranda	Rio Meruí
21	São Raimundo	Raimundo M. de Souza	Rio Murutipucú
22	São Domingos	Com. Acathauassú	Rio Maiuatá
23	São Sebastião	Maciminano	Rio Juarimbú
24	São Raimundo	Alcides Sampaio	Igarapé Santana
25	São Benedito	Ricardo	Rio Meruí/Caiá
26	São Raimundo	Didi machado	Rio Murutipucú
27	Santa Helena	Míguel Belo	Rio Meruí
28	Menino Deus	Antenor Sampaio	Rio Meruí
29	Aliança	Irmãos Corrêa	Rio Murutipucú
30	Conceição	Joaquim Português	Rio Piquiarana
31	Nazaré	Meneleu Leão	Rio Maiuatá

32	Santa Mario	Altino Sampaio	Rio Maiuatá
33	Santa Luzia	Manduca Martins	Rio Igarapé-Miri
34	Casa Vale	João Cametá	Pindobal
35	São Raimundo	Izidório Quaresma	Rio Mamangal
36	Trap. Hipólito	Sampainhos	Rio Maiuatá
37	Veneza	Aladim Sampaio	Rio Meruí
38	Fortaleza	Duquinha Lobato	Rio Maiuatá
39	Liderança	Jerônimo Rodrigues	Rio Murutipucú
40	São J. Tadeu	Arcelino Corrêa	Rio Murutipucú
41	São Vicente	Praxedes V. Sousa	Rio Meruí
42	Santo Antônio	Alacy Sampaio	Rio Maiuatá
43	Vera Cruz	Maroca Fortes	Rio Panacauera-Miri
44	Santo Antônio Botelho	Jango Miranda	Rio Maiuatá
45	Pacheco	Plácido C. da Silva	Rio São Domingos
46	São João	João C. Paiva (João Boi)	Rio São Domingos Furo do Seco
47	Santa Maria	José Garcia da Silva	Rio Maiuatá
48	Juarimbú	Maximiliano Cardoso	Rio Juarembú
49	São Raimundo	Paconhaum	Rio Panacauera

Fonte: Elaboração da tabela com base em SANTIAGO (2013, p. 134 – 135).

A chegada dos engenhos e a atividade econômica do açúcar e cachaça foram fatores muito importantes para a economia e para a estruturação do território miriense. Lugares que antes eram inóspitos e com densas florestas passaram a sofrer modificações paisagísticas com as instalações dos engenhos, construções de casas, surgimento das vilas, pequenas lavouras, caminhos, comércios, igrejas, etc., assim, tornaram-se áreas ocupadas e de relações sociais em vários níveis e escalas (OLIVEIRA, 1899).

A seguir, na figura 13, a imagem de um objeto ou forma espacial muito comum às margens dos rios de Igarapé-Miri nos séculos XVIII, XIX e XX, o engenho de cana de açúcar no rio São Domingos (furo do seco), do proprietário Sr. João Paiva, conhecido popularmente na cidade como João Boi. Os engenhos de cana se constituíram em fonte de trabalho e renda durante mais de dois séculos, bem como em elemento que motivou a ocupação e povoamento das áreas ribeirinhas.

Figura 13 – Engenho de cana de açúcar em Igarapé-Miri



Fonte: Eládio Lobato (2007).

Sobre os acontecimentos e as mudanças espaciais do período de exploração da cana de açúcar, Lobato (2007) em seus estudos diz: “A razão dos numerosos engenhos espalhados por todo o município foi responsável pelo aumento demográfico em Igarapé-Miri, considerando que chegou a ser o sétimo município em população do Estado do Pará e atualmente é o 17º”. Percebe-se então que, em meados do século XX, Igarapé-Miri tinha aumentado sua população e isso se deu, principalmente, pela numerosa quantidade de engenhos montados que passaram a atrair muitas pessoas devido a oferta de trabalho. Economicamente o período da cachaça foi de grande importância, uma vez que, segundo Lobato (2007), nos anos de 1938 e 1939, a coletoria de rendas federais de Igarapé-Miri, alcançou a renda máxima na região Norte do Brasil.

A partir da década de 1970 a produção de cachaça entra em fase de declínio. Segundo Anderson (1991), alguns fatores foram decisivos para isso, como: a industrialização da bebida no sul e sudeste; as interligações entre as regiões com a construção de estradas, a partir das políticas de JK, que provocaram a concorrência com o produto vindo dos outros centros produtores do sudeste e nordeste; a efetivação das leis trabalhistas; a produção da cachaça

adulterada pelos atravessadores e a falta de políticas públicas voltadas para a melhoria e apoio técnico para a produção em território miriense e abaetetubense.

Uma reportagem do Jornal Liberal no ano de 2000 reforça a afirmação supracitada dizendo que:

A pequena cidade, que em tempos de outrora era conhecida como a terra da cachaça, foi vítima dos tempos modernos. A abertura de estradas ligando o Pará ao Nordeste e ao Sul do Brasil e a nova política social de relação empregado-patrão foram decisivas para o fechamento de (quase) todos os engenhos, proporcionando mudanças radicais na economia do município (JORNAL “O LIBERAL”, 23/07/2000, p. 4, apud LOBATO; SOARES, 2001).

Com o declínio da produção da cachaça, Igarapé-Miri entra em um quarto período de sua formação socioespacial, marcado pela intensificação da extração e produção madeireira, a partir da década de 1950 até a década de 1980. É importante dizer aqui que desde o século XVIII a atividade madeireira sempre existiu no município, no entanto, durante os períodos econômicos do açúcar e da cachaça essa atividade não era a principal fonte econômica. A acumulação de capitais advindos da atividade açucareira permitiu, aos donos de engenho, investimentos em outras atividades, como: olarias, comércios, barcos para viagens, lavouras e, principalmente, serrarias. Então, era comum naquela época observar ao lado dos grandes engenhos pequenas serrarias.⁵

A partir da década de 1960 algumas dessas serrarias se tornaram fortes e passaram a produzir grande quantidade de madeira, principalmente na zona urbana, onde três se destacaram: a Indústria de Madeira Santos Ltda; a Serraria Santana e a serraria B. Corrêa e Filhos. Essas serrarias atraíram muitas pessoas da zona rural, se constituindo em importante fonte de emprego e renda, interferindo também na configuração do espaço urbano, uma vez que todas essas serrarias contribuíram na dinâmica espacial da cidade por meio da construção de ruas, pontes, aterro de áreas, etc. Até a década de 1960, a prefeitura não possuía logística capaz de abrir ruas ou até mesmo aterrar. Diante disso, os proprietários dessas madeireiras acabavam fazendo por conta própria o serviço. A partir da década de 1980, os efeitos da crise econômica da chamada “década perdida” e a entrada em vigor de leis ambientais mais rígidas, foram fatores decisivos para o fechamento dessas e de várias serrarias.⁶

Atualmente a atividade madeireira ainda existe nas áreas ribeirinhas e proximidades da cidade de Igarapé-Miri, porém, com menos força se comparado aos tempos do final do século

⁵ Informação obtida através de relatos do Sr. Gelffson Lobo, antigo morador da rua 7 de setembro, onde se localizava uma importante serraria. 15/09/2018.

⁶ Informações obtidas através de relatos do Sr. Elídio Ferreira, Morador da rua 7 de setembro. 16/09/2018.

XX. A figura 14, a seguir, retrata uma serraria a beira do rio Igarapé-Miri, objeto responsável pela geração de empregos e renda, porém parte de um sistema degradante e comprometedor da floresta.

Figura 14 – Serraria a beira do rio Igarapé-Miri



Fonte: arquivo pessoal (2019).

Com a decadência dos engenhos na década 1970 e das madeireiras na década de 1980, Igarapé-Miri experimentou nas décadas 1980 e 1990 uma estagnação acentuada na economia local, que implicou em uma extrema miséria e vulnerabilidade social intensificada pelos efeitos da chamada “década perdida”⁷. Na busca de superar essa situação e de recuperar a economia miriense, passou a ser desenvolvido, mesmo de forma tímida, o extrativismo de palmito da palmeira do açai. Apesar de não gerar renda significativa para o município, comparado aos períodos já mencionados, ao mesmo tempo criava-se um problema ambiental com as palmeiras cortadas para a extração do palmito utilizadas apenas uma única vez.

Araújo (2015) afirma que a decadência da matriz industrial de fabricação de aguardente também abriu espaço para a instalação – em escala elevada – de unidades

⁷ Década de 1980, marcada pelos efeitos da crise do petróleo em escala mundial, que provocou o aumento da dívida externa e a consequente alta da inflação e crise econômica no Brasil.

dedicadas ao beneficiamento de palmito em conserva, diga-se de passagem, a partir de matéria prima obtida de forma bastante predatória sob a ótica ambiental.

2.2.4 O período econômico do açaí e o novo significado de Igarapé-Miri no Baixo Tocantins.

A partir da segunda metade da década de 1980, Igarapé-Miri passou por mudanças na sua economia, em decorrência do fim do ciclo da cana-de-açúcar. Dos 54 engenhos que produziam açúcar e cachaça em 1975, apenas nove restaram em 1983, e na década de 1990 encerraram suas atividades. Alguns proprietários de engenhos mudaram-se para Belém, onde abriram grandes supermercados, como o Líder e o Nazaré. Em consequência disso muitos trabalhadores rurais ficaram desempregados (PARÁ, 2018).

Segundo Araújo (2015), na década de 1980, a pesca em Igarapé-Miri, foi fortemente abalada pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que, a partir de 1983, teria levado à redução de muitas espécies, principalmente do mapará. Por outro lado, sua vegetação ficou comprometida com a atuação de serrarias, instaladas após a abertura de estradas e rodovias como a PA 150 e de indústrias de palmito, responsáveis pela redução da produção do mais tradicional alimento daquela população local, o açaí. Assim, os açaizais mirienses sofreram um forte impacto devido a intensificação da exploração do palmito.

O autor supracitado afirma também que muitas fábricas começaram a chegar do Sudeste para as regiões de várzea no Pará ainda na década de 1970, devido ao esgotamento das fontes do palmito Jussara da Mata Atlântica. Antes abundantes nas regiões de várzea da Amazônia, os açaizeiros começaram a sofrer impacto com o corte indiscriminado de suas palmeiras em idade produtiva. Essa ação predatória afetou o estoque de frutos para a dieta alimentar da população, baseada na farinha de mandioca, peixe e polpa de açaí, a qual é produzida com certa quantidade do fruto amassado e misturado com água.

Nesse contexto e situação desfavorável grande parte da população da zona rural passou a migrar para a cidade. Iniciou-se então, de acordo com Araújo (2015), um processo de organização político-econômico de trabalhadores rurais liderado pela igreja católica com alguns objetivos, como: fixar o homem ao campo para amenizar o êxodo rural; gerar uma consciência de organização sindical e de produção sustentável; e, ao mesmo tempo, contribuir para chamar atenção para os investimentos Estatais. A iniciativa da igreja católica foi decisiva para o desenvolvimento da cadeia produtiva do açaí em Igarapé-Miri e a atual organização socioespacial.

Miranda confirma e reforça o esforço da igreja ao dizer que:

Apesar da predominância histórica das práticas políticas tradicionais e centralizadoras, o universo civil do município tem, nos últimos anos, vivenciado processo de organização coletiva própria e progressista, em decorrência de atividades lideradas pela igreja católica, sindicato rural e alguns partidos políticos (MIRANDA, 2001, p. 37).

Analisando as afirmativas dos autores supracitados, observa-se que a Igreja católica teve grande participação na consolidação do território e na economia miriense, uma vez que essa instituição promoveu a difusão da consciência da importância do espaço rural para a vida dos que ali nasceram e foram criados. O público alvo dessa Igreja para difundir suas ideias foi dos jovens que aos poucos foram assimilando e divulgando-as. Posteriormente esses jovens fizeram parte dos movimentos sociais e das instituições sociais como era o desejo da Igreja que criou estratégias para atuar de forma eficiente e organizada. A primeira foi a reorganização do espaço rural e outra foi a luta institucional, como bem afirma Araújo:

Avistam-se as duas primeiras estratégias definidas pelos atores que lideravam aquela mobilização: a reorganização do espaço rural, como lugar onde a vida coletiva inicia, e a luta institucional não se reconstruía sem discutir o papel do sindicato e sem fazer uma reforma agrária no município (ARAÚJO, 2015, p. 85).

A partir da primeira estratégia de reorganização do espaço rural, a dinâmica espacial miriense começou a tomar nova forma, passando a configurar novamente em um novo molde, segundo o interesse desses atores ligados à Igreja, simpatizantes políticos, sindicato dos trabalhadores, camponeses e outros movimentos sociais que começavam a se organizar e a lutar em prol da classe camponesa. O interesse em querer fortalecer a economia em Igarapé-Miri desenvolvida pelas estratégias da Igreja Católica não tinha outra razão, se não a própria sobrevivência dos mirienses. Sobre isso, Miranda afirma que:

Preocupados com esta realidade, nos últimos anos os movimentos sociais ligados à igreja católica e ao sindicalismo, iniciaram algumas experiências na região (Cametá, Igarapé-Miri, Abaetetuba) com a criação de peixes em projetos coletivos junto aos ribeirinhos (MIRANDA, 2001, p. 55).

Foi nesse cenário que houve a necessidade de engendrar associações com o intuito de fortalecimento social. Os jovens ligados à Igreja começaram a conscientizar os camponeses que permaneciam no campo da necessidade de desenvolverem suas atividades nesse local, medida de muita importância a partir das ações desses movimentos sociais. Assim, houve três fatores relevantes: a primeira foi a fixação do homem no campo e sua reprodução social; a segunda foi o desenvolvimento da atividade agrícola e última uma nova reorganização

espacial na zona rural/ribeirinha, aqui entendido como campo. Araújo deixa claro isso, quando afirma que:

[...] o fortalecimento do mundo rural ajudou a difundir a formação de comunidades de pessoas, um dos principais estímulos para o que ora se compreende como a constituição de organismos associativos, a partir dos quais uma nova configuração de território seria engendrada (ARAÚJO, 2015, p. 86).

O debate proposto pela Igreja católica não serviu apenas para esses fatores citados acima, mas também incentivou as ocupações institucionais para a conquista da colônia dos pescadores, do SINTEP, dos partidos políticos e outras instituições pela classe camponesa que lutava pela representatividade nessas instituições e por uma reforma agrária.

Contudo - apesar de ter sido projetada originalmente para atender a necessidade de manutenção dos núcleos familiares no campo e garantir sua reprodução social -, a luta política pela conquista do sindicato promoveu um ambiente favorável à difusão de uma cultura associativista e propício ao debate sobre desenvolvimento sustentável (ARAÚJO, 2015, p. 87).

A conquista do Sindicato dos Trabalhadores por esses camponeses possibilitou uma nova política que até então beneficiava apenas os interesses dos que comandavam. Sobre isso, Araújo (2015, p. 87) diz: “Finalmente, a vitória daqueles camponeses como grupo de oposição aos que comandavam o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé-Miri, em 1988, consolidou um ciclo de conquistas do movimento em todo o baixo Tocantins”.

A Igreja Católica tinha o objetivo fixar o camponês ao campo, e ao mesmo tempo, ele tinha que estar ligado aos movimentos sociais com o intuito da Igreja mantê-lo informado. Nesse contexto, surge o programa de formação de animadores da Prelazia, que foi de muita importância para a mudança na forma de pensar e trabalhar dos camponeses com a terra, em vez de cortar a palmeira do açaí para extrair dela o palmito, o camponês deveria desenvolver uma agricultura sustentável do manejo dos açazais e ainda se interessar pelas lutas sindicais e políticas (ARAÚJO, 2015).

As ideias propostas pela Igreja católica deram bons resultados e os objetivos foram aos poucos sendo efetivados. O camponês permaneceu no campo e passou a desenvolver uma agricultura sustentável, colaborando de forma significativa com a reorganização espacial no território miriense. Além disso, manteve-se ligado aos movimentos sociais, atualizado e ativo dentro das instituições sociais.

Outro fator importante que contribuiu para o desenvolvimento da cadeia produtiva do açaí em Igarapé-Miri foi a ação do Estado, que através da EMATER, financiou o cultivo de

alguns produtos, a exemplo do açaí. O relato de um dos animadores da prelazia naquele período, o Sr. Roberto Oliveira⁸, confirma o que foi dito:

No início da década de 1990 foi criado o **Projeto Mutirão**⁹, em 1991 houve o **Grito do Campo** que foi um movimento de massa puxado pela CUT e FETAGRI. Já no terceiro grito se dizia: **Terra Brasil**. Esses movimentos foram criando força e chamando a atenção para o campo. Em 1993 surgiram os primeiros financiamentos para açaí, coco, laranja e cupuaçu. Igarapé-Miri preferiu financiamentos para o açaí. Grupos sociais formados por mirienses começaram a bater de frente com o EMATER, pois, enquanto a EMATER desejava que os financiamentos fossem para outros produtos, os igarapemirienses acreditavam que o açaí seria mais promissor. Em 2001 foi provado para o Ministério da Agricultura Projeto de Desenvolvimento Extrativista (PRODEX) em que o açaí não precisava de licença florestal nem de mudas, o Projeto de Desenvolvimento do Município tirou mais de mil financiamentos nesse período.

Nesse depoimento do Sr. Roberto Oliveira percebe-se que os agricultores mirienses estavam convictos de que os investimentos propostos pelo governo deveriam ser canalizados para o açaí e não para outros produtos. Além de provar que o açaí não precisava de licença florestal nem de mudas, já que é uma planta típica da região.

No final da década de 1990, a produção do açaí mostrava sinais de um novo período econômico no Município de Igarapé-Miri, através das políticas de incentivo ao homem do campo idealizado pela Igreja Católica e o apoio Estatal. No ano de 2000, o Núcleo de Ação para o Desenvolvimento Sustentável (POEMAR) da Universidade Estadual do Pará (UEPA) esteve em Igarapé-Miri realizando uma série de reuniões, entrevistas e encontros com a população, mostrando a importância de uma agricultura sustentável. Nesse período houve o encontro municipal sobre alternativas para o desenvolvimento Sustentável.¹⁰

Realizado em 23 de fevereiro de 2000, o Encontro contou com a presença de 82 participantes que representavam 13 instituições municipais urbanas (entre elas os poderes públicos municipais), 16 associações de moradores, e 6 entidades estaduais e federais especialmente convidadas (MIRANDA, 2001, p. 51).

Como resultado dessas ações de incentivo a uma agricultura sustentável proposto pela Igreja católica desde a década de 1970, reforçada posteriormente por outras instituições e no

⁸ Ativista político e ex-prefeito de Igarapé-Miri. (20/10/2018).

⁹É um nome de fantasia. Uma expressão que assume valor político no discurso das lideranças sindicais. É como se fosse um “código” semântico criado por seus idealizadores para marcar a identidade de uma estratégia de movimento gestada enquanto extensão do sindicato, a partir da qual se buscou viabilizar parte dos objetivos traçados pela oposição de 1988 (ARAÚJO, 2015, p. 94).

¹⁰ Realizado em 23 de fevereiro de 2000, o Encontro contou com a presença de 82 participantes que representavam 13 instituições municipais urbanas (entre elas os poderes públicos municipais), 16 associações de moradores, e 6 entidades estaduais e federais especialmente convidadas (MIRANDA, 2001, p. 51).

início da década de 2000 pelo POEMAR, a população assimilou e acatou a ideia de que isso, por sua vez, contribuiu decisivamente para o desenvolvimento de mais um período econômico em Igarapé-Miri. A partir dos anos 2000 tem-se o início do período econômico do açaí, com a grande produção que aumenta a cada ano e a expressão de um novo significado econômico desempenhado na rede urbana do Baixo Tocantins.

Atualmente Igarapé-Miri é conhecida como “A capital mundial do açaí”, título proposto pelo historiador miriense João Maria Quaresma Júnior, e utilizado pelo poder público e população local como representação simbólica e forma de expressar a grande produção alcançada desde a década de 2000 e que, segundo o IBGE, ultrapassou 305 mil toneladas em 2017, colocando o município em primeiro lugar na produção do açaí no Brasil.

De acordo com Pará (2018) o valor da produção agrícola do país foi de 319,6 bilhões em 2017, sendo que o valor de produção no Norte foi de 22,6 bilhões. Mais da metade desse total, 12,8 bilhões vieram do Pará, em particular, de Igarapé-Miri (Pa), que tem no açaí 99,5 % dos 1,8 bilhões arrecadados pelo município na produção agrícola. Segundo o PAM IBGE de 2018 o município arrecadou 880 milhões de reais em rendimentos provenientes da venda do açaí. O quadro a seguir mostra a expressividade do município na produção agrícola, baseada na exploração do açaí, no ano mencionado, em que mais de noventa por cento do total arrecadado foi proveniente da produção deste produto.

Tabela 03 – Valor da produção agrícola no Brasil, região norte, Pará e em Igarapé-Miri
Ano 2017

Brasil	319,6 Bilhões de reais.
Região norte	22,6 Bilhões de reais.
Pará	12,8 Bilhões de reais.
Igarapé-Miri.	1,8 bilhões de reais. (desse total, 880 milhões foram da cadeia produtiva do açaí)

Fonte: PAM-IBGE, 2018.

Os produtos derivados da exploração dos açaizais ocupam lugar de destaque na economia do Pará, pela produção de frutos e palmito, produtos comercializados tanto no próprio Estado como também vendido para outras regiões do país e para o exterior, contribuindo de forma significativa para a receita paraense. Pelo lado social, os frutos do açaizeiro são de fundamental importância para subsistência de muitas populações ribeirinhas pelo alimento que proporcionam e pelo excedente familiar.

A fruta do açaí por suas características próprias de cheiro, sabor, valor nutritivo, entre outros, estimulou sua venda para outras partes do país e exterior. De acordo com a secretaria de desenvolvimento e mineração do Estado do Pará - SEDEME, a produção total de açaí no Estado cresceu consistentemente e a exportação tem crescido 13% ao ano em média, com 90% da produção indo para os EUA e Japão. A demanda local no Estado é de 500 a 700 mil toneladas. A perspectiva é que em 2030 seja possível atingir uma produção de 1,5 milhões de toneladas, com 50 mil hectares adicionais plantados e melhor manejo nas várzeas. O melhoramento genético e pesquisa do cultivo de açaí favorecem a qualidade e produção.

A demanda crescente do mercado de polpa do açaí, induzido pelo processo de beneficiamento e congelamento quadruplicou o consumo mundial, antes restrito ao período de safra. Agora, no período da entressafra os plantios irrigados conseguem suprir a demanda anual de produção e do beneficiamento efetuado por batadeiras elétricas das grandes fábricas com suas modernas máquinas industriais de processamento dessa fruta (PARÁ, 2018).

Cerca de 20% do açaí in natura que é produzido destina-se ao consumo interno dos moradores e 80% destina-se a diversas agroindústrias de polpa do Pará e outros Estados¹¹. Existem em Igarapé-Miri 08 agroindústrias que transformam o fruto do açaí em poupa, são elas: Açaí Miriense, Bony Açaí, Vale do Açaí, Açaí Vita Nat, Açaí Amazon, Sabor do Açaí, Nutre Latino e Dapancol. Segundo o Sr. Dario Júnior¹², proprietário da Dapancol, as fábricas chegam a produzir polpa durante 07 a 08 meses por ano (geralmente de agosto a fevereiro), conseguindo produzir volume mais expressivo nesse período.

A tabela 04 fornece alguns números relativos à produção de polpa em toneladas em cada agroindústria do município. Os dados são referentes a produção da polpa do açaí nessas empresas na safra de 2018 e mostram que em todas o volume produzido ultrapassa 13 toneladas, com destaque para a Nutrilatino com 40 toneladas, Açaí Vita Nat com 40 toneladas e a Bony Açaí com 30 toneladas.

Tabela 04 – Produção anual das agroindústrias de açaí que atuam em Igarapé-Miri

EMPRESA	QUANTIDADE/ DIÁRIA EM POLPA
Dapancol	15 toneladas
Açaí Vita Nat	40 toneladas
Vale do Açaí	15 toneladas

¹¹ Informação obtida através de entrevista com o dono da fábrica Dapancol. 08/11/2018.

¹² Dono da fábrica de polpa de açaí Dapancol. Entrevista em 08/11/2018.

Açaí Miriense	13 toneladas
Nutrilatino	40 toneladas
Açaí Amazon	15 toneladas
Sabor do Açaí	15 toneladas
Bony Açaí	30 toneladas
TOTAL	183 toneladas

Fonte: elaborada com base em entrevista com o proprietário da agroindústria Dapancol, SR Dário Jr. (08/11/2018).

Igarapé-Miri exporta tanto a polpa quanto o fruto em caroço. O fruto em caroço, na grande maioria, é exportado para outras cidades dentro do próprio Estado do Pará, onde cidades como Castanhal, Marituba, Tomé-Açu e Benevides são as maiores compradoras. Sobre a quantidade de açaí exportado no período da safra, todos os dias saem cerca de 50 caminhões carregados de Igarapé-Miri, cada um levando em média 600 basquetas¹³ com 30 quilos. Se multiplicar o número de caminhões (50) pelo número de basquetas (600) chega-se a um total de 30.000 (trinta mil) basquetas que são exportadas todos os dias. Se considerarmos que cada uma tem capacidade para 30 quilos, então teremos um volume de 900 toneladas de açaí in natura que é vendido diariamente para outros municípios¹⁴.

Sobre a quantidade diária de açaí que se consome e que é transformado em polpa em Igarapé-Miri, além desses 50 caminhões que saem, outros 15 caminhões abastecem as agroindústrias de polpa do município e atendem à demanda de vários batedores autônomos da cidade que garantem o consumo interno. Se multiplicar o número de caminhões que abastecem as agroindústrias e o mercado interno (15) pelo número de basquetas (600) chega-se a um total de 9.000 basquetas. Se cada basqueta tem 30 quilos, então a quantidade de açaí que fica na cidade para ser consumida diariamente pela agroindústria e população é de 270.000 quilos, ou 270 toneladas¹⁵.

Uma basqueta, que equivale a 30 quilos, produz em média 20 quilos de polpa. Considerando que em Igarapé-Miri ficam 9.000 basquetas para o consumo interno e toda essa quantidade seja transformada em polpa, chega-se a um total de 180.000 quilos ou 18 toneladas de polpa por dia. As imagens abaixo indicam a localização das agroindústrias de

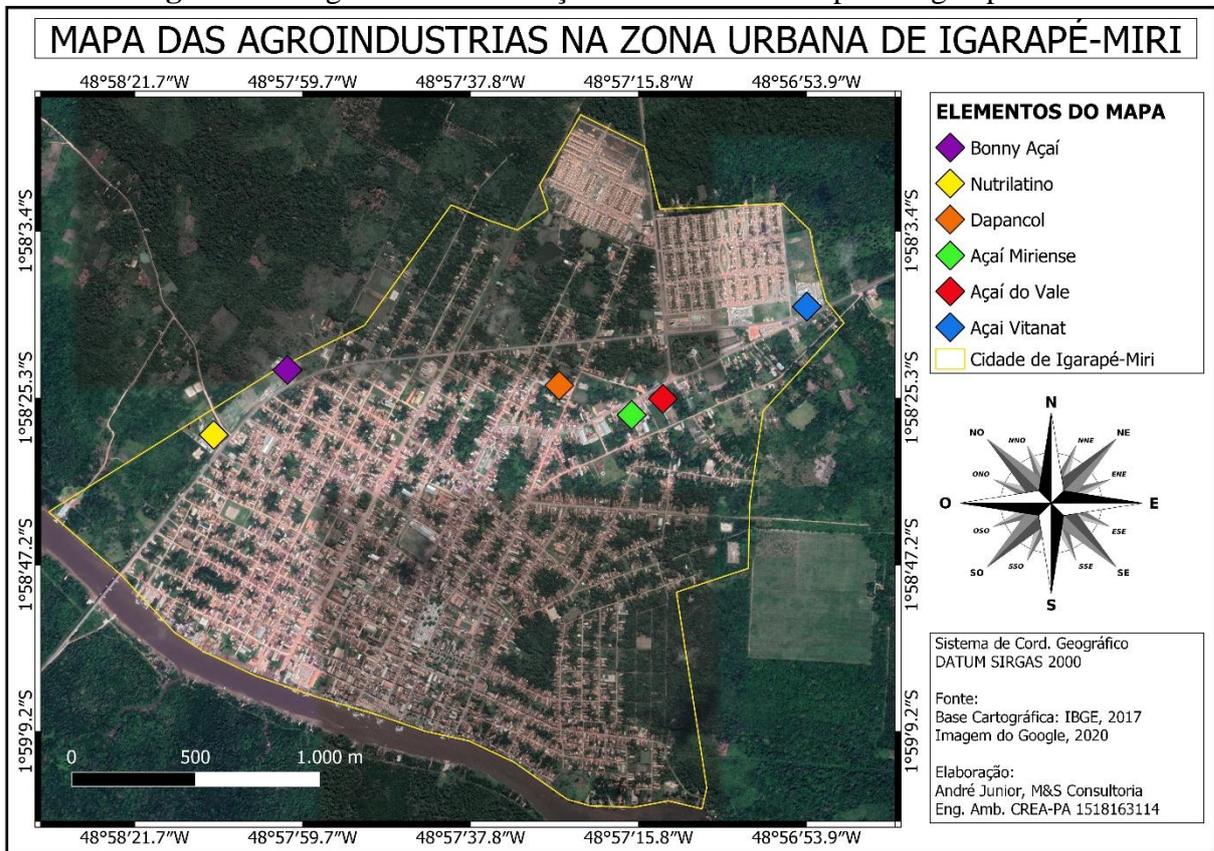
¹³ Recipiente de plástico utilizado para o transporte do açaí in natura. Cada basqueta tem capacidade para 30 quilos de açaí in natura.

¹⁴ Informações obtidas através de relatos em entrevista com o Sr Dario Jr, proprietário da agroindústria Dapancol. Entrevista em 08/11/2018.

¹⁵ Informações obtidas através de relatos em entrevista com o Sr Dario Jr, proprietário da agroindústria Dapancol. Entrevista em 08/11/2018.

polpa de açaí em Igarapé-Miri¹⁶. Na figura 15, as agroindústrias localizadas na sede do município e na Figura 16, as agroindústrias localizadas na zona rural.

Figura 15 – Agroindústrias de açaí na sede do município de Igarapé-Miri

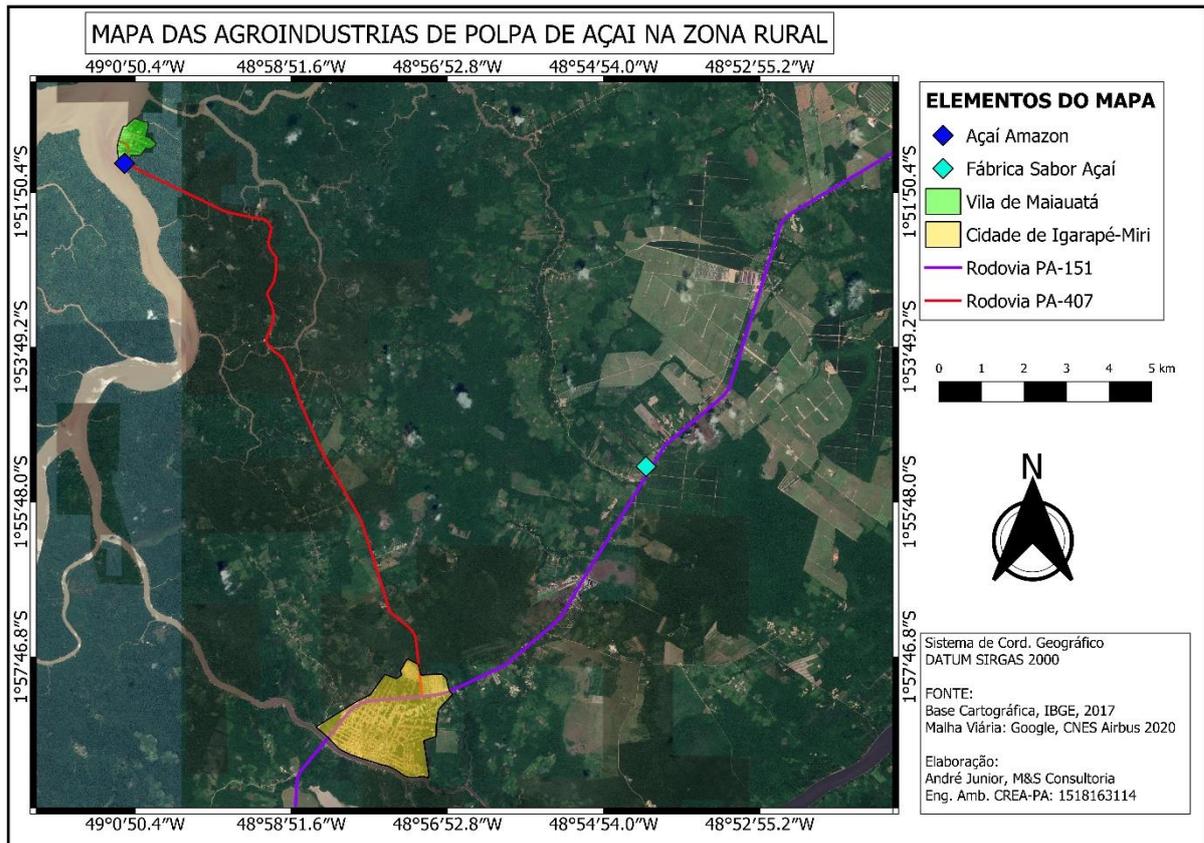


Fonte: projeto cartográfico Ederson Lobo, execução André Junior (2020).

Abaixo, na figura 16, as agroindústrias de açaí localizadas na zona rural, uma na vila Maiauatá e outra na PA 151.

¹⁶ Informações obtidas através de relatos em entrevista com o Sr Dario Jr, proprietário da agroindústria Dapancol. Entrevista em 08/11/2018.

Figura 16 – Agroindústrias de polpa de açaí na zona rural



Fonte: projeto cartográfico Ederson Lobo, execução André Junior (2020).

Observa-se que no atual período econômico do açaí as indústrias estão localizadas tanto na zona rural (duas) como na urbana (seis), totalizando oito indústrias. De acordo com as pessoas entrevistadas, cada uma dessas indústrias que trabalham no beneficiamento do açaí chega a empregar em média entre de 30 a 50 pessoas. Se multiplicar essa quantia de pessoas pelo número de indústrias, chega-se, em média, a um total de 240 a 400 empregos diretos. Ainda há aqueles que trabalham para os donos de açazais, como o peconheiro, carregadores, vigias, barqueiros, técnicos, além de batedores e tantos outros que sobrevivem da produção do açaí na zona urbana.

Da Silva; Amorim (2017), em seu trabalho sobre a produção, venda e consumo do açaí, retratam de forma breve, sobre a rotina diária de alguns agentes envolvidos na cadeia produtiva do açaí, como os peconheiros, os carregadores e batedores. No quarto capítulo desse trabalho serão abordadas mais informações socioeconômicas a respeito desses e de outros agentes sociais que compõem a cadeia produtiva do açaí no município, no sentido de mostrar a sua influência na qualidade de vida desses agentes.

Os peconheiros são pessoas que trabalham de segunda a sábado, em média 6 horas por dia, na extração do fruto do açazeiro em áreas de várzea com a ajuda de um utensílio

utilizado nos pés para facilitar a subida na palmeira, chamado de peconha¹⁷. A maioria dos trabalhadores peconheiros é do mesmo rio ou de outro e geralmente ganham em cada rasa¹⁸ que enchem. Muitos começam trabalhar desde os 15 anos e, dependendo do contrato com o proprietário, podem ganhar remuneração por diária ou semana. Os peconheiros costumam subir sem proteção nos açazeiros, que têm em média 15 metros de altura, com uma faca presa nas costas e uma peconha enrolada nos pés. Diante das condições precárias de trabalho, a atividade foi considerada uma das mais perigosas do Brasil, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Peabiru, em parceria com o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região do Pará e Amapá (TRT8). (REVISTA ELETRÔNICA GLOBORURAL, 2018).

Os carregadores de açaí são trabalhadores responsáveis pelo abastecimento de barcos e caminhões. O período de trabalho é, em média, de 8 horas por dia, de segunda a sexta, podendo se estender pelo fim de semana no período de safra. A maioria dos carregadores trabalha por acordo informal (nada por escrito e sim verbalmente). O dono do caminhão, precisando de carregadores, conversa com algumas pessoas que estão habilitadas para trabalhar e assim cada uma recebe um valor específico em cada rasa carregada. Geralmente o trabalho é nos turnos da tarde e noite, iniciando às 17 horas se estendendo, muitas vezes, até as 5 horas da manhã. Os caminhões carregados do fruto se dirigem para pontos de beneficiamento de Igarapé-Miri e, também, para outras cidades como Castanhal, Benevides, Marituba, onde é transformado em polpa e comercializado para outros mercados.

Os batedores de açaí são trabalhadores que geralmente acordam na madrugada para comprar açaí em grão e, ao longo do dia, transformar a polpa em líquido em suas máquinas batedeiras para vender e atender a grande demanda da população da cidade. A maioria trabalha das 7 da manhã às 22 horas, de segunda a domingo, vendendo o vinho do açaí, abastecendo as mesas das famílias mirienses. De acordo com o departamento de vigilância sanitária de Igarapé-Miri, existem 280 estabelecimentos com máquinas batedeiras cadastradas que produzem o vinho ou suco de açaí na cidade. Esses estabelecimentos funcionam em média com quatro trabalhadores (totalizando, aproximadamente, 1.120 trabalhadores de estabelecimentos cadastrados) que, na maioria dos casos, utilizam esse trabalho como fonte de renda para o seu sustento e de suas famílias.

A seguir, na tabela 05, um demonstrativo da quantidade de estabelecimentos cadastrados de batedeiras de açaí distribuídas pelos bairros da cidade de Igarapé-Miri e em

¹⁷ Utensílio feito com folhas trançadas ou sacas de plástico em forma de círculo, utilizado pelo peconheiro em seus pés para facilitar a subida no açazeiro.

¹⁸ Paneiro feito de fibras do açazeiro que serve para o transporte do açaí in natura.

importantes vilas do município e o número de trabalhadores empregados nas bateadeiras em cada bairro e vilas.

Tabela 05 – Distribuição por bairros e vilas do número de bateadeiras de açaí e de trabalhadores empregados na sede e vilas do município

Bairro ou vila	Número de estabelecimentos	Número de trabalhadores empregados.
Boa esperança	33 Cadastrados	132
Centro	45 Cadastrados	180
Matinha	20 Cadastrados	80
Cidade nova	80 Cadastrados	320
Santa Clara	10 Cadastrados	40
São Paulo	15 Cadastrados	60
Capadócia (Condomínio Açaí lar)	04 Cadastrados	16
Vila Maiauatá	42 Cadastrados	168
Vila Icatú	31 Cadastrados	124
Total	280	1.120

Fonte: departamento de vigilância sanitária de Igarapé-Miri (2019).

Analisando o quadro acima pode-se perceber o quanto a atividade dos batedores de açaí é expressiva na cidade e em algumas vilas (considerando que existem também muitos batedores não-cadastrados), se constituindo em importante fonte direta de trabalho e renda para mais de 1.100 pessoas. O quadro deixa explícito em quais bairros e vilas essa atividade se faz mais presente, a exemplo dos bairros da cidade nova, centro e na vila Maiauatá. A maior parte do açaí in natura que chega à cidade para a venda, algo em torno de 90 %, é proveniente de distritos das áreas de várzeas. Os principais distritos localizam-se nos rios Meruú, Anapú, Panacauera, Igarapé-Miri Velho, Canal, Igarapézinho, Cají, Pindobal, entre outros (DA SILVA; AMORIM, 2017).

Além dos que trabalham nos açaizais, a cadeia produtiva do açaí também envolve outros atores sociais como transportadores, atravessadores, funcionários das agroindústrias e de bateadeiras artesanais que além de contribuírem para a geração de renda de expressivo grupo de famílias na cidade, trabalham diariamente para que o vinho do açaí possa chegar à mesa e satisfazer o hábito diário da maioria da população miriense, que é saborear o vinho com a farinha de mandioca acompanhado de peixe frito ou camarão.

Diante disso, observa-se que as transformações socioespaciais que deram uma nova configuração ao espaço territorial de Igarapé-Miri a partir da década de 2000, ocorreram tanto na zona rural como na zona urbana, sendo, em grande parte, reflexo de processos históricos que acabaram determinando as relações e ações sociais sobre o espaço no presente. Tais mudanças socioespaciais derivaram de fatores mostrados no capítulo, que assumiram caráter de natureza política, religiosa e econômica, imputando ao território miriense diferentes significados de acordo com o desenvolvimento de atividades econômicas que ocorreram sobre o espaço em diferentes períodos.

Atualmente o município exerce um novo papel ou função na dinâmica econômica da zona de integração Tocantina, como maior produtor e exportador de açaí no atual contexto de mundialização do capitalismo chamado de globalização. Mas não fugindo à regra, sua organização territorial do presente também é reflexo de processos endógenos que marcaram e definiram a formação socioespacial no decorrer de diversos períodos mostrados no capítulo. Para finalizá-lo e facilitar o entendimento a respeito dos processos que provocaram a formação socioespacial de Igarapé-Miri, elaborou-se uma tabela síntese mostrando os fatores ou elementos que contribuíram para tal formação em diferentes contextos e que determinaram seu significado atual na região do baixo Tocantins.

Tabela 06 – Fatores da formação socioespacial de Igarapé-Miri em diferentes contextos

Fatores da formação socioespacial.	Período/Contexto	Implicações socioespaciais.
- Ocupação e exploração portuguesa.	- Início do século XVIII (1710).	- Origem e formação territorial. - Desenvolvimento de atividade madeireira (Fábrica nacional). - Início do povoamento. - Surgimento da primeira vila.
- A ação da Igreja católica.	- Início do século XVIII.	- Aldeamentos e missões religiosas. - Construção da capela e Igreja de Santana. - Estruturação do largo de Santana. - Povoamento e consolidação do território.
- Desenvolvimento de atividades econômicas.	- Século XVIII (atividade madeireira).	- Serrarias e povoamento ao longo dos rios.

	<ul style="list-style-type: none"> - Século XVIII ao Século XX (produção da cana de açúcar e derivados: açúcar e cachaça). - Século XX (atividade madeireira). - Século XXI (produção do açaí). 	<ul style="list-style-type: none"> - Surgimento de vilas. - Engenhos e povoamento ao longo dos rios. - Intensificação do povoamento na sede com o ressurgimento da atividade madeireira. - Fixação de pessoas na zona rural (extrativismo do açaí). - Melhoria das condições de vida. - Reestruturação espacial rural e urbana.
--	--	---

Fonte: elaborado por Ederson lobo, com base em pesquisa bibliográfica. (2018).

A tabela sintetiza as informações prestadas ao longo do capítulo, delimitando cada período e acontecimentos que desencadearam a formação socioespacial de Igarapé-Miri, desde o século XVIII até o século XXI, destacando ações políticas (como a concessão de terras-Sesmarias, pela coroa portuguesa), ações religiosas (como a estruturação do largo de Santana) e ações que motivaram o desenvolvimento de atividades econômicas no território, inserindo o município (com base em um significado ou papel econômico) na divisão territorial do trabalho de forma a obedecer, em cada período, uma lógica de produção vinculada a interesses inerentes ao modo de produção capitalista.

CAPÍTULO 3 – O CIRCUITO ESPACIAL DO AÇAÍ NO CONTEXTO DA AMPLIAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO PRODUTO EM IGARAPÉ MIRÍ

A pesquisa realizada na segunda etapa do trabalho proporcionou, através da elucidação de alguns elementos e de uma periodização, se chegar ao conhecimento dos principais fatores que contribuíram para a formação socioespacial de Igarapé-Miri, a exemplo dos elementos políticos, religiosos e econômicos representados pelas atividades que sustentaram a economia desse município, desde o início do século XVIII ao início do século XXI, e que expressaram a situação do mesmo no contexto regional em diferentes contextos. Além disso, o capítulo anterior possibilitou também a identificação do atual papel ou significado de Igarapé-Miri na Divisão Territorial do Trabalho (D.T.T) do baixo Tocantins, como o de maior produtor e exportador de açaí.

No presente capítulo direciona-se o foco da pesquisa no trabalho de coleta de informações capazes de revelar a centralidade da cidade de Igarapé-Miri no contexto de ampliação da produção/comercialização do açaí, por meio da análise do circuito espacial de produção, mostrando a dinâmica dos fluxos e interações estabelecidas via economia do açaí, que irá proporcionar o conhecimento dos espaços de origem da produção, circulação, comercialização e consumo. Tais elementos são de grande importância na medida em que evidenciam a participação dessa cidade na economia em diferentes escalas.

Desta forma, para mostrar os resultados alcançados em relação ao objetivo proposto no capítulo, procurou-se estruturá-lo em três partes, onde na primeira é feita uma breve discussão a respeito dos conceitos de centro e centralidade; em seguida, baseado em pesquisa de campo feita na localidade produtora denominada Catimbaú e locais de comercialização do açaí, discorre-se sobre o circuito espacial do produto no sentido zona rural – cidade; e, por fim, na terceira parte, discorre-se sobre o circuito espacial do açaí no sentido local (cidade) - outras escalas espaciais mais amplas (regional, nacional, global).

3.1 CENTRO E CENTRALIDADE: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA PARA O ESTUDO DA DINÂMICA URBANA BRASILEIRA

Segundo Gluszevicz; Martins (2013), nas últimas décadas os estudos geográficos voltados às pesquisas de caráter urbano, desenvolveram uma tendência de análise mais profunda sobre os complexos fenômenos e processos espaciais que envolvem o conceito centro, como também, criaram termos que são diretamente ligados ou derivados deste

conceito-chave para a Geografia Urbana, a exemplo de centralidade e multacentralização, bem como a expressão de centralidade em múltiplas escalas.

Tais conceitos constituem instrumentos de grande importância e fundamentais no entendimento da dinâmica urbana brasileira, por isso é necessário que se faça a devida definição dos mesmos. Suertegaray (2001, p. 01) reforça a importância da definição dos conceitos para as análises geográficas:

A preocupação relaciona-se com a necessidade de uma compreensão mais objetiva e sistemática dos conceitos que denomino balizadores da Geografia. [...] a partir de uma conceitualização, construímos um corpo referencial que expresse possibilidades analíticas da Geografia [...]. Nosso pensamento é de que a Geografia se expressou e se expressa suportada por um conjunto de conceitos que, por vezes, são considerados como equivalentes, a exemplo do uso do conceito de espaço geográfico como equivalente ao de paisagem, entre outros. De nossa parte percebemos que os conceitos geográficos expressam níveis de abstração diferenciados e, por consequência, possibilidades operacionais também diferenciadas.

Vale ressaltar também que os estudos referentes às pequenas cidades brasileiras são recentes nas pesquisas vinculadas ao tema urbanização. Na maioria desses casos, os estudos sobre a importância e a representação social econômica e cultural das cidades são realizados em médios e grandes centros urbanos, por apresentarem um nível funcional mais complexo, com intensa concentração de atividades e serviços. Conforme ressalta Corrêa (1999, p. 45), “a complexidade delas [grandes cidades] inclui, adicionalmente, problemas específicos, de maior visibilidade, levando, com razão, à concentração de esforços de reflexão nelas”.

No entanto, sem diminuir a importância dos estudos sobre as grandes cidades, deve-se observar que as pequenas cidades também necessitam de um estudo. Pesquisas sobre pequenas cidades são fundamentais para a consolidação dos estudos urbanos, pois estas representam uma parcela expressiva de pontos da rede urbana, por constituir o limiar entre o urbano e o rural, por concentrarem significativa parcela da população, além de, muitas vezes, funcionarem como reservatório de mão-de-obra (CORRÊA, 2009). É importante enfatizar que o olhar para as pequenas cidades não está isolado do restante da rede urbana, pois as dinâmicas dessas localidades em interação com os demais centros urbanos e o fluxo humano existente entre eles é que permite a existência de uma rede urbana que interliga diversos fatores, os quais consolidam a base social e econômica de um país.

Assim, entende-se que é fundamental estabelecer e especificar aqui a noção sobre os termos centro e centralidade urbana no sentido de estabelecer o entendimento da base analítica sobre aquilo que se pretende desvendar, ou seja, o grau de articulação e interação de

Igarapé-Miri (cidade considerada pequena de acordo com o IBGE/2019, pois possui 62.894 mil habitantes) via economia do açaí em diferentes escalas espaciais, como a local, regional e global.

Para se chegar a tal noção parte-se da ideia de que o espaço é uma estrutura aberta, onde suas partes estão entrelaçadas e articuladas de forma que uma complementa e dá sentido a outras. Para Castells (1982): “O espaço é estruturado, quer dizer, ele não está organizado ao acaso e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social”. Neste sentido, dentro da escala local, pode-se dizer que a cidade é, ao mesmo tempo, o lugar onde se produz e se consome, espaço voltado tanto para a produção de bens e serviços como para a reprodução da força de trabalho, bem como para a circulação, permitindo que as trocas se realizem.

Para Corrêa (1989, p. 7), o espaço urbano constitui-se em um conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços, áreas industriais, áreas residenciais. Esse complexo conjunto de usos da terra é o espaço urbano, espaço este que está em constante mudança e que possui aspectos que o tornam desigual em sua amplitude.

Além disso, o espaço urbano adquire características culturais e valores da população que vive nas cidades, sendo essas características mais evidentes e acentuadas nas pequenas cidades:

A cidade é um centro de gestão do território não apenas enquanto sede de empresas, mas também enquanto sede de poder religioso e político. Além disso, uma cidade não é apenas um local em que se produzem bens e onde esses bens são comercializados e consumidos; uma cidade é um local onde as pessoas se organizam e interagem com base em interesses e valores diversos, formando grupos de afinidade e de interesse, menos ou mais bem definidos territorialmente com base na identificação entre certos recursos cobiçados e o espaço, ou na base de identidades territoriais que os indivíduos buscam manter e preservar (SOUZA, 2003, p. 28).

É nesse contexto que percebemos que o espaço urbano se torna desigual em sua amplitude, pois as diferenciações territoriais ocorrem mediante valores materiais (uso da terra) e também nos valores imateriais (culturas). O centro urbano consolida-se como núcleo de comando para a economia capitalista, onde o capital concentra os seus meios de produção e circulação e, por conseguinte, estrutura as relações sociais às suas necessidades de reprodução. Portanto, a cidade se produz pautada em espaços fragmentados, nos quais o capital limita e diferencia a apropriação e uso do solo urbano, segrega classes e camadas sociais.

Segundo Santos (1998), o espaço é essencialmente contraditório, construindo-se no movimento das contradições do processo de reprodução da totalidade social. É um espaço que, para o processo produtivo, une os homens, e é um espaço que, por este mesmo processo, os separa. O espaço urbano é, enfim, mercadoria sustentada de preço e especulação capitalista. Dessa forma, está carregado de desigualdades, evidentes principalmente pela existência das classes sociais, que acaba delimitando a aquisição de porções do espaço urbano aos que possuem poder aquisitivo menor. Nesse sentido, para compreender o desenvolvimento de uma cidade, é preciso destacar que, para existir urbanização é preciso a existência de um centro e, conseqüentemente, de centralidades dentro desse espaço.

Para Lefebvre (1999, p. 93), “Não existe cidade, nem realidade urbana sem um centro. Mais que isso, o espaço urbano, é um espaço onde cada ponto, virtualmente, pode atrair para si tudo o que povoa as imediações: coisas, obras, pessoas”. O local considerado centro em uma cidade é, na maioria das vezes, onde se concentram as principais atividades econômicas e os principais agentes imobiliários da cidade. Além disso, segundo Castells (2009, p. 311), “Centro é o espaço que permite, além das características de sua ocupação, uma coordenação das atividades urbanas, uma identificação simbólica e ordenada destas atividades e, daí, a criação das condições necessárias à comunicação entre os atores”.

De acordo com Castells (2009), os centros urbanos estão divididos em algumas atividades fundamentais: comércio, gestão administrativa, financeira e política. Além disso, outro condicionante fundamental, principalmente nas pequenas cidades, são as atividades religiosas, representadas, principalmente, pela igreja católica.

Já no que diz respeito à centralidade urbana, pode-se dizer que está relacionada a relação do centro com os locais ao seu entorno, ou simplesmente as áreas influenciadas por todos os fatores existentes no centro, mas não possuindo alguns equipamentos urbanos que só estão presentes no centro.

Segundo Corrêa (1994, p. 21), “A centralidade de um núcleo, refere-se ao grau de importância de suas funções centrais: maior o número delas, maior a sua região de influência, maior a população externa atendida pela localidade central e maior a sua centralidade”. Ou seja: trata-se dos espaços que serão influenciados diretamente pela área central da cidade.

De acordo com Sposito (1996, p. 120), a centralidade “diz respeito aos fluxos, à fluidez, ou seja, é a expressão da dinâmica da definição/redefinição das áreas centrais e dos fluxos no interior da cidade”. Assim, correspondem às áreas de atração desse fluxo, que concentram fatores econômicos, sociais e culturais que se tornam a força da rede urbana das pequenas cidades.

Sposito (2001) afirma também que, embora o centro se revele por determinados atributos localizados ou fixados no território, a centralidade se revela pelo que se movimenta no território. Ou seja: “a centralidade pode ou não ser fugaz, efêmera ou transitória, porque ela não se institui apenas pelo que está fixo no espaço, mas pelas mudanças ocorridas no decorrer do tempo, no uso, apropriação e sentido dados aos espaços e deles apreendidos” (SPOSITO, 2001, p. 239). A autora também chama atenção para o nível de análise da centralidade uma vez que:

A centralidade urbana pode ser abordada em duas escalas territoriais: a intra-urbana e a de rede urbana. No primeiro nível é possível focar as diferentes formas de expressão dessa centralidade tomada como referência o território da cidade ou da aglomeração urbana, a partir de seu centro ou centros. No segundo nível a análise toma como referência a cidade ou aglomerado urbano principal em relação ao conjunto de cidades de uma rede, essa por sua vez podendo ser vista em diferentes escalas e formas de articulação e configuração, de maneira a que se possam compreender os papéis da cidade central (SPOSITO, 1998, p. 27).

Desta forma, entende-se que a centralidade urbana pode, então, ser trabalhada cada vez mais por meio da articulação entre suas duas escalas de expressão: 1- a do espaço interno da cidade, onde um ou mais espaços se configuram como centros que influenciam outros espaços por possuírem os atributos já mencionados acima; e 2 - o da expressão de suas relações com outros espaços, quando uma cidade desempenha significativo papel na rede urbana ou espaços de seu entorno imediato, a exemplo da zona rural.

Assim, o Centro é vinculado a ideia de espaço dotado dos fixos ou objetos relacionados a funções ligadas, principalmente, a atividades dos setores terciário (comércio, atividade bancária, gestão administrativa, etc) e secundário (atividade industrial, construção civil, etc), sendo determinado pela natureza das ações socioeconômicas que estabelecem diferentes formas de utilização da terra, que por sua vez geram a diferenciação e desigualdades socioespaciais.

Já o termo Centralidade está relacionado aos fluxos, ao movimento e circulação motivados a partir das influências que os fixos ou objetos, presentes no centro, exercem sobre outros espaços. A análise desse termo pode ser feita tanto no nível de escala intra-urbana, como em níveis que envolvem espaços que vão além da dimensão dos limites da cidade. Aqui, utiliza-se a análise da centralidade baseada no segundo nível, ou seja, que busca o entendimento das interações da cidade com a zona rural e da cidade com a região e espaços de escalas mais amplas.

Desde o início do século XVIII Igarapé-Miri assumiu diferentes funções econômicas na dinâmica territorial regional, decorrente de processos que constituíram em seu território a

realização de atividades econômicas que garantiram o desenvolvimento socioeconômico e a produção e organização do espaço ao longo do tempo. Foi assim nos dois períodos da extração da madeira, no período da produção do açúcar e cachaça, e, no atual período de produção e comercialização do Açaí. Em todos esses períodos a cidade estabeleceu certo grau de influência e interação com seu entorno, expressando centralidade por meio do desenvolvimento de um sistema fluxos que garantiu a circulação de produtos e pessoas entre a sede do município, sua zona rural e outros espaços.

Atualmente, o município se destaca como grande produtor e exportador de açaí, tendo nesse produto uma grande fonte de receita econômica e trabalho para parcela significativa da população, tanto na zona rural como na urbana. Esse destaque se dá, em grande parte, em decorrência de alguns fatores favoráveis, como os naturais, que possibilitam uma grande oferta do produto nas áreas de várzea. O açaí é extraído de várias localidades e transportado para a cidade, onde grande parcela é consumida pela população local e outra parte é comercializada para outras cidades e regiões do Brasil.

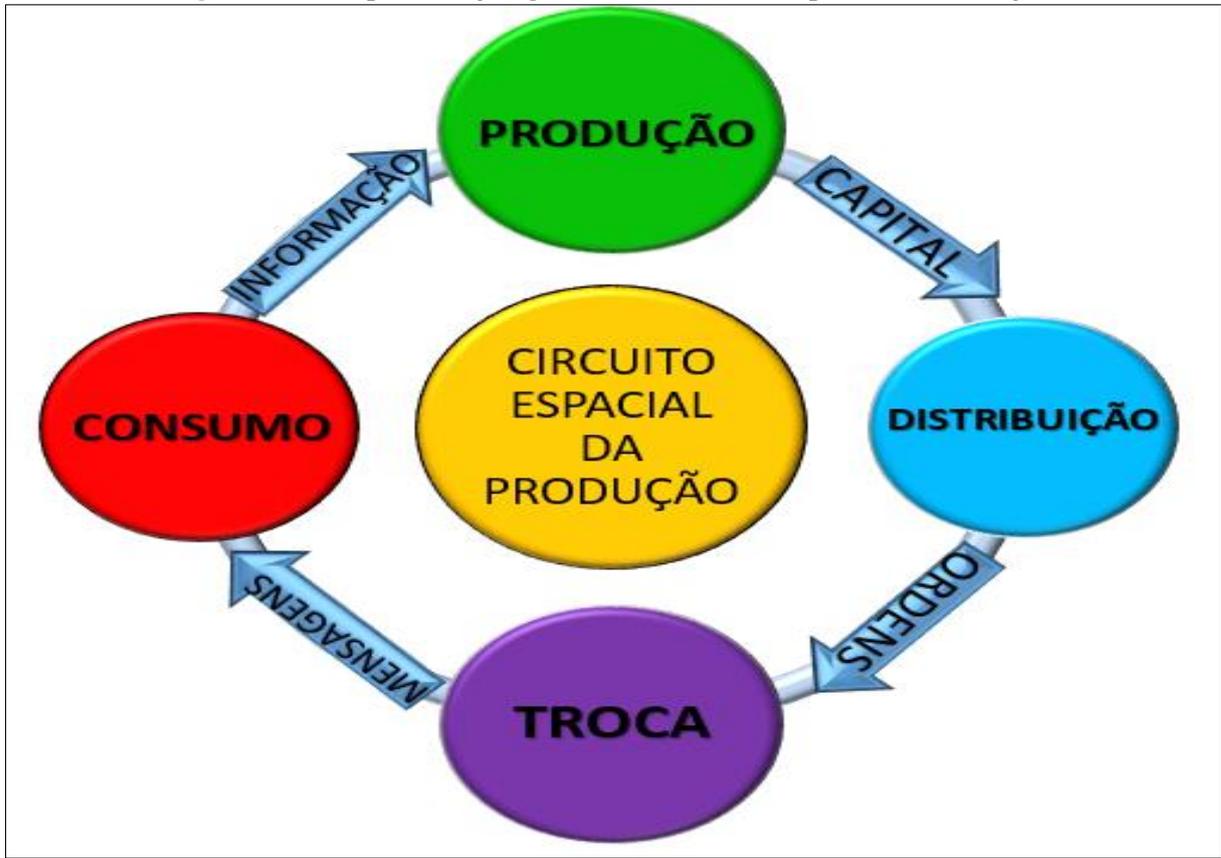
Para se ter uma ideia, de acordo com Damasceno (2009), Igarapé-Miri possui uma área de 2,8 mil km² de várzeas, sendo que deste total 50% são constituídos de açazais, facilitados pela condição natural do município, dada a grande quantidade de rios, furos e igarapés que contribuem para a formação de cerca de cem ilhas fluviais componentes do território municipal.

Santos e Silveira (2001) dão base e motivação para o trabalho de entendimento proposto ao afirmarem ser importante a compreensão do circuito espacial da produção dando ênfase a questão da necessidade de captar movimento para entender o movimento do território. Conforme destacado a seguir:

Repartição das atividades entre lugares, a divisão territorial do trabalho pode nos dar apenas uma visão mais ou menos estática do espaço de um país, um retrato onde cada porção do espaço revela especializações mais ou menos nítidas, nascidas à luz de processos antigos e modernos. Mas para entender o funcionamento do território é preciso captar o movimento, daí a proposta de abordagem que leva em conta os circuitos espaciais da produção. Estes são definidos pela circulação de bens e produtos e, por isso, oferecem uma visão dinâmica, apontando como os fluxos perpassam o território. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 143).

O trecho citado dá a noção e ajuda a compreender o sentido de circuito espacial de produção, que está relacionado a ideia de movimento, de fluxo, onde a base material de produção é norteadada por uma base imaterial que é representada, segundo os autores supracitados, pelos “fluxos de capitais, informações, mensagens, ordens” conforme apresentado na figura abaixo.

Figura 17 – Representação gráfica do Circuito Espacial da Produção



Fonte: Corrêa (2010).

Assim, o entendimento da centralidade exercida pela cidade de Igarapé-Miri com seu entorno e outras escalas espaciais está relacionado a noção de movimento desempenhado dentro do circuito espacial do açaí, em um processo que possui componentes materiais e imateriais, conforme demonstrado na figura acima. Nos itens 3.2 e 3.3 alguns aspectos da centralidade exercida por Igarapé-Miri no contexto de expansão da produção e demanda do açaí, através de informações referentes à cadeia produtiva e ao circuito espacial da produção, tendo como base os fluxos do açaí em dois sentidos: zona rural (áreas de extração)-cidade e Local (cidade)-região-outros espaços.

3.2 AÇAÍ EM FLUXO: SENTIDO ZONA RURAL (ÁREAS DE EXTRAÇÃO) - CIDADE

Antes das informações e detalhes sobre o circuito espacial do açaí nos dois sentidos propostos, vale ressaltar que o processo que envolve a produção, extração, comercialização e consumo está diretamente ligado a dois períodos distintos que influenciam sobre o volume do açaí que é comercializado e consumido na zona rural e na sede do município (tanto pela população em geral como para o beneficiamento nas agroindústrias): o período da safra e da entressafra. Assim, no período da safra (que acontece de agosto até novembro-dezembro, no verão amazônico) a extração do açaí nas localidades da zona rural é bastante intensa,

contribuindo para a grande oferta do produto. Já no período da entressafra (inverno amazônico, que vai de final de dezembro a julho), a extração do açaí diminui consideravelmente, afetando na oferta, comercialização e consumo do produto¹⁹.

As várzeas dos rios da região do baixo Tocantins, onde se localiza o município de Igarapé-Miri, são povoadas por imensos açazais que são meios de sustentação econômica de muitas famílias ribeirinhas que sobrevivem em função do extrativismo, consumo e venda do açaí. A atividade de extração e comercialização se constitui em elemento marcante no cotidiano de milhares de famílias que compõem o espaço territorial igarapemiriense.

Lima (2015) descreve o espaço dos açazais, afirmando que o açazeiro é encontrado em ambientes que oferecem as condições necessárias para o seu desenvolvimento, tais como características tropicais de temperatura, precipitação e umidade significativas (temperatura média anual acima de 26°C, umidade relativa do ar entre 71% e 91%, e precipitação acima de 1.600 mm por ano), podendo se desenvolver espontaneamente ou ser cultivado. É por isso que os açazais tendem a se concentrar nas áreas de solo inundáveis, ou seja, nas áreas de várzeas dos grandes rios e seus afluentes, tais quais, igarapés e pequenos furos.

A foto a seguir mostra o solo de um açazal na várzea do rio Igarapé-Miri na localidade Catimbaua, onde 90% do terreno é inundado pela água do rio em semanas alternadas, fato que contribui para a existência e continuidade das palmeiras e das condições de vida daqueles que delas tiram seu sustento.

¹⁹ Informação obtida através da observação da realidade em trabalho de campo, bem como de relatos de produtores de açaí residentes na zona rural. 30/08/2019.

Figura 18 – Açaizal em terreno de várzea na localidade Catimbaúa



Fonte: Arquivo pessoal. Trabalho de campo 30/08/2019.

As inundações periódicas criam um ambiente bastante propício ao desenvolvimento dos açaizais:

Este fenômeno resulta de forças de atração que o sol e a lua exercem sobre a massa líquida da Terra, ocasionando, assim, oscilações periódicas do nível da água dos oceanos, até certo ponto bastante regulares. Estas variações são denominadas fluxo e refluxo, ou como referência na linguagem dominante local, de enchente e vazante. A enchente consiste na elevação gradual do nível d'água, que demora um período de 6 horas e 12 minutos, até atingir sua cota máxima, sendo denominada "preamar". Neste ponto, permanece por mais ou menos 7 minutos até o início do refluxo. A vazante é, assim, o rebaixamento do nível d'água, igualmente durante um tempo aproximado de 6 horas e 12 minutos, até atingir seu nível mínimo, a "baixamar" (HOMMA et al., 2006, p. 10).

Assim, o estuário amazônico possui todos os elementos naturais condizentes com o desenvolvimento desta planta, daí ser o maior concentrador dos açaizeiros. Outro fator destacado por Mourão (1999) é o solo por onde se espriam os açaizais existentes na planície amazônica, e que são formados por dois tipos: o latossolo amarelo - profundos, desgastados, bem drenados, permeáveis e excessivamente ácidos, e os latossolos concrecionários - intemperizados, fortemente desgastados e ligeiramente ácidos. Esses solos possuem em comum o fato de possuírem um uso agrícola limitado.

As grandes extensões de cursos d'águas, as áreas alagáveis, o clima e o solo, entre outros fatores naturais, criam um ambiente propício à presença de açazais, principalmente a espécie *Euterpe oleracea* Mat., no estuário amazônico. Mourão (1999) sintetiza essas condições:

A drenagem do solo é fator importante para o desenvolvimento da planta. Desenvolve-se bem em solos com pH variando de 4,5 a 6,5 e pobres em cálcio. A precipitação pluviométrica é outro fator importante ao seu desenvolvimento. No 81 estuário, ela é superior a 2.300 mm anuais, apresentando período de estiagem bem definido, um elevado teor de umidade e lençol freático superficial. Pelo fato de o açazeiro apresentar exuberante sistema radicular, que lhe garante preservação da umidade, mesmo em períodos de estiagem prolongada, ele pode ser encontrado em mais de um tipo climático, desde que asseguradas as condições de umidade e claridade solar (MOURÃO, 1999, p. 128).

A limitada fertilidade do solo poderia ser um entrave ao desenvolvimento de outras espécies, mas para o açazeiro é benéfica. Isso porque o açazeiro “não é exigente em solos, cresce mesmo em solos pobres e ácidos, desenvolvendo-se bem naqueles com maior fertilidade” (BENTES-GAMA et al., 2005, p. 01).

De acordo com o Plano local de habitação de interesse social do município de Igarapé-Miri, (PLHIS-2009), o mesmo encontra-se dividido territorialmente em 8 distritos ou zonas administrativas, que são: distrito de Anapú, com sede na vila Menino Deus; distrito de Pindobal Grande, com sede na vila são José; distrito do Alto Meruú, com sede na vila de Sta. Maria do Icatú; distrito de Cají, com sede na vila de Igarapezinho; distrito de Igarapé-Miri, com sede na cidade de mesmo nome; distrito de Maiauatá, com sede na vila de Maiauatá; distrito de Panacauera, com sede na vila Cara Fina; distrito de Meruú-açú, com sede na vila Mutirão.

Nesses distritos estão presentes importantes aglomerados populacionais, onde grande parte das famílias sobrevive de atividades relacionadas a cadeia produtiva do açaí, com destaque para a cidade ou sede administrativa, com um total de 6.308 domicílios; a vila Maiauatá, com 661; e a vila do Icatú, com 355; as demais vilas totalizam 271 domicílios. Na tabela a seguir os distritos mais populosos e o número de domicílios de cada um.

Tabela 07 – Distritos mais populosos do município de Igarapé-Miri

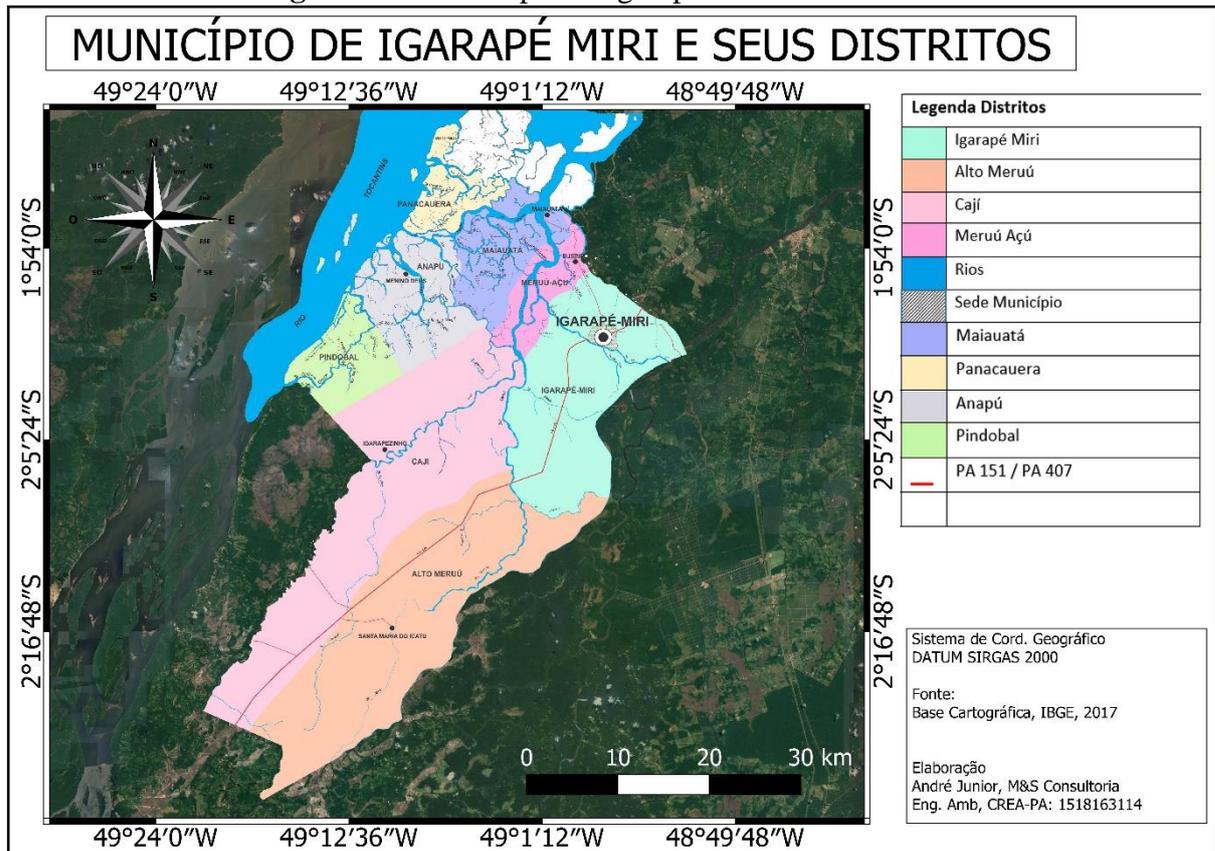
Distritos mais populosos do município de Igarapé-Miri.	Número de domicílios.
Sede administrativa	6.308
Vila Maiauatá	661

Vila do Icatú	355
Demais distritos	271

Fonte: Plano local de habitação de interesse social de Igarapé-Miri.

A figura 19, mostra o município e seu recorte territorial destacando os oito distritos, além da rede hidrográfica e a PA 151.

Figura 19 – Município de Igarapé-Miri e seus distritos



Fonte: Projeto cartográfico de Ederson lobo. Execução André Jr, 2019.

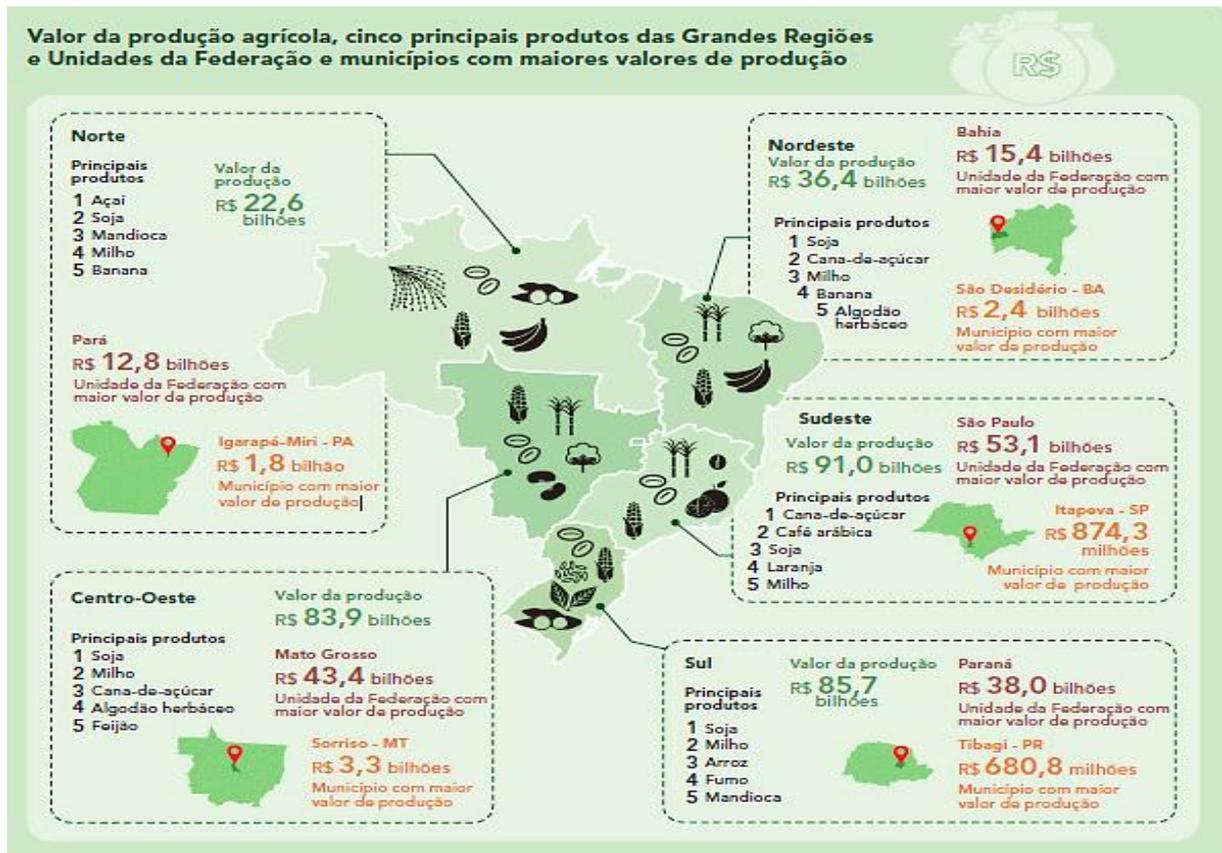
Grande parte dos espaços dos distritos mostrados no mapa é constituída de áreas de várzea propícias à prática de algumas atividades econômicas, como a agricultura. As paisagens ao longo dos rios são fortemente marcadas pela presença de elementos naturais como os açazais e buritizeiros. Corrêa (2010) descreve tais paisagens dizendo que:

No vai e vem das águas do rio Tocantins o que se tem a vista é o verde das palmeiras de açá e buritizeiros, predominante na paisagem... Os açazeiros num plano mais baixo e, no alto, os buritizeiros. Os terrenos são planos e baixos, o que leva a perceber uma homogeneidade na paisagem.

A maioria do açaí que chega para a comercialização na zona urbana 90% é extraído nos distritos mencionados da área de várzea, banhados por importantes rios que são muitos influentes para venda do açaí no período da safra, quando a renda na cidade aumenta e o fluxo de dinheiro é ampliado, aquecendo de forma significativa a economia na sede do município. (PROATER-EMATER, 2019). A grande disponibilidade natural de açaizeiros constitui em fator de expressiva produção anual no município, que segundo informação do PAM-IBGE, 2019 (produção agrícola municipal), possui 47.800 hectares de seu território ocupados pelos açaizais.

Dados do IBGE (PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL-PAM, 2017) reforçam a afirmativa ao identificar os cinco principais produtos agrícolas e o valor da produção anual entre as cinco regiões brasileiras. No ano de 2017 a produção agrícola da região norte atingiu o valor de 22,6 bilhões de reais, sendo o açaí, a soja, mandioca, milho e banana, os principais produtos. O Estado do Pará respondeu com 12,8 bilhões na produção agrícola do país e Igarapé-Miri se destacou entre os municípios paraenses com a produção de açaí, atingindo maior valor de produção, com 1,8 bilhão de reais. A figura 20 comprova as informações prestadas, mostrando as cinco regiões, seus principais produtos agrícolas e o valor da produção anual.

Figura 20 – Valor da produção agrícola e principais produtos nas cinco grandes regiões brasileiras



Fonte: IBGE, (PAM-2017).

De acordo com a PROATER-EMATER (2019), de um modo geral os setores produtivos do município se apresentam bastantes tímidos ao nível de organização, de produção e de geração de renda, e, no que se refere a importância dos setores econômicos, destaca-se o setor primário como o que mais contribui para a renda dos igarapemirienses. Nesse setor se sobressai a produção do açaí, sendo o carro chefe da economia do município com grande representação no território. Segundo o PAM 2017 do IBGE o município de Igarapé-Miri produziu 308.600 toneladas de açaí in natura, atingindo mais de 1,8 bilhões de reais com a venda do fruto. De acordo com a EMATER-PA, a produção estimada para o ano de 2019 é de 462.000 toneladas de fruto in natura.

Mas além do extrativismo desse produto, merecem destaque também outras atividades importantes nas localidades dos distritos da zona rural, como o cultivo da mandioca (com produção de 25.704 toneladas no ano de 2019), além da coleta de sementes e extração do óleo de andiroba, pimenta do reino, café, arroz e milho (destinado mais para o consumo das famílias), e algumas culturas perenes e semi-perenes como: coco, laranja, cupuaçu, cacau, abacaxi, melancia, maracujá, e uma reduzida atividade pecuária.

Ainda dentro do setor primário, pratica-se bastante a pesca artesanal nos rios, furos e igarapés, voltada principalmente para a captura do mapará e camarão. A colônia Z -15, por exemplo, possui mais de 2.000 pescadores artesanais cadastrados no município, que chegam a capturar cerca de 72.000 toneladas de pescado e camarão de água doce. Olarias, movelarias e a construção naval também respondem por parcela significativa na economia da zona rural (PROATER-EMATER-2019).

Tabela 08 – Principais atividades do setor primário e volume de produção do município de Igarapé-Miri no ano de 2019

Atividade econômica	Volume de produção em toneladas
Extrativismo do açaí	462.000
Cultivo de mandioca	25.000
Pesca artesanal (peixe e camarão)	72.000

Fonte: elaborado pelo autor com base em dados do PROATER-EMATER-2019.

A análise da tabela 08 proporciona o entendimento de que o município possui outras atividades econômicas expressivas na zona rural, a exemplo da pesca artesanal e o cultivo da mandioca, que contribuem para o sustento de famílias, principalmente na época de entressafra, quando a produção do açaí sofre uma queda. Mas a atividade econômica mais expressiva corresponde ao extrativismo do açaí.

Na sede do município as atividades relacionadas ao setor terciário são predominantes, com destaque para o comércio, serviços e empregos na administração pública. No setor secundário, destaque para a construção civil e indústria de beneficiamento de açaí, porém com menos expressividade quando nos referimos a geração de renda no total da população. Na tabela 09 as principais atividades econômicas praticadas no município nas zonas urbana e Rural. (PROATER-EMATER, 2019).

Tabela 09 – Principais atividades econômicas no município de Igarapé-Miri

Localização	Atividades
Sede	Comércio, Serviços, Empregos na administração pública, construção civil, indústria.
Zona Rural-distritos.	- Agricultura (Principais produtos: Açaí pimenta do reino, cacau, café, mandioca). - Pesca e pecuária (principalmente com a criação de animais de pequeno porte).

	<ul style="list-style-type: none"> - Olaria. - Moveleira. - Construção Naval.
--	--

Fonte: elaboração do autor com informações PROATER-EMATER (2019).

O açaí in natura extraído é comercializado em parte dentro do próprio município para a produção do vinho nas bateadeiras caseiras das localidades e da sede e também para unidades agroindustriais de despulpamento do fruto localizadas na cidade com capacidade de 28 Ton./dia. Outra parte do que é extraído é vendida para capital do Estado e municípios circunvizinhos. Aproximadamente 20% da produção é comercializada no mercado interno e 80% no mercado externo. (PROATER-EMATER, 2019).

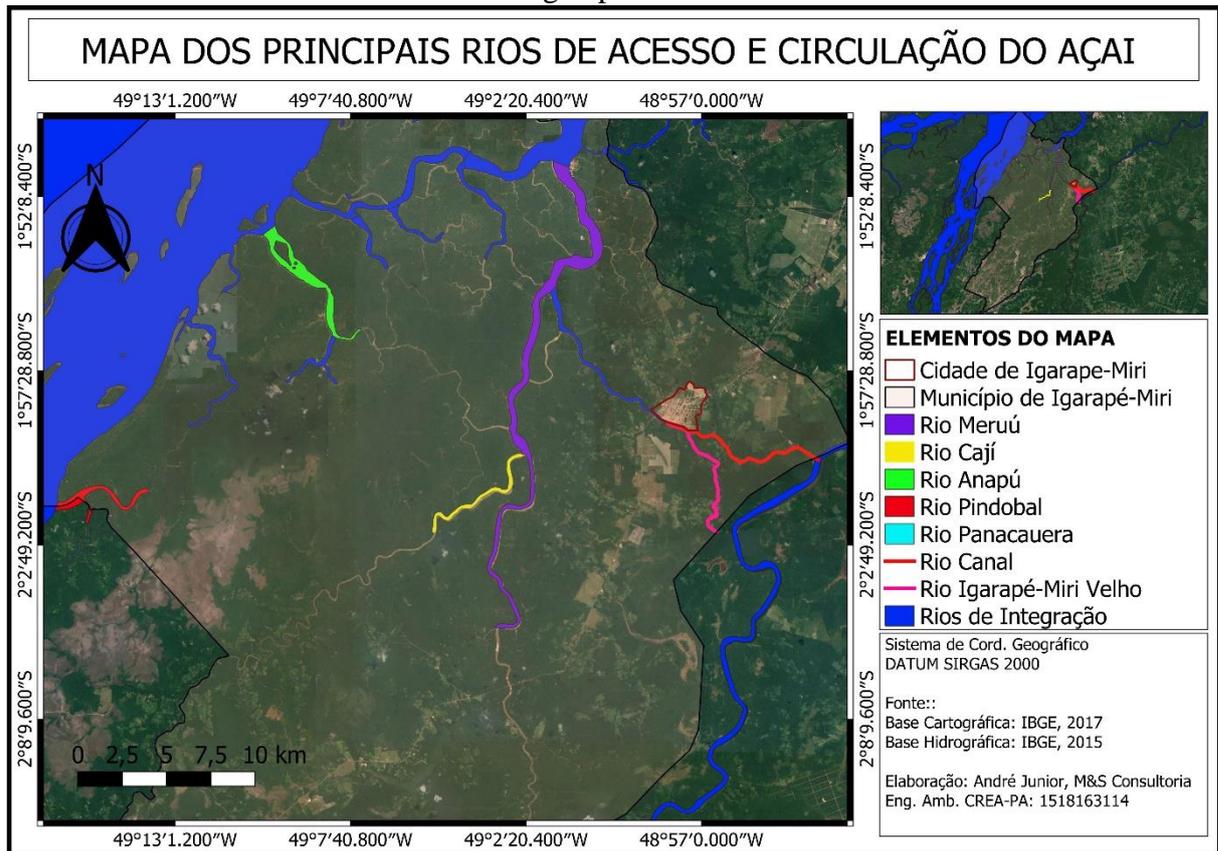
Depois de retirado do açaizeiro pelos peconheiros, o açaí é debulhado (retirada do fruto do cacho), uma parte é utilizada para o consumo das famílias dos trabalhadores dos açazais e, o volume maior do que é extraído, é colocado em cestos ou paneiros (também chamadas de rasas, com capacidade para 30 kg em média). A partir daí o produto é transportado para a sede do município onde será comercializado. Os meios de transportes utilizados são pequenas e médias embarcações de madeira chamadas de rabetas, canoas (formas predominantes) e em veículos automotivos (caminhões, caminhonetes), por meio de duas vias de acesso: os rios e as estradas vicinais que dão acesso a PA 151²⁰.

De acordo com a EMATER (2019) os principais rios que servem de vias de circulação e transporte do açaí até a sede do município são: rio Meruú, rio Anapú, rio Panacauera, rio Igarapé-Miri velho, rio canal, rio Igarapézinho, rio Cají e rio Pindobal. Mas, além disso, esses rios também servem como vias de circulação diária de pessoas e outros produtos agropecuários que são produzidos na zona rural e vão em direção a sede do município, onde são comercializados.

Outra importante via de transporte e acesso do açaí e pessoas até a sede do município são as estradas secundárias municipais, chamadas de vicinais. Essas estradas são incorporadas ao sistema de transporte da Amazônia, e, apesar da precariedade de algumas e ilegalidade de outras, contribuem não somente no escoamento da produção e suprimento das cidades e comunidades locais, bem como geram acessibilidade e mobilidade aos habitantes. Na figura 21 as principais vias de circulação do açaí em direção a cidade no município, os rios.

²⁰ Informações obtidas através de relatos do atravessador Sr. Manduca oliveira.

Figura 21 – Mapa de localização dos principais rios de circulação do açaí para a cidade de Igarapé-Miri



Fonte: projeto cartográfico Ederson Lobo, execução André Junior (2020).

No município de Igarapé-Miri, as estradas vicinais assumem papel estratégico sobre o ponto de vista geográfico e econômico, pois essas vias ligam também as comunidades que vivem na região das ilhas do município às comunidades de terra firme e, em consequência, à sede do município por meio da PA 151. Com isso, a mobilidade rural das ilhas e terra firme depende em grande parte da trafegabilidade dessas vias. Vale ressaltar que, principalmente para muitas comunidades ribeirinhas isso se traduz em ganho de tempo e economia, pois muitas delas ficam distantes da sede do município, se for utilizado apenas o rio como meio de acesso.

O município é um grande produtor de açaí, mandioca e outros produtos conforme o apresentado na tabela 09. As estradas vicinais asseguram não somente o direito de ir e vir, mas também dão suporte para aqueles que produzem alimentos acessando mercado consumidor, podendo agregar mais valor aos produtos além gerar sustentabilidade e melhoria na qualidade de vida. De acordo com a secretaria estadual de transporte do Pará, SETRAN, o município de Igarapé-Miri conta com 22 estradas vicinais, totalizando 94.443.km. 15 dessas

estradas fazem ligação com a PA 151 e 7 com a PA 407, conforme se observa na tabela abaixo. (SETRAN-2015).

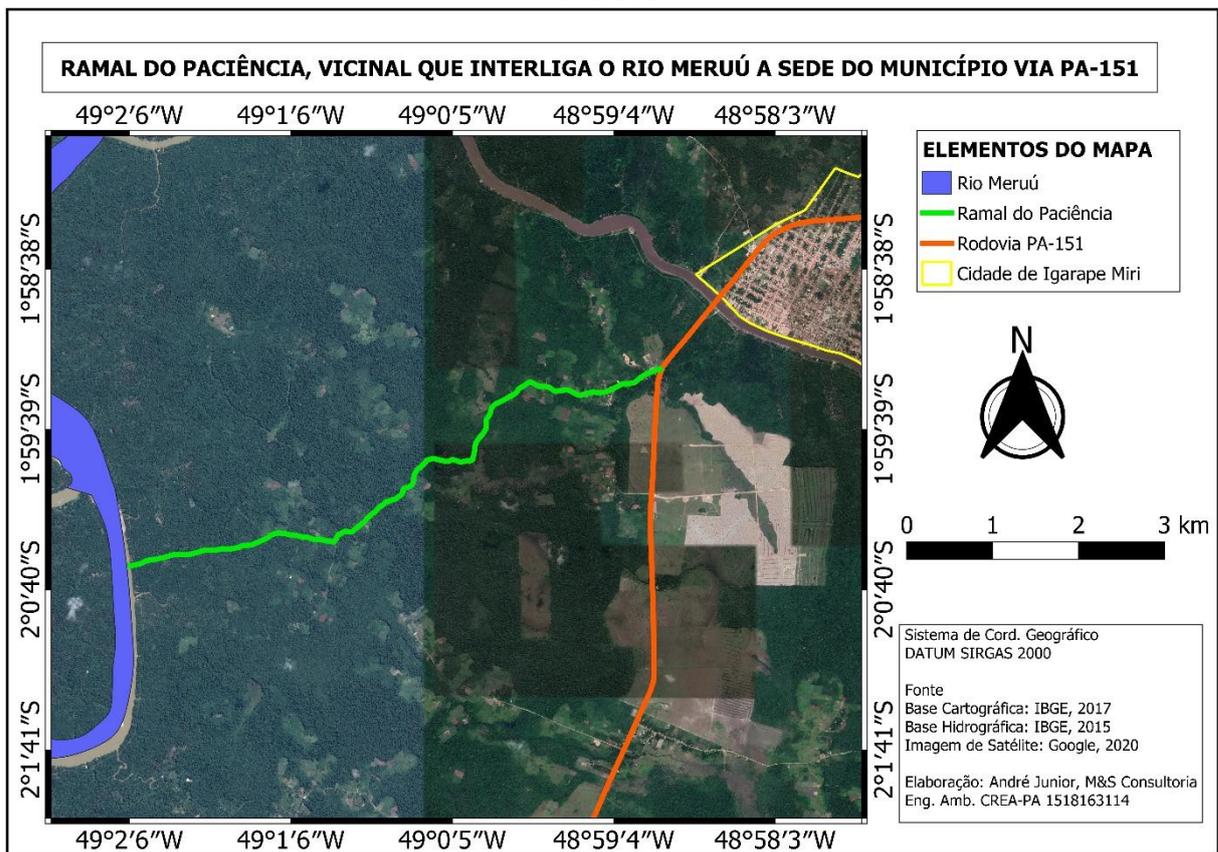
Tabela 10 – Estradas vicinais do município de Igarapé-Miri/PA

Nº	ESTRADAS VICINAIS	LOCALIZAÇÃO	EXTENÇÃO
01	RAMAL DO PACIÊNCIA	PA 151	7.523 m
02	RAMAL DO CASTANHAL/CAJI	PA 151	2.245 m
03	RAMAL DO CAMPO ALEGRE	PA 151	2.350 m
04	RAMAL DO CASTANHAL	PA 151	5.188 m
05	RAMAL CARIPI	PA 151	4.526 m
06	RAMAL DO BARROSO	PA 151	3.620 m
07	RAMAL DA ESTRADINHA	PA 151	3.282 m
08	RAMAL ARAPARI	PA 151	9.551 m
09	RAMAL DO CORÉ	PA 151	3.179 m
10	RAMAL DO MARITEUA	PA 151	1.098 m
11	RAMAL DO IGARAPÉZINHO/ ICARUÇAUÁ	PA 151	4.805 m
12	RAMAL DO PARAISO	PA 151	8.789 m
13	RAMAL DO SANTO ANTONIO DO CAJI	PA 151	7.314 m
14	RAMAL DO ICATÚ / PAU AMARELO / AVELASCO	PA 151	16.173 m
15	RAMAL DO TRAQUATEUA	PA 151	6.000 m
16	RAMAL DO MINEIRO	PA 407	2.150 m
17	RAMAL DO TITAN	PA 407	1.200 m
18	RAMAL MIRANDA	PA 407	2.400 m
19	RAMAL DA PONTE	PA 407	1.200 m
20	RAMAL DO CAMBEUA	PA 407	500 m
21	RAMAL DO ITAMIMBUCA/ESTEVÃO	PA 407	350 m
22	RAMAL DO SANTO ANTONIO	PA 407	1000 m
	QUILOMETRAGEM TOTAL		94.443 m

Fonte: Secretaria de transportes do Estado do Pará (2015).

O ramal do Paciência, mostrado na figura 22, é um exemplo de vicinal que liga um importante rio de Igarapé-Miri, o Meruú, à Pa-151, que por sua vez, dá acesso à sede do município. Muitas famílias e produtores de açaí e outros produtos utilizam essa via para chegarem até a cidade, local de garantia de serviços básicos e mercado consumidor para os produtos cultivados e extraídos da zona rural. Através da tabela, percebe-se que são muitas vicinais e a maioria possuindo grande extensão, fato que favorece a integração entre os espaços dentro do território do município.

Figura 22 – Ramal do Paciência, vicinal que interliga o Rio Meruú a sede do município via PA-151



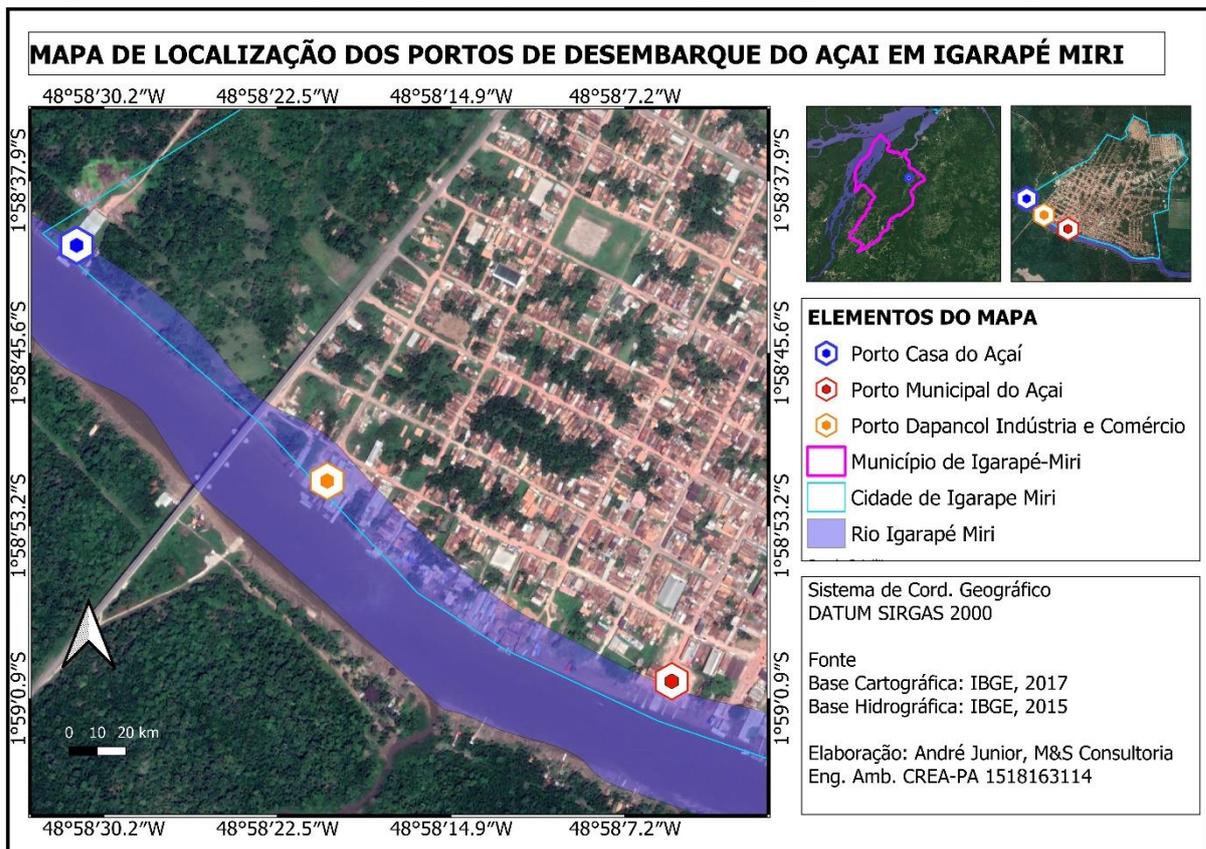
Fonte: Secretaria de transportes do Estado do Pará. (SETRAN-2015).

O processo de embarque do açaí na zona de extração, desembarque e abastecimento de caminhões na cidade é feito manualmente por trabalhadores braçais. Estes são fundamentais no processo de movimento do açaí nos sentidos zona rural-cidade e cidade-outras partes do Brasil. São os responsáveis por colocar os cestos ou rasas em barcos e caminhões para serem transportados. De acordo com a pesquisa de campo, cada trabalhador braçal que faz parte desse processo recebe em média 2 reais por rasa carregada. Além dessa fonte de renda, muitos

dependem de auxílio do governo federal, como bolsas de transferência direta de renda, para sua sobrevivência.²¹

Ao chegar à sede do município o açaí é desembarcado nos portos ao longo da orla da cidade. As rasas são retiradas dos barcos e levadas até uma balança para serem pesadas. Em seguida o açaí é vendido, em parte para os batedores e outra parte para atravessadores que, por sua vez, dão ao produto destinos diferentes. A figura 23 indica a localização dos principais portos de desembarque do açaí na cidade de Igarapé-Miri.

Figura 23 – Localização dos portos para desembarque do açaí na cidade de Igarapé-Miri



Fonte: projeto cartográfico Ederson Lobo. Execução André Jr. (2019)

Na figura 24, duas imagens do cotidiano diário dos carregadores em processo de desembarque das rasas com açaí das embarcações e o abastecimento das basquetas que são transportadas por caminhões para as unidades de beneficiamento na cidade e para outros destinos.

²¹ Informações obtidas através de relatos do carregador Clayton Albuquerque. (setembro, 2019).

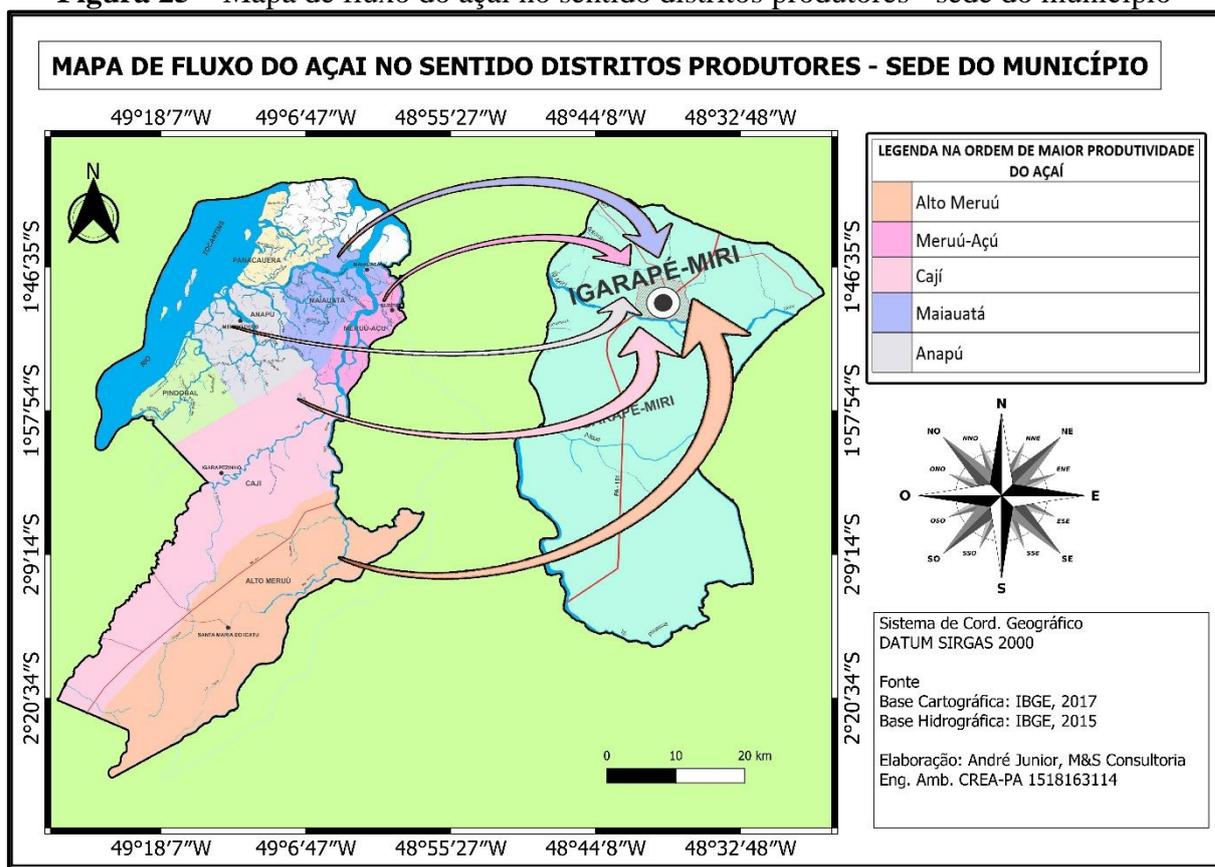
Figura 24 – Desembarque e embarque do açaí em porto de Igarapé-Miri



Fonte: Arquivo pessoal. Trabalho de campo, agosto, 2019.

A análise do circuito espacial do açaí em um primeiro momento nos proporcionou obter o conhecimento empírico a respeito da centralidade exercida pela cidade de Igarapé-Miri em relação a seus espaços periféricos, representados pelas localidades da zona rural, bem como permitiu entender os processos relacionados a circulação do produto até a cidade. Para tanto, foram colhidas informações sobre a produção, extração, transporte, comercialização e consumo do açaí dentro de uma escala espacial delimitada e em sentido da zona rural em direção a cidade. Para sintetizar essa escala espacial e concluir essa parte do capítulo, elaborou-se um mapa de fluxo representando o circuito espacial do açaí no sentido zona rural (distritos e principais áreas produtoras) - sede do município (onde o açaí é comercializado).

Figura 25 – Mapa de fluxo do açaí no sentido distritos produtores - sede do município



Fonte: Projeto cartográfico Ederson Lobo. Execução André Jr, com base em dados da EMATER 2018.

Na imagem da figura 25 procura-se deixar evidente os principais distritos e localidades produtoras do açaí e a rede hídrica, componente marcante do território e importante elemento de circulação de produtos e pessoas. As setas saindo de cada distrito indo em direção a sede dão a ideia de movimento que dá sentido ao circuito espacial do açaí. A partir de agora veremos os aspectos que revelam a centralidade de Igarapé-Miri em relação a espaços de outras escalas mais amplas, como a regional, nacional e global.

3.3 AÇAÍ EM FLUXO: SENTIDO LOCAL (CIDADE) - REGIONAL-NACIONAL-GLOBAL

Entre os dias 1 e 5 de agosto de 2019 foi realizada uma pesquisa in loco nos principais pontos de desembarque do açaí na cidade de Igarapé-Miri, a fim de levantar algumas informações a respeito do fluxo e destino do açaí após sua chegada na cidade. A partir dessa pesquisa constatou-se que, após o processo de desembarque e pesagem dos grãos, o açaí é comercializado para dois grupos de compradores. Uma parte é vendida em cestos (que tem

capacidade para 30 kg de grãos de açaí em média) pelos próprios produtores para as centenas de batedores que produzem o vinho do açaí diariamente na cidade; outra parte é vendida para intermediários atravessadores que, por sua vez, vendem o açaí para as agroindústrias localizadas na cidade e também para compradores de outros municípios da região.

O primeiro destino é para o consumo diário dentro da cidade a partir da venda do açaí em grãos para as centenas de batedores que, através de suas máquinas elétricas chamadas de batedeiras, produzem o vinho que é consumido pela maioria da população igarapemiriense, misturado com a farinha de mandioca e, geralmente, acompanhado de peixe frito, charque ou camarão. O vinho do açaí é parte integrante da dieta e da vida dos que vivem em Igarapé-Miri. As propriedades nutricionais desse produto, como as mostradas na tabela 11, garantem a manutenção da saúde daqueles que fazem do vinho do açaí elemento base da dieta diária no município.

Tabela 11 – Propriedades nutricionais do açaí

Componentes	%
Proteína	2,37
Gordura	5,96
Cálcio	0,05
Fosforo	0,033
Ferro	0,0009
Vitamina A	Traços
Vitamina B	Traços

Fonte: EMBRAPA, 2019.

Para se ter uma ideia, muitos chegam a afirmar que são viciados no vinho e que sem ele a refeição não é a mesma. É comum os ribeirinhos do campo e da cidade terem sua própria batedeira como um utensílio doméstico, e, no caso dos que vivem na zona rural, algumas famílias ainda possuem hábito de amassarem o açaí com as mãos em peneiras para a produção do vinho diário.²²

Em entrevista com o batedor de açaí, Sr. Antônio Almeida (2019), foi dito que a maioria dos batedores acordam por volta das 4:30 e 5:00 horas da madrugada quando se dirigem para os portos de desembarque e para a feira onde compram o açaí que chega da zona rural por um preço que varia, no período de safra, entre 40 e 50 reais o cesto com 30 kg, e no período entressafra a um valor de 100 a 130 reais em média. Das oito da manhã as dez da

²² Informação obtida através de pesquisa de campo, agosto 2019.

noite o açaí é batido e transformado em vinho para ser vendido, geralmente com o preço do litro variando entre dois, cinco e dez reais no período da safra, e entre cinco, dez, quinze e vinte reais no período entressafra.

A seguir, na figura 26, uma tradicional bateadeira de açaí no centro da cidade e o batedor autônomo no ofício diário de produção e venda do vinho, muito consumido entre os igarapemirienses. Na figura 27, uma imagem que expressa um hábito comum do cotidiano miriense, o consumo diário do vinho do açaí acompanhado da farinha de mandioca, camarão e peixe frito, costume e elemento marcante da cultura local de Igarapé-Miri.

Figura 26 – Batedor de açaí na cidade de Ig. Miri



Fonte : acervo pessoal. Agosto 2019.

Figura 27 – Vinho de açaí, farinha, peixe frito e camarão



Fonte : acervo pessoal. Agosto 2019.

Outra parte do açaí que sai da zona rural em direção a cidade é vendida por intermediários atravessadores para as agroindústrias que, segundo Lauschner (1995) são “unidades produtivas que transformam o produto agropecuário natural ou manufaturado para a utilização intermediária ou final”. Essas indústrias transformam o açaí em polpa para ser vendida para outras regiões brasileiras e para alguns países. Outra parte do açaí também é vendida in natura para outros municípios como Abaetetuba, Castanhal e Belém (entrevista Sr. Manduca-maio, 2019).

As polpas de frutas passaram a ter lugar relevante no agronegócio brasileiro, tanto no âmbito nacional como internacional. Paralelamente, a polpa do açaí ganhou força na mídia nos produtos farmacêuticos e nas academias de ginásticas, fato que impulsionou sua venda de tal forma que a produção extrativa já não era suficiente para satisfazer a demanda crescente (SILVA, 2004). Diante do aumento da demanda, a questão da qualidade e volume da produção se tornaram fatores que incentivaram a introdução de mecanismos modernos na cadeia produtiva que viabilizassem a satisfação da demanda, agora inclusos nas agroindústrias.

Nos últimos 15 anos o Brasil aumentou em mais de 11 vezes as exportações de frutas frescas. Somando-se as frutas secas e castanhas de caju, foram exportadas 1 milhão de toneladas, equivalentes a US\$ 967,7 milhões, (ANDRIGUETTO ET AL, 2008). As empresas brasileiras do segmento agroindustrial de frutas procuram se ajustar as tendências do consumo mundial de derivados como polpas, sucos, néctar, geleias, doces, etc, visando garantir fatias cada vez maiores do mercado mundial em expansão.

As agroindústrias de processamento de polpa de açaí no Estado do Pará têm desempenhado um papel relevante na interface da produção com a grande indústria de alimentos e estabelecimentos especializados no ramo. É a agroindústria que faz o primeiro beneficiamento do açaí in natura transformando-o em polpa, para que ele possa ser congelado em câmaras frigoríficas e vendido para as empresas especializadas, as quais se localizam, em sua maioria, fora do Estado (CORRÊA, 2017, p. 102).

Para se ter uma ideia do volume de açaí beneficiado produzido, as unidades de despulpamento do açaí do Estado do Pará respondem pela produção de 95% de polpa comercializada em território brasileiro. O Estado conta atualmente com 140 empresas distribuídas em todo o seu território, sendo que 82% dessas empresas se concentram na zona metropolitana de Belém e nordeste do paraense (SILVA, 2004). Essas unidades produtivas ganharam força em Igarapé-Miri a partir do início do século XXI, devido as vantagens locais, uma vez que ficam próximas aos locais de extração e devido à grande demanda pela polpa do açaí, impulsionada pela inclusão do fruto na mídia como produto da dieta de frequentadores de academia de ginástica²³.

As agroindústrias são importantes elementos do circuito espacial do açaí em Igarapé-Miri, pois grande parte do volume do fruto que é extraído nos distritos da zona rural passa por essas unidades localizadas na cidade, responsáveis pela produção da polpa que é vendida para várias partes do país e do mundo como matéria prima para ser transformada em derivados como sorvetes, licores, doces, néctares e geleias. Elas introduziram novas técnicas no processo de produção da polpa, tornando-as mais eficientes diante do aumento da demanda pelo produto no Brasil e no mundo. Além disso, elas acabaram influenciando também para a introdução de novos métodos que garantiram o aumento da produtividade na zona rural como o cultivo do açaí em áreas de terra firme com o auxílio de irrigação e preparo de solos, mostradas nas figuras 28 e 29 a seguir.²⁴

²³ Informações obtidas através da conversa com o Sr. Reinaldo, proprietário da Nutrilatino. (19/07/2019)

²⁴ Informações obtidas através de relatos da funcionária Renata Santos, funcionária da agroindústria (30/07/2019).

Figura 28 – Açaizal em terra firme



Fonte: acervo pessoal. Trabalho de campo. Julho, 2019.

Figura 29 – Técnicas de irrigação no cultivo do açaí



Fonte: acervo pessoal. Trabalho de campo. Julho, 2019.

Para se ter uma ideia sobre o volume de polpa que é produzida por essas agroindústrias obtemos, por meio de entrevista, informações sobre números da produção em duas das maiores agroindústrias do município, a M.M.C (Manoel Maria da Costa) e a Nutrilatino. Na safra de 2018 (período que equivale a 160 dias a partir de agosto a dezembro) a M.M.C despulpou 1.500 (mil e quinhentas) latas em média de açaí in natura por dia, chegando a produção de 1.680.000 kg (um milhão seiscentos e oitenta mil quilos) de polpa ao longo de 160 dias. Já a Nutrilatino, uma unidade produtiva de porte maior que a M.M.C, despulpou 5.000 (cinco mil) latas em média de açaí in natura por dia, chegando a uma produção de 5.600.000 (cinco milhões e seiscentos mil quilos) ao final da mesma safra. Somando a produção apenas das duas unidades produtivas citadas, teremos 7.280.000 (sete milhões, duzentos e oitenta mil quilos) de polpa produzida por safra, quantidade que pode ser bem maior se juntarmos a produção de outras unidades do município.²⁵

Outro aspecto importante sobre as agroindústrias de Igarapé-Miri é que a maioria delas não possuem espaço próprio de plantio (com exceção da Dapancol). A outra que está em processo de aquisição é a Nutrilatino (na terra firme, estrada que dá acesso a localidade Meruí). Isso nos remete a conclusão que a maioria das unidades produtivas dependem exclusivamente do açaí produzido em propriedades particulares da zona rural do município, bem como do trabalho de atravessadores que negociam o açaí entre o produtor e as agroindústrias. O banco da Amazônia auxilia economicamente algumas delas através de financiamentos que são utilizados, entre outras coisas, para a construção de plantas industriais, aquisição de maquinários e para recursos humanos.²⁶

Nas fotos das figuras 30 e 31, duas das principais agroindústrias de despulpamento localizadas na cidade de Igarapé-Miri, a Nutrilatino (figura 30) e a Bony açaí (figura 31).

²⁵ Informações obtidas através de relatos das funcionárias Renata Santos e Elísia Santos das empresas M.M.C e Nutrilatino, em 31/07/2019.

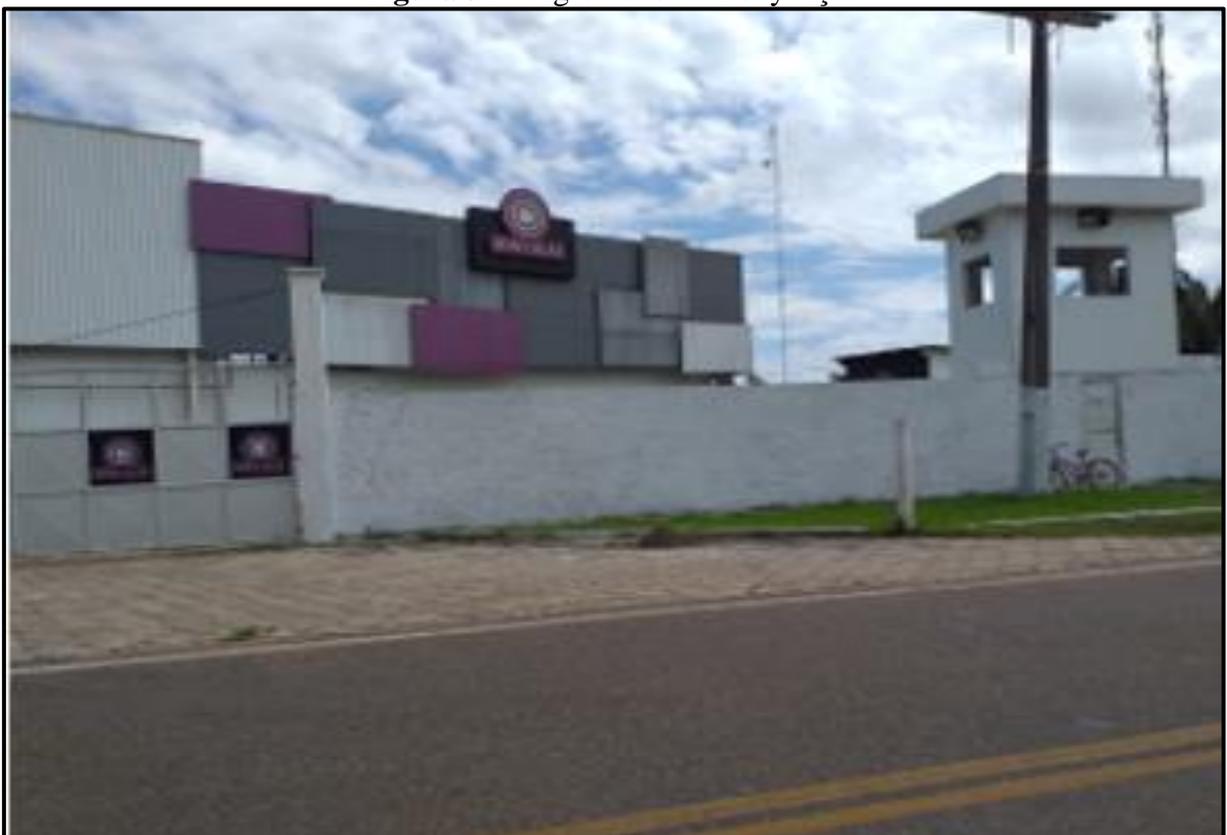
²⁶ Informações obtidas através de entrevista com a funcionária da agroindústria M.M.C. Renata Santos. 31/07/2019.

Figura 30 – Agroindústria Nutrilatino



Fonte: acervo pessoal. Agosto 2019.

Figura 31 – Agroindústria Bony Açai

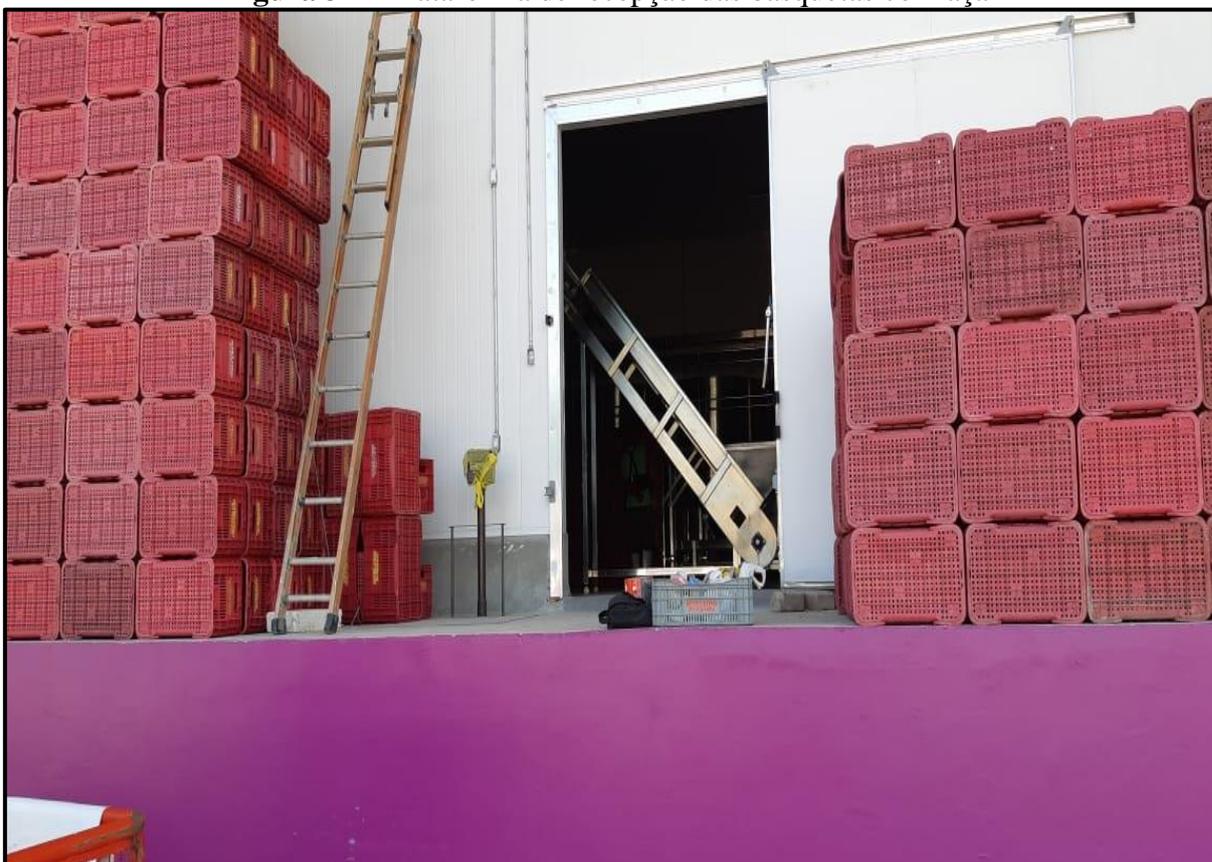


Fonte: acervo pessoal. Agosto 2019.

No dia 19 de junho de 2019 foi realizada uma visita a agroindústria de despulpamento Nutrilatino, com o propósito de obter conhecimento empírico a respeito do processo de produção da polpa de açaí nessas unidades produtivas que são peça importante do circuito espacial do açaí na economia regional. Na oportunidade obteve-se informações e material fotográfico a respeito das etapas do processo produtivo pelas quais o açaí é beneficiado e transformado em polpa.

Na recepção, o açaí que chega em basquetas é descarregado na plataforma de matéria-prima da indústria. Nesta fase o produto in natura é inspecionado quanto às suas características de tamanho, maturidade e tempo de coleta. É também conferido seu peso e volume. Na figura 32, a plataforma de recepção das basquetas para desembarque do açaí in natura na agroindústria Nutrilatino.

Figura 32 – Plataforma de recepção das basquetas com açaí



Fonte: Acervo pessoal, visita in loco (2019).

Na segunda etapa o açaí passa pela limpeza e Lavagem. Nessa fase é necessário que os frutos sejam limpos de aderências, como flores e pequenos restos de vegetais, através de um sistema de ventilação. Posteriormente são imersos em grandes tanques contendo água clorada onde permanecem aproximadamente 30 minutos. Depois desta etapa os frutos devem ser

transpostos para outros tanques ou baldes plásticos com pequenos furos na parte inferior, onde são lavados em água corrente por 10 a 15 minutos. Após este tempo podem ser levados à despulpadora.

A terceira etapa do processo é o despulpamento. Essa fase é feita necessariamente em máquinas apropriadas, com adição de água conforme o produto final desejado e de acordo com a legislação vigente quanto ao teor de sólidos solúveis. Os resíduos resultantes do despulpamento são as sementes, que representam 83% do açaí fruto. A decomposição das sementes resulta em adubo orgânico de boa qualidade que são exportadas para outros países. As máquinas que realizam o processo são parecidas com as bateadeiras domésticas utilizadas pelos bateadores espalhados pela cidade, mas diferentes em tamanho e no modo operacional, como mostra a figura 33.

Figura 33 – Máquinas de despulpamento do açaí.



Fonte: acervo pessoal, visita in loco (2019).

Depois do despulpamento o processo entra na etapa de homogeneização/padronização, em que o açaí despulpado é colocado em tanques com a finalidade de conferir à polpa características físico-químicas que satisfaçam a legislação vigente. A etapa seguinte é a da pasteurização, quando a polpa é conduzida ao tanque “pulmão” do pasteurizador onde será

submetida ao devido tratamento térmico e um processo de resfriamento que é feito no próprio equipamento de pasteurização, mostrado na figura 34.

Figura 34 – Equipamento de pasteurização da polpa de açaí



Fonte: acervo pessoal, visita in loco (2019).

Após a etapa de pasteurização, o processo entra na etapa de embalagem. Nessa fase o açaí é encaminhado para a embaladeira automática responsável pela conformação da embalagem, dosagem do produto e selagem automática sem contato manual, usando sacos de polietileno em bobina contínua. Com a polpa embalada, tem-se início a última etapa que é a de congelamento em que o produto é levado para as câmaras de congelamento e posteriormente, após ser congelado, estocado à temperatura entre -20°C a -18°C . As figuras 35 e 36 mostram respectivamente as máquinas de embalagem e a câmara de congelamento.

Figura 35 – Máquina de embalagem de polpa



Fonte: acervo pessoal. Pesquisa in loco. (Agosto, 2019).

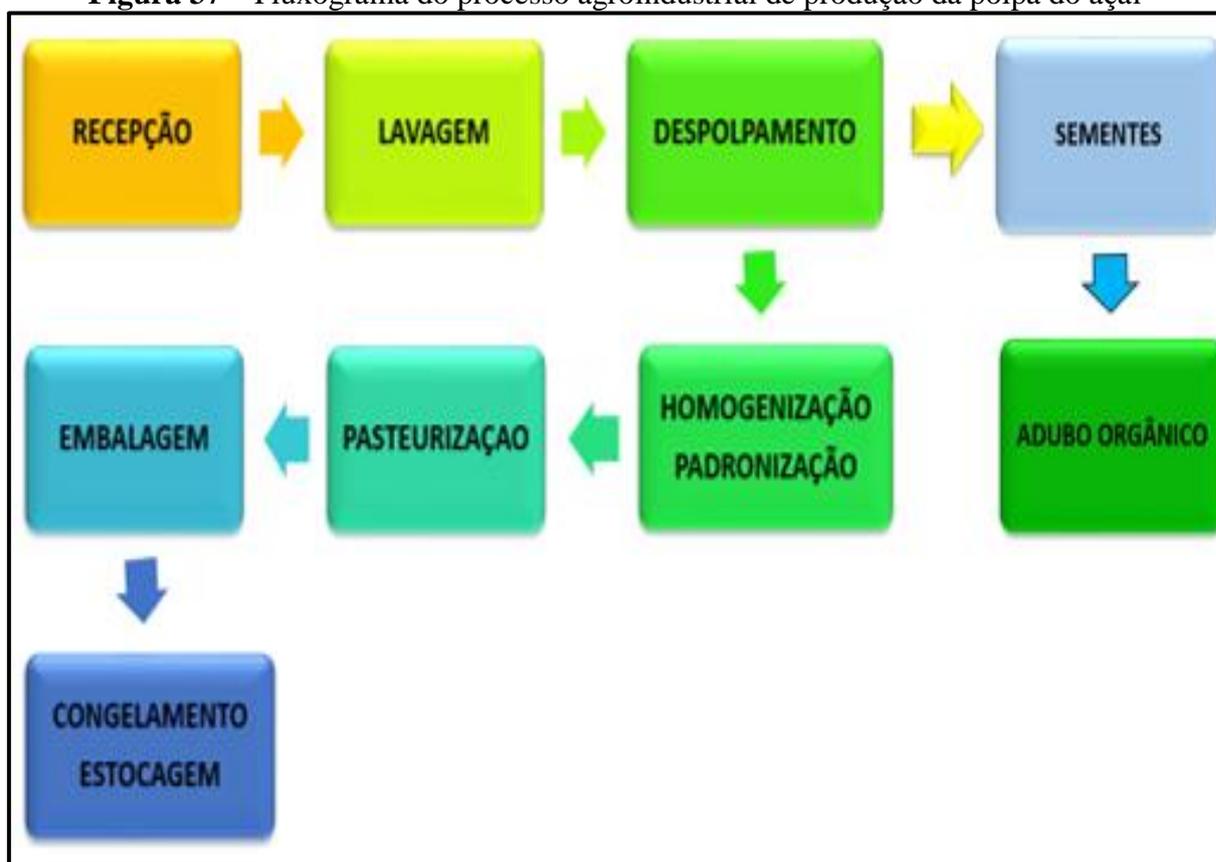
Figura 36 – Câmara de resfriamento do açaí



Fonte: acervo pessoal. Pesquisa in loco. (Agosto, 2019).

A visita à agroindústria Nutrilatino proporcionou a obtenção de conhecimento a respeito das etapas pelas quais o açaí in natura passa até chegar à polpa para ser comercializada. De posse desse conhecimento, elaborou-se o fluxograma mostrado na figura 37, que corresponde ao processo de circulação do açaí e produção de polpa na agroindústria de uma forma sintetizada para complementar o entendimento a respeito do que foi pesquisado na unidade produtiva visitada.

Figura 37 – Fluxograma do processo agroindustrial de produção da polpa do açaí



Fonte: elaboração do autor, com base em pesquisa na agroindústria Nutrilatino. (agosto, 2019).

Após a conclusão das etapas descritas acima a polpa de açaí é comercializada para várias partes da região amazônica, Brasil e também para outros países. Segundo o dono da Nutrilatino, Sr. Reinaldo, o açaí tem um mercado de consumo tradicional e consolidado na sua própria região de origem, a Amazônia, decorrente do hábito arraigado de sua população de tomar o vinho do açaí. Isto ocorre principalmente nos Estados do Pará e Amapá, onde o açaí constitui importante componente da alimentação básica de parte dos seus habitantes. Porém, a partir do fim da década de 1990 houve um importante fenômeno mercadológico no que se refere ao mercado nacional e internacional da polpa de açaí, fato que incentivou e

aqueceu a extração e o beneficiamento do açaí, principalmente a partir da segunda década do século XXI, com a instalação das unidades de despolpamento.

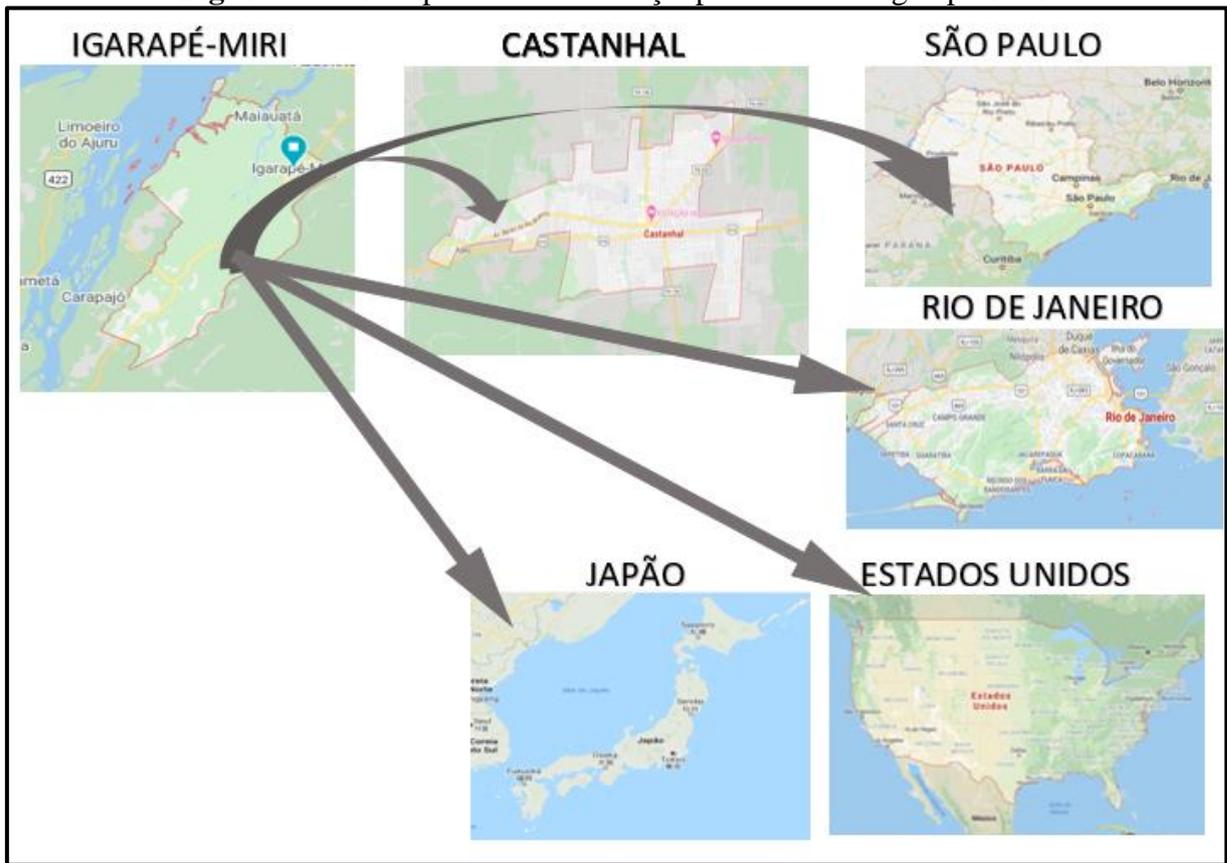
Ocorreu uma crescente aceitação e consumo do produto na região sudeste do país, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo. Nesses novos centros de consumo o açaí passou a ser largamente utilizado por frequentadores de academias de ginástica, de praias, esportistas e turistas gerando um novo e rentável campo de negócios para produtores e exportadores do açaí, principalmente do Estado do Pará. O consumo do açaí tornou-se uma espécie de moda no sudeste brasileiro, fato que impulsionou a demanda, produção e venda da polpa produzida nas agroindústrias paraenses, inclusive nas de Igarapé-Miri, em direção a essa região.

Outro destino da polpa produzida pelas unidades agroindustriais de Igarapé-Miri é o mercado externo. Este representa um potencial de grande significância, existindo possibilidades concretas de se tornar uma realidade extremamente interessante para o segmento de produção de polpas tropicais, particularmente para o açaí, uma vez que, segundo dados do BNDES (2000), sobre o desempenho do complexo Agroindustrial das frutas, houve um crescimento considerável do setor em termos de exportações de polpas entre o fim da década de 1990 e início do século XXI. Segundo dados do PAM-IBGE-2019, Igarapé-Miri movimentou 880 milhões de reais no ano de 2018, oriundos da venda do açaí em polpa, desbancando o município de Portel, até então líder na produção de açaí no Estado do Pará.

Segundo informações da CONAB (2017), os principais países que importaram a polpa do açaí produzida pelas agroindústrias paraenses entre os anos de 2012 e 2017 foram Estados Unidos (60%) e Japão (31%). De acordo com o proprietário da Nutrilatino 10% da polpa de açaí produzida nesse período foi exportada para esses países e 90% foi destinada ao mercado nacional, tanto para a produção do vinho como para a produção de polpa, evidenciando a importância dessa agroindústria no mercado interno e externo.

A seguir, na figura 38, um mosaico de imagens representando o fluxo do açaí e as principais rotas de circulação que sintetizam o circuito espacial do produto entre escalas espaciais diferenciadas no sentido cidade-regional-nacional-global. Assim, tem-se as áreas de origem da produção e também de beneficiamento na cidade de Igarapé-Miri de onde o açaí é transportado para os espaços de destino que absorvem a produção do açaí in natura e de polpa, como Castanhal, São Paulo, Rio de Janeiro e os principais destinos no mundo, como Estados Unidos e Japão.

Figura 38 – Principais destinos do açaí produzido em Igarapé-Miri



Fonte: elaboração do autor com base em entrevista com proprietário de agroindústria. (agosto, 2019).

Diante das informações prestadas no capítulo, a respeito do circuito espacial do açaí em Igarapé-Miri e os processos relacionados a cadeia produtiva, torna-se evidente que a cidade estabelece interação com espaços em diferentes escalas via economia do açaí. As localidades ou áreas produtoras da zona rural estão interligadas a sede por meios de circulação natural, representadas pelos rios, e também artificiais, representadas pelas estradas vicinais. A sede também estabelece relação com outros espaços da região, Brasil e do mundo através da comercialização do açaí in natura e em polpa. A interação estabelecida deixa evidente a centralidade que Igarapé-Miri exerce na região do baixo Tocantins e, ao mesmo tempo, justifica seu papel ou situação econômica na região.

CAPÍTULO 4 – AS IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS DA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ EM IGARAPÉ-MIRI

Após a análise do circuito espacial do açaí e a evidência da centralidade de Igarapé-Miri no contexto de ampliação da produção e comercialização do açaí no município, a partir de agora procura-se expor as implicações socioespaciais que o novo significado vem provocando, como a melhoria das condições de vida de pessoas envolvidas na base da cadeia produtiva, bem como algumas mudanças na configuração espacial da cidade. As informações e dados necessários para a exposição dos resultados foram obtidos basicamente por meio de entrevistas abertas com vários agentes envolvidos no processo de produção, extração, circulação, beneficiamento e comercialização do açaí e com moradores através da aplicação de questionários, onde priorizou-se as perguntas voltadas para a realidade socioeconômica dos entrevistados.

O capítulo estrutura-se em duas partes. Na primeira parte identifica-se os benefícios sociais da cadeia produtiva, mostrando que ela vem contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos diversos atores sociais envolvidos no processo de produção, extração, circulação, comercialização e beneficiamento pois, seguindo o entendimento de Abrantes (2014), o processo de produção e valorização do produto no mercado deve, não apenas obedecer a uma lógica puramente econômica gerando vantagens e benefícios para agentes externos, mas também proporcionar um desenvolvimento que realmente seja inclusivo e endógeno, proporcionando melhorias para aqueles que estão na base da cadeia, como os produtores, peconheiros, carregadores, batedores autônomos, etc.

Na segunda parte são apresentadas as principais implicações espaciais verificadas na cidade, decorrentes do desenvolvimento da cadeia produtiva do açaí. A pesquisa de campo e entrevistas permitiram a identificação das marcas espaciais expressas na paisagem intra-urbana que foram e são resultado de processos sociais relacionados à expansão da produção e comercialização do açaí, a exemplo das mudanças ocorridas em alguns espaços da cidade, como o da orla, do centro comercial e serviços bem como no espaço de expansão territorial urbana que compreende as zonas periféricas (que vão além da PA 151) e os espaços de produção industrial e beneficiamento do açaí (espaço das agroindústrias).

4.1 AS IMPLICAÇÕES SOCIAIS DA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ EM IGARAPÉ-MIRI: UM ESTUDO DE CASO BASEADO NA REALIDADE DOS AGENTES SOCIAIS DA LOCALIDADE DO CATIMBAUA E DA SEDE DO MUNICÍPIO

A cadeia produtiva do açaí envolve diversos agentes sociais que fazem parte do circuito espacial da produção e contribuem para o desenvolvimento desta atividade no

município. É muito difícil mensurar em números reais quantos estão envolvidos no processo, desde o cultivo, passando pela extração, transporte, comercialização, beneficiamento, consumo, bem como expor a quantidade exata dos ganhos financeiros de todos esses agentes que estão envolvidos na cadeia produtiva, tendo em vista o grande número de pessoas, de localidades produtoras e da sazonalidade e regime de produção.

No entanto, mesmo com tais limitações, buscou-se fazer uma coleta de dados dentro de dois recortes espaciais, representados pela localidade do Catimbau e pela sede do município, afim de garantir uma base de conhecimento que nos proporcione uma noção sobre os reais efeitos socioeconômicos decorrentes da atual fase de expansão da produção e comercialização do açaí no município. O espaço de pesquisa mencionado (Catimbau) foi escolhido em decorrência, principalmente, da acessibilidade, uma vez que essa área produtora fica a cinco quilômetros da sede do município.

Parte-se da ideia de que o espaço de produção e circulação do açaí ganhou uma nova dinâmica a partir da década de 1990, em que o produto deixou de ser extraído apenas para o consumo endógeno, passando a atrair interesses de outros mercados do Brasil e exterior Corrêa (2016). E que, diante disso, essa nova dinâmica tem ocasionado mudanças no volume da produção e comercialização, gerando crescimento econômico e desenvolvimento no município.

Importante lembrar que os termos “crescimento econômico” e “desenvolvimento” não se equivalem. Abrantes (2014) enfatiza que desde a década de 1990 a questão do conceito de desenvolvimento vem sendo questionada por diversos economistas pois estava bastante atrelada ao fator econômico como determinante para tal. Durante muito tempo, no cenário político e técnico-científico, o fator econômico era crucial e determinante para se chegar ao desenvolvimento. Desta forma, pode-se dizer que este tinha uma feição puramente economicista.

Abrantes (2014) ratifica a ideia acima ao afirmar que a premissa economicista, por si só, não é capaz de gerar desenvolvimento, e que este, por sua vez assume no século XXI várias dimensões e deve ser entendido através de critérios como eficiência produtiva, satisfação das necessidades humanas e atendimento dos objetivos da sociedade. Assim, o conceito de desenvolvimento não deve se confundir com o conceito de crescimento econômico, pois o mesmo busca, acima de tudo, a aquisição e multiplicação de bens materiais, estando relacionado ao crescimento do P I B de um país. O Brasil, por exemplo, teve grande crescimento econômico no passado, no entanto, apresentou grande distanciamento entre ricos e pobres, evidenciando grandes desigualdades sociais e a uma

situação desastrosa em termos de concentração de renda, não apresentando, portanto, desenvolvimento.

Portanto, o crescimento econômico deve ser visto como elemento importante para o desenvolvimento, mas não como suficiente, único responsável. Ele tem que ser acompanhado, necessariamente, de melhorias na qualidade de vida daqueles que participam direta e indiretamente dos processos vinculados a produção e geração de renda, expressando o chamado desenvolvimento qualitativo. O crescimento econômico deve ser mais humano e que atenda às necessidades sociais básicas e permitam a reprodução de condições satisfatórias de vida.

Utiliza-se aqui a ideia de desenvolvimento defendida pelo autor supracitado como base teórica e ponto de partida para mostrar que a cadeia produtiva do açaí em Igarapé-Miri deve e tem gerado impactos econômicos positivos e, ao mesmo tempo, melhorado de forma significativa a qualidade de vida dos que participam da base da cadeia produtiva e contribuem para a expansão do circuito espacial do açaí. Claro que essa melhoria não se dá de forma uniforme, mas ocorre em menor ou maior grau, dependendo do grupo e função de trabalho a que cada um se enquadra na cadeia produtiva.

Selecionamos alguns agentes sociais que estão inseridos na cadeia produtiva e dão movimento ao processo de produção, extração, circulação, beneficiamento, comercialização do açaí no município e, por meio de entrevistas e observação da realidade em campo, obteve-se informações que deram uma base de conhecimento a respeito dos benefícios econômicos proporcionados pela cadeia produtiva do açaí e que, ao mesmo tempo, contribuíram significativamente para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, expressando um desenvolvimento local ou endógeno.

A pesquisa realizada na safra de 2019 (entre os meses de agosto e novembro) foi baseada em questionários semiestruturados e visita in loco, direcionada para a obtenção de dados socioeconômicos a respeito de cinco grupos de agentes que trabalham e movimentam a cadeia produtiva do açaí no município, como os produtores, os peconheiros, os carregadores, os atravessadores e os batedores autônomos, tendo como principal objetivo apresentar resultados sobre a influência financeira e na qualidade de vida que a produção e venda do açaí proporciona para a população envolvida na base da cadeia produtiva em Igarapé-Miri.

4.1.1 Os Produtores

Nos dia 30 de agosto de 2019 foi realizada uma visita in loco em uma importante localidade do município chamada de Catimbau, onde, por meio de entrevistas e observação

da realidade local no açazal, obteve-se informações a respeito de dois agentes sociais da cadeia produtiva selecionados para estudo neste trabalho: o produtor e o peconheiro. Essa pesquisa proporcionou o conhecimento empírico sobre as condições de trabalho e a realidade socioeconômica desses agentes envolvidos no processo de produção, extração, circulação e venda do açaí in natura, dando-nos a oportunidade de termos uma base empírica a respeito dos reais impactos da cadeia produtiva do açaí na qualidade de vida dos que lidam diariamente no processo nas zonas de produção e extração.

O município de Igarapé-Miri, assim como outros que compõem o baixo Tocantins, possui território marcado por algumas particularidades, como a presença de muitas áreas de várzea que margeiam os diversos rios e abrigam os grandes açazais que caracterizam e dão feição peculiar as paisagens da zona rural. A maior parte dessas áreas são propriedades voltadas para a produção do açaí pertencentes a particulares, famílias que tem na extração e venda do produto in natura sua principal fonte de renda que varia de acordo com o tamanho do açazal e quantidade de trabalhadores envolvidos no processo produtivo. Desta forma, quanto maior a área de açazal e número de trabalhadores, maior vai ser o volume de açaí extraído e vendido e, conseqüentemente, maiores serão os lucros dos produtores.²⁷

No caso da localidade visitada, a maioria das propriedades são de pequeno e médio porte pertencentes a famílias tradicionais que sobrevivem da extração do açaí. A propriedade visitada, do Sr. Jobert Pantoja, possui em torno de 20 hectares²⁸, com medidas de 100 metros de frente por 1200 metros de fundo. O produtor é geralmente o chefe de família tradicional do lugar que cuida dos processos relacionados ao manejo dos açazais, juntamente com outros membros da família, como esposas, filhos e netos que tem na prática do cultivo, extração e venda do açaí uma importante fonte de renda. Mas no caso, o produtor citado tem residência fixa na cidade e se dirige de segunda a sábado para gerenciar a produção, extração do açaí em sua propriedade.

A produção ocorre exclusivamente em área de várzea sem auxílio de técnicas modernas ou mecanização, com a utilização de utensílios rudimentares como a faca, terço, paneiros, peconha, plástico para debulha etc. Na maioria das propriedades os produtores realizam o manejo sustentável do açazeiro fazendo a limpeza do açazal, retirando árvores de menor valor comercial e as árvores mais adultas das touceiras pois, de acordo com o relato

²⁷ Informações obtidas por meio de entrevista com o produtor de açaí Jobert Pantoja, em 30/08/2019.

²⁸ Um hectare, representado pelo símbolo ha, é uma unidade de medida de área equivalente a 100 ares ou a 10 000 metros quadrados. Portanto, um hectare é equivalente a: 10 000 000 000 mm² 100 000 000 cm² 1 000 000 dm² 10 000 m² 100 ares ou dam² 1 hm² 0,01 km² 10 dunans métricos 0,003861020 milhas quadradas (Wikipédia).

dos produtores da localidade visitada, o correto é ficar entre três a cinco árvores em cada touceira. Esse processo vem contribuindo para uma homogeneização da paisagem com o predomínio dos açazais, bem como para gerar renda para as famílias dos produtores com a retirada e venda do palmito.

No período de safra, que vai de agosto a dezembro, os produtores conseguem ganhos maiores com a produção e venda do açaí se comparado ao período de entressafra, que vai de janeiro a julho, época de redução da produtividade, no entanto, é preciso que se entenda que esses números são relativos, uma vez que o preço do açaí oscila mesmo na safra. Segundo relato do produtor entrevistado na localidade, no pico da safra são extraídas todos os dias de seu açazal 20 basquetas de 30 quilos de açaí in natura que são vendidas diretamente para um batedor autônomo da cidade a 50 reais (em média) cada basqueta (preço que tende a baixar ou aumentar de acordo com a oferta do produto no mercado).

Dependendo das condições climáticas e da quantidade de trabalhadores extraído o açaí, a quantidade de basquetas vendidas aumenta, assim como seus lucros. Desta forma, chega-se à conclusão de que, com a venda de 20 basquetas por dia, a um valor de 50 reais cada uma, o produtor terá um rendimento diário bruto de 1.000,00 (mil reais). Se considerarmos 20 dias de extração e comercialização do açaí no mês, o produtor terá um rendimento mensal bruto na safra de 20,000,00 (vinte mil reais).

No entanto, outros produtores entrevistados na localidade visitada afirmaram que existe um problema, pois no período de pico da safra muitos vendem o açaí produzido em suas propriedades de forma in natura e a preços mais baixos para o atravessador, sem agregar valores mais consideráveis se comparado a venda do açaí para o batedor autônomo. Isso acontece porque as agroindústrias, que compram o açaí do atravessador, acabam tabelando os preços de acordo com seus interesses e poder no mercado. Esse fato compromete a renda e o modo de vida de muitos produtores, principalmente daqueles que possuem propriedade pequena, já que a quantidade de açaí extraída e vendida também vai ser relativamente pequena.

Para se ter uma ideia da diferença de ganhos entre produtor e atravessador, a basqueta de açaí in natura com 30 quilos vendida do produtor residente na localidade do Catimbau para o atravessador da cidade, no pico da safra de 2018, estava custando em média 50 reais nos meses de setembro a novembro, enquanto que a basqueta com açaí in natura com mesma quantidade do produto estava sendo vendida a 60 reais em média do atravessador para a agroindústria na mesma época.

Um fator que contribui para a diferença de ganhos entre produtores e atravessadores é que os produtores negociam individualmente a sua produção junto ao atravessador. Este, por sua vez, compra o açaí de vários produtores e reúne um volume bem maior para ser vendido para as agroindústrias que precisam de grande quantidade de açaí in natura para o despulpamento. Um produtor dono de uma pequena propriedade geralmente não tem produção suficiente para atender a demanda das agroindústrias, desta forma, é mais negócio para as empresas comprarem o produto do atravessador já que este reúne volume de basquetas mais avantajado pois compra o açaí in natura de vários produtores.

Uma alternativa para o problema seria a criação de cooperativas entre os produtores no sentido de ganharem mais poder de barganha e criarem estratégias para agregar mais valor à produção, aumentando assim a renda proveniente da venda do açaí. No entanto, os produtores da localidade relataram que existe a ideia de criação de uma cooperativa, mas nada ainda foi concretizado. Muitos possuem propriedade pequena, por isso o volume de produção também é pequeno se comparado a produção de outros proprietários. Se alternativas fossem concretizadas em favor dos produtores, como a criação de cooperativas, seria possível agregar mais valor no açaí vendido por esse grupo de agentes sociais, contribuindo de forma significativa para a melhoria das condições de vida.

No período entressafra a produção e venda do açaí em grãos tem uma grande queda devido, principalmente, a fatores climáticos²⁹, diminuindo consideravelmente a renda dos produtores, comprometendo e impactando na qualidade de vida. A solução para amenizar o problema é a busca de outras formas de reprodução social e econômica, como a pesca, o cultivo da mandioca e algumas frutas que garantem renda e condições de existência, bem como a utilização de algumas técnicas de manejo que permitem o aumento da produção e a renda proveniente do extrativismo, como a seleção de espécies que se adaptam melhor ao período das chuvas; cultivo do açaí em áreas mais baixas, com solos próximos aos rios e sujeitos a maior concentração de água devido a ação recorrente das marés; retirada dos cachos recém brotados para forçar uma mudança no ciclo da planta, tornando-a produtiva na entressafra.³⁰

Entre os cinco produtores entrevistados, todos possuem casa própria, sendo quatro residentes na localidade do Catimbau e apenas um residente na sede do município. Todos possuem família, sendo três delas com mais de dois filhos adultos, uma com dois e uma

²⁹ No período de chuvas a produção diminui bastante em função de que as árvores ficam escorregadias, dificultando a subida do peconheiro. Além disso, as cheias dos rios inundam bastante a área dos açazais, impossibilitando a circulação dos peconheiros. (relato do Sr. Jobert Pantoja).

³⁰ Informações obtidas através de relatos do produtor Jobert Pantoja da localidade do Catimbau. 30/08/19.

família com apenas um filho. A principal fonte de renda é o cultivo e venda do açaí que garante a manutenção de condições de vida que podem oscilar em qualidade dependendo do período do ano. No entanto grande parte das famílias residentes na localidade possui fonte de renda extra que ajuda nas despesas, como a proveniente do governo federal através do bolsa família.

Dos entrevistados, quatro possuem casa em alvenaria dividida em média entre três a quatro cômodos e apenas um possui casa de madeira, porém de dois andares e dividida em quatro cômodos. Todos os produtores entrevistados possuem eletrodomésticos básicos como televisão, geladeira, máquina de lavar. Quatro deles possuem mais de dois televisores e aparelho de TV a cabo. Todos os produtores possuem embarcações para o transporte pessoal e para o escoamento da produção do açaí. Todos empregam pessoas da família no processo de extração, sendo que quatro deles contratam pessoas de fora da família no período de pico da safra, uma vez que possuem propriedade e produção maior, necessitando de número mais elevado de trabalhadores para a extração, debulha e transporte do açaí. Na tabela 12, a síntese das condições socioeconômicas dos produtores entrevistados.

Tabela 12 – Condições socioeconômicas dos produtores da localidade catimbaua

Elementos socioeconômicos	Número de produtores
Família.	Todos possuem.
Casa própria.	Todos possuem
Casa em alvenaria.	4 Produtores possuem.
Casa em madeira.	1 produtor possui.
Eletrodomésticos Básicos (tv, geladeira, máquina de lavar).	Todos possuem.
Embarcações para o transporte do açaí.	Todos possuem.

Fonte: elaborado com base nas informações obtidas em trabalho de campo (30/08/2019).

Na imagem da figura 39, uma residência de um grande produtor, o Sr. Miguel Pinheiro, proprietário de um açazal da localidade Catimbaua que, segundo o próprio dono, foi melhorada a dois anos atrás com recursos provenientes da extração e venda do açaí. Compondo a paisagem ao fundo palmeiras do açazal e na frente embarcações e pontes que servem como portos de embarque do açaí in natura extraído de sua propriedade.

Figura 39 – Casa de um produtor de açaí na localidade Catimbaua

Fonte: Arquivo pessoal. Trabalho de campo (30/08/19).

No que se refere ao nível de escolaridade entre os entrevistados três produtores possuem o ensino fundamental completo, um possui o ensino médio completo e apenas um possui ensino superior completo. A localidade conta com duas escolas de ensino fundamental que atendem à demanda da maioria dos que ali residem. Algumas famílias de produtores mandam seus filhos para estudarem na sede do município e até mesmo na capital do Estado. Mas a maioria possui até o ensino fundamental, mostrando que a realidade educacional da localidade precisa melhorar em termos de oportunidade e qualidade em termos de infraestrutura e recursos humanos, como escolas de ensino médio e professores qualificados para atender a demanda local. Na tabela 13, os números obtidos referente ao nível de escolaridade.

TABELA 13 – Nível de escolaridade dos produtores entrevistados na localidade Catimbaua

Nível de escolaridade	Número de Produtores.
Ensino fundamental.	3 Produtores.
Ensino Médio completo.	1 Produtor.
Ensino superior Completo.	1 Produtor.

Fonte: elaborado com base nas informações obtidas em trabalho de campo (30/08/2019).

Na figura 40, uma das escolas que atendem à demanda da localidade Catimbaua, expressando, em meio as palmeiras do açáizal, sua estrutura simples e acanhada.

Figura 40 – Escola de ensino fundamental Nossa senhora do Carmo



Fonte: arquivo pessoal. Trabalho de campo. 30/08/2019.

Em relação ao sistema de saúde, a localidade não conta com UBS (unidade básica de saúde), existindo apenas três pessoas com curso de técnico em enfermagem que atendem casos de menor complexidade. Quando alguém precisa de atendimento médico mais especializado tem que se deslocar para a sede do município, que fica relativamente próxima da localidade uns 15 minutos de barco, para receber atendimento no hospital Santana que possui recursos humanos e infraestrutura mais complexa para o atendimento da demanda proveniente da referida localidade.

Os dados obtidos na localidade do Catimbaua, a partir de relatos e observação da realidade local, sobre o primeiro grupo de pessoas que participam da cadeia produtiva do açáí (os produtores), nos levaram a conclusão de que a produção, extração e comercialização do açáí possui influência positiva para a geração de renda e melhoria das condições de vida das pessoas envolvidas nesse grupo. Embora enfrentem algumas dificuldades no que se refere a venda, a concorrência em termos de lucratividade com os atravessadores e em relação as

condições educacionais e de saúde local, os produtores possuem qualidade de vida relativamente melhor se comparada a de outras pessoas ou agentes sociais que foram entrevistados durante o trabalho de campo, como os peconheiros.

4.1.2 Os peconheiros

Outro grupo de agente social da cadeia produtiva do açaí entrevistado durante o trabalho de campo na localidade do Catimbau foi o grupo dos peconheiros, que são os trabalhadores responsáveis pela subida, extração, debulha³¹ e transporte das rasas com açaí para o rio que dá acesso à cidade. O trabalho é pesado e exaustivo, feito quase que exclusivamente por homens. As mulheres, quando participam, geralmente executam o trabalho da debulha e acomodação do fruto nas rasas, pois exige menos esforço físico. Mas na maioria dos casos, todo o processo de subida nas palmeiras, extração dos cachos e acomodação do açaí nas rasas e transporte é feito pelos homens.

O processo de extração exige algumas técnicas que contribuem para o sucesso da ação. Os peconheiros precisam usar a peconha, que é um utensílio utilizado nos pés em forma de círculo feito de fibras do próprio açazeiro ou de sacarias de plástico reaproveitadas, que serve para subir com mais agilidade na palmeira. É preciso também o conhecimento da espécie no sentido de identificar quais palmeiras estão com os frutos maduros e evitar subidas desnecessárias em palmeiras com frutos não maduros. Segundo o relato do trabalhador da propriedade visitada, J. Pinheiro, 47 anos, é preciso saber diferenciar o cacho com frutos vermelhos dos cachos com frutos pretos, para não subir na árvore errada. Mas geralmente, devido a experiência acumulada, os peconheiros sempre sobem em palmeiras com cachos pretos e maduros.

O trabalho requer bastante agilidade no açazal, sendo feito geralmente em quatro etapas: na primeira, o peconheiro leva em torno de 20 a 30 segundos para subir, apanhar um cacho e descer da palmeira, dependendo da altura da mesma. Após reunir alguns cachos, parte-se para a segunda etapa que é a debulha, em que os frutos são retirados do cacho e colocados na rasa³², descartando outros elementos indesejáveis, como frutos secos e a “vassoura”, que é o cacho sem os caroços.

Na terceira etapa as rasas cheias são levadas, via estreito igarapé, em uma pequena embarcação chamada de casco até o rio principal que dá acesso à cidade. Por fim, na quarta etapa, as rasas são colocadas em uma embarcação maior que espera no rio principal, para

³¹ Retirada do açaí do cacho e acomodação do fruto in natura em paneiros chamados de rasa.

³² Paneiro feito de talas e fibras de miritizeiro, para transportar o açaí in natura.

seguir até a cidade. As figuras 41 e 42, obtidas na pesquisa in loco, retratam as duas primeiras etapas do trabalho realizado diariamente pelo peconheiro, a subida e retirada dos cachos da palmeira e a debulha do cacho em paneiros de 30 quilos.

Figura 41 – Peconheiro coletando cacho



Fonte: acervo pessoal. Pesquisa de campo. (Agosto, 2019).

Figura 42 – Debulha do açaí

Fonte: acervo pessoal. Pesquisa de campo. (Agosto, 2019).

Já as figuras 43 e 44, retratam respectivamente a terceira e quarta etapas do trabalho do peconheiro, que corresponde a acomodação das rasas em uma embarcação movimentada a remo pelo estreito igarapé da propriedade e a transferência das rasas para uma embarcação maior que leva o açaí retirado do açazal até a cidade para ser comercializado.

Figura 43 – Transporte do açaí pelo igarapé



Fonte: acervo pessoal. Pesquisa de campo. Agosto, 2019.

Figura 44 – Embarque do açaí rumo a cidade



Fonte: acervo pessoal. Pesquisa de campo. Agosto, 2019.

As etapas descritas acima, componentes da realidade cotidiana dos agentes sociais nos espaços de produção do açaí, estão sintetizadas conforme a tabela a seguir.

Tabela 14 – Etapas do trabalho dos peconheiros nos açaizais

Etapas	Atividades
1ª etapa	- Subida na palmeira para coletar o cacho do açaí.
2ª etapa	- Debulha: retirada do açaí in natura dos cachos.
3ª etapa	- Transportes das rasas com açaí pelo igarapé da propriedade até o rio principal que dá acesso a cidade.
4ª etapa	- Embarque das rasas com açaí em barco maior para o transporte até a cidade.

Fonte: elaborado com base nas informações obtidas em trabalho de campo (30/08/2019).

Os peconheiros são membros da própria família ou conhecidos próximos dos produtores e também pessoas contratadas de outras localidades para atender a demanda nos períodos de pico. Exercem função por meio de acordo informal, sem nenhuma regulamentação e carteira assinada. Trabalham de segunda a sábado, em torno de 8 horas por dia, 54 horas por semana aproximadamente, 216 horas mensais, 2.700 horas anuais, no período da safra. O tempo de trabalho nos açaizais geralmente vai de 10 às 18 horas, com um intervalo para o almoço que, geralmente, é feito no local de trabalho, tempo esse também definido pelo número de rasas de açaí extraídas.

Muitos peconheiros levam a comida de suas casas já pronta, outros levam café, farinha ou pescam seu próprio alimento nos igarapés da localidade, para ser assado e consumido acompanhado, na maioria das vezes, do vinho de açaí, como bem relatou o Sr. J. Pinheiro. (peconheiro da localidade Catimbaua, 47 anos, 30/08/ 2019):

Nosso trabalho começa em torno de 9 horas da manhã quando chegamos no açaizal. Pegamos nossos equipamentos, como a peconha, facas, terçados, botas e paneiros e nos dividimos dentro do açaizal para fazer a extração dos cachos de açaí nas palmeiras. Na hora do almoço, entre 12 e 13 horas, os trabalhadores comem o que trazem de suas casas, outros pescam nos igarapés o seu alimento e assam ali mesmo para ser consumido com farinha de mandioca e vinho do açaí que é amassado ali mesmo no açaizal ou trazido em garrafas de suas residências. Após o almoço voltamos para o “trampo” para extrair e encher mais paneiros que vão ser levados até a beira do rio para ser colocados nas canoas que seguirão para a cidade onde serão vendidos para bateadores ou para empresas de polpa.

A seguir, na figura 45, a imagem de alguns mantimentos utilizados pelos peconheiros para sua permanência no açailal durante o tempo de trabalho extraído os cachos de açai, debulhando e carregando as rasas até a embarcação de transporte do fruto. No panelo ao centro, enlatados em conserva, garrafa pet para água potável e pão. Ao lado, garrafas térmicas com água e café. Ao fundo, duas rasas com frutos prontas para serem embarcadas e levadas para a venda na cidade.

Figura 45 – Mantimentos do peconheiro para sua permanência durante o trabalho no açailal



Fonte: acervo pessoal. Pesquisa de campo. (agosto, 2019).

Entre os cinco peconheiros entrevistados, a maioria possui residência na mesma localidade, tendo ligações de parentesco com os donos dos açailais. Apenas dois são de outras localidades. Todos exercem trabalho remunerado através de acordo informal com o produtor. Na safra ganham entre 13 e 15 reais por rasa de 30 quilos cheia, podendo chegar a um rendimento de 260 a 300 reais por dia de trabalho se conseguir encher 20 rasas, totalizando rendimentos mensais que variam de 3.200 a 6,000 mil reais em média, quando o peconheiro trabalha 20 dias no mês. Essa renda pode variar de acordo com o tamanho do açailal, número de peconheiros contratados ou com o período do ano (safra e entressafra). Além dessa renda, a maioria dos entrevistados também recebe auxílio financeiro do governo federal através de

programas sociais como o bolsa família, o que ajuda nas despesas com alimentação, educação ou saúde.

Três entre os cinco peconheiros entrevistados relataram que possuem família, casa própria, esposas e filhos (em média dois) e dois disseram que são solteiros e vivem na casa dos pais. Três deles disseram que moram em casa com dois ou mais cômodos, sendo o material de estrutura da casa baseada em tijolos e concreto, sendo equipadas com eletrodomésticos básicos (como um aparelho de TV, uma geladeira e máquina de lavar) e dois deles disseram que moram em casa de madeira com dois cômodos equipada com uma Tv e geladeira. Três dos entrevistados afirmaram ter embarcações pequenas e de médio porte, popularmente chamadas de “cascos”³³, “rabudos”³⁴ e “canoas”³⁵ e dois relataram possuir apenas embarcação de pequeno porte como casco (um entrevistado) e casco e rabudo (outro entrevistado). Para sintetizar tais informações que evidenciam as condições socioeconômicas dos peconheiros, elaborou-se a tabela 15 a seguir.

Tabela 15 – Condições socioeconômicas dos peconheiros da localidade Catimbau

Elementos socioeconômicos	Número de peconheiros.
Família.	3 peconheiros.
Casa própria.	3 peconheiros.
Casa de alvenaria.	3 peconheiros.
Casa de madeira.	2 peconheiros.
Eletrodomésticos básicos (Tv, geladeira, máquina de lavar).	2 peconheiros (tv e geladeira)
Embarcações	3 peconheiros (pequeno e médio porte). 2 peconheiros (pequeno porte).

Fonte: elaborado com base nas informações obtidas em trabalho de campo (30/08/2019).

No que se refere ao grau de escolaridade, três dos entrevistados possuem o ensino fundamental completo, um cursou até o oitavo ano do ensino fundamental, um possui o ensino médio completo e nenhum tem curso superior. A maioria estudou somente em escolas da localidade (com exceção de um que tem ensino médio e estudou em escola da cidade). Os filhos da maioria dos peconheiros também estão estudando em escolas da localidade no momento, pois ainda estão no ensino fundamental. Apenas o filho de um dos peconheiros

³³ Embarcação pequena movida manualmente com capacidade entre 1 a cinco pessoas.

³⁴ Embarcação pequena movida a motor, com capacidade entre 1 e 15 pessoas.

³⁵ Embarcação de porte médio e grande movida a motor, com capacidade para várias pessoas e maior peso de carga.

curso o ensino médio em uma escola da sede do município, fazendo o trajeto localidade-escola-localidade todos os dias.³⁶ Na tabela 16, os números das informações referentes ao grau de escolaridade dos entrevistados na referida localidade.

Tabela 16 – Nível de escolaridade dos peconheiros da localidade Catimbaú

Nível de escolaridade	Número de peconheiros.
Ensino fundamental	3 Peconheiros (fund. Completo) 1 peconheiro (fund. Incompleto).
Ensino médio.	1 Peconheiro.
Ensino superior.	Nenhum Peconheiro.

Fonte: elaborado com base nas informações obtidas em trabalho de campo (30/08/2019).

Em relação ao sistema de atendimento e condições de saúde, os entrevistados relataram que os problemas mais simples são resolvidos na própria localidade, muitas vezes com auxílio de técnicos em enfermagem que residem no local. No entanto, muitas vezes ocorrem problemas maiores e mais graves no ambiente de trabalho, como acidentes com fraturas, cortes com instrumentos como terçados, picadas de animais peçonhentos, entre outros, que necessitam de atendimentos mais complexos e específicos que, por falta de estrutura, não são realizados na localidade. Nesses casos o trabalhador e a família de quem sofreu o acidente têm que procurar meios e ajuda para se dirigir até a sede ou capital do Estado em busca de atendimento. Mas, de acordo com o que foi relatado, alguns já se prejudicaram por falta de um atendimento imediato e especializado, chegando até a perder parte de um membro por conta de infecção aguda resultante de picada de cobra peçonhenta.

As informações obtidas a partir de relatos do segundo grupo de pessoas que atuam na base da cadeia produtiva do açaí (os peconheiros) nos levaram ao entendimento de que as condições de vida dessas pessoas melhoraram significativamente a partir do trabalho e aquisição de renda nos açazais, pois vem conseguindo criar seus filhos, adquirir alguns eletrodomésticos que antes não tinham e dar uma melhorada na estrutura de suas casas que passaram a receber novos materiais que proporcionam maior segurança, melhor estética e conforto como concreto, tijolos, ferragens, telhados de barro etc. No entanto, no que se refere a educação e saúde, os entrevistados relataram algumas melhorias, mas apontaram

³⁶ O jovem Alessandro F. Pantoja, 16 anos, cursa o 2º ano do ensino médio na cidade de Igarapé-Miri. Levanta cinco horas da manhã de segunda a sexta para se dirigir até a escola. O meio de transporte que utiliza é uma embarcação chamada pelos ribeirinhos de “rabeta” que tem capacidade para 18 pessoas e faz o trajeto levando passageiros diariamente da localidade para a cidade em um tempo médio de 15 minutos.

necessidades que ainda não foram solucionadas, como a construção de escola voltada para o ensino médio e uma unidade básica de saúde para a localidade.

4.1.3 - Os carregadores

O terceiro grupo de agentes sociais inseridos diretamente na base da cadeia produtiva do açaí é o dos carregadores. Esse grupo é responsável pelo desembarque do açaí das embarcações que chegam das localidades produtoras e embarque dos caminhões que transportam o produto em basquetas para as agroindústrias localizadas na cidade e para outros lugares da região. No dia 10 de setembro de 2019, por meio de uma visita em um importante porto de desembarque de açaí na cidade, obteve-se algumas informações, por meio de entrevista com cinco carregadores, sobre as condições socioeconômicas desse grupo de agente social muito importantes no circuito espacial do açaí.

Na oportunidade, os carregadores relataram que geralmente trabalham de segunda à sexta e as vezes em feriado, dependendo da safra do açaí, num período que varia entre 6 e 9 horas por dia. Na semana, aproximadamente seria 48 horas, 192 horas mensais e 2.400 horas anuais. O trabalho começa geralmente a partir das 16 horas, quando as embarcações chegam no porto com o açaí extraído das localidades da zona rural se estendendo até as 24 horas ou mais, conforme a quantidade de açaí que chega no porto e suas condições físicas. O acordo é informal junto aos atravessadores que pagam em média um real por basqueta carregada para os caminhões. Cada carregador chega a ganhar entre 100 e 150 reais por dia trabalhado, atingindo uma renda mensal que varia entre 2.000.00 (dois mil) e 3.000.00 (três mil reais), se considerarmos vinte dias de trabalho no mês, em período de safra.

A renda conseguida pelo carregador no período da safra garante benefícios econômicos que repercutem na sua qualidade de vida, ajudando nas despesas da família, na alimentação e conforto, uma vez que são adquiridos produtos eletrônicos, eletrodomésticos, melhorias na estrutura de suas residências, como bem afirmou o Sr. A. Quaresma (10/09/2019), carregador de açaí:

No período da safra é muito bom, quando vem bem açaí do interior, consigo carregar bem rasas, para ganhar um dinheiro assim juntando um dinheiro, para comprar uma geladeira, um “fogãozinho”, e comida para meus filhos comer, esse período é maravilhoso e conseguimos comprar muitas coisas, dar uma melhorada na casa e pagar todas as contas.

A figura 46 apresenta uma imagem que retrata o trabalho diário dos carregadores, transportando e acomodando as basquetas com açaí in natura em diversos meios de

transportes, como caminhões e Kombis, que levam o produto para os pontos de beneficiamento na cidade, como as agroindústrias e também para outros municípios.

Figura 46 – Carregadores de açaí em porto de Igarapé-Miri



Fonte: arquivo pessoal. Trabalho de campo, setembro de 2019.

No que se refere ao grau de escolaridade, entre os cinco carregadores entrevistados, quatro possuem ensino médio completo e apenas um tem o ensino fundamental incompleto. A maioria afirmou que tem no trabalho de carregador uma fonte alternativa de renda, uma vez que possuem outras fontes, como o trabalho de moto taxi, marceneiro, etc. No entanto, a falta de oportunidade de emprego formal faz com que eles busquem recursos financeiros trabalhando como carregadores de açaí na safra. Quanto a assistência em saúde, todos buscam atendimento nas unidades básicas espalhadas pelos bairros da cidade. Em casos de acidentes mais complexos, buscam atendimento no hospital Santana ou na capital do Estado. A seguir, na tabela 17, os números referentes ao nível de escolaridade dos carregadores.

Tabela 17 – Nível de escolaridade dos carregadores/cidade

Nível de escolaridade	Número de carregadores.
Ensino fundamental	1 carregador (fund. Incompleto).
Ensino médio.	4 carregadores.
Ensino superior.	Nenhum carregador.

Fonte: elaborado com base nas informações obtidas em trabalho de campo (10/09/2019).

Através dos relatos dos agentes sociais entrevistados desse grupo, conclui-se que são pessoas que dependem bastante da renda proveniente desse trabalho, mas que a mesma é determinada pela sazonalidade da produção, já que em alguns meses do ano a produtividade diminui bastante, fazendo com que esses trabalhadores procurem outras alternativas para sobreviver e manter suas famílias, exercendo atividades informais relacionadas ao setor terciário da economia, como mototaxistas, vendedores ambulantes, entre outros.

Quanto as questões relacionadas as áreas educacional e de saúde, percebe-se que a maioria dos entrevistados desse grupo possui nível de escolaridade maior e dispõe de melhor atendimento médico-hospitalar se comparado aos dois primeiros grupos entrevistados que atuam na localidade do Catimbau (grupo dos produtores e peconheiros), uma vez que estão mais próximos da estrutura de assistência nas referidas áreas. Portanto, o fato de os carregadores residirem todos na cidade, espaço que possui mais recursos estruturais e humanos em educação e saúde, é um fator determinante para os resultados demonstrados.

4.1.4 Os atravessadores

Figura marcante nos portos de desembarque e venda do açaí em Igarapé-Miri é a do atravessador. Ele é o componente da cadeia produtiva que representa o ponto de intermédio, o elo de ligação entre o produtor e as agroindústrias de despulpamento. O atravessador geralmente possui capital avantajado e compra grande quantidade de açaí in natura de vários produtores da zona rural. Esse componente da cadeia produtiva revende o açaí (com acréscimo no valor da rasa) para as empresas de despulpamento, muitas localizadas no próprio município, como a Nutrilatino e a Bony Açaí e outras localizadas em outros municípios. Alguns atravessadores, que possuem embarcação grande e rápida, vão até as localidades de produção para comprar o açaí recém extraído antes que este chegue na cidade.

Isso acontece porque muitos produtores ainda não possuem meios logísticos para o transporte do açaí até a cidade.³⁷

Na visita a um movimentado porto de desembarque do açaí na cidade de Igarapé-Miri, foi realizada uma entrevista com dois dos atravessadores que comandam a compra e venda do açaí na cidade, o Sr. Bibica e o Sr. Paulo Gato, a fim de obter conhecimentos a respeito de alguns aspectos econômicos e sociais desse grupo de pessoas que compõe a cadeia produtiva do açaí em Igarapé-Miri. Houveram algumas dificuldades para a coleta de informações devido ao grande movimento e intensidade que envolve o processo de compra e venda de açaí no porto, o que ocupa bastante o tempo disponível do atravessador na hora da feira. No entanto, coletou-se alguns dados a respeito das condições que caracterizam o trabalho e o cotidiano desse grupo de agentes sociais na época de safra do açaí.

O atravessador compra grande percentual de açaí que é vendido pelos produtores no porto. Outro percentual, é comprado pelos vários batedores autônomos para abastecer suas batedeiras na cidade. Entre vinte produtores entrevistados em dois portos do açaí, 11 disseram que vendem sua produção diretamente para o atravessador e 9 disseram que vendem para batedores autônomos. Esses 9 produtores afirmaram que preferem esse destino pois sua produção é relativamente pequena, mas de melhor qualidade se comparada a outros produtores, e que os batedores autônomos pagam mais no preço da rasa pois é de melhor qualidade.

Os atravessadores entrevistados relataram que possuem família e vivem praticamente da renda da revenda do açaí. Na entressafra, quando a produção do açaí declina consideravelmente, a maioria dos atravessadores levam o açaí em seus caminhões para ser vendido em Belém, na feira do Ver-o-Peso, onde, segundo eles, os lucros são maiores. Uma pequena parcela de atravessadores investe o capital obtido durante a safra em outros ramos como em estabelecimentos comerciais, afim de garantir a reprodução do capital. Mas, a maioria pertencente a esse grupo de atores sociais, passa o ano todo dependendo da compra e venda do açaí.

No mês em que foi realizada a pesquisa in loco (setembro), o valor pago pelas empresas de despulpamento ao atravessador pela basqueta de 30 quilos era de 45 reais em média. Os principais atravessadores (que são poucos) geralmente possuem grande capital acumulado e conseguem comprar, em média, 2.500 basquetas por dia dos produtores, que

³⁷ Informações obtidas através de relatos do Sr. Paulo Gato, 49 anos, Trabalho de campo (11 de setembro, 2019).

vendem tanto nos portos da cidade como em outros portos do município, a exemplo da vila Maiauatá.

Cada basqueta com 30 quilos vendida pelo produtor custava, na época, em média 40 reais. Considerando que o atravessador compra do produtor 2.500 basquetas a 40 reais cada, então chega-se a um valor de gasto na compra de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Se o atravessador vender cada basqueta para a agroindústria a um valor de 45 reais, ele chegará a um rendimento diário bruto no valor de R\$ 112.500,00 (cento e doze mil e quinhentos reais). Tirando a diferença entre o que foi gastado com a compra do açaí junto ao produtor e o que foi obtido com a venda do açaí para as agroindústrias, chega-se a um total de lucro diário bruto de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais). Multiplicando esse valor pelos 20 dias trabalhados, chega-se a uma renda bruta mensal de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). É importante que se compreenda que essa renda é relativa, podendo variar e baixar de acordo com alguns fatores, como a sazonalidade do regime de produção, despesas com empregados e logística, etc.

Observa-se então, através dos números mostrados, que a renda obtida por esse grupo de agentes sociais da cadeia produtiva do açaí é bem superior em relação a renda dos outros grupos pesquisados e demonstrados até o momento. Isso repercute de forma positiva em relação a qualidade de vida dessas pessoas. Segundo o Sr. Paulo Gato, a renda obtida com a venda do açaí lhe permite dar uma boa educação para seus três filhos, uma vez que todos fazem cursos de graduação, sendo dois em universidade particular. Além disso, dispõem de serviços na área de saúde por meio de planos particulares como a Unimed. Sempre que lhes sobra um tempo, viajam a passeio para outros municípios e Estados, visitando praias ou balneários em busca de lazer. Agora, informações sobre quinto grupo de agentes sociais envolvidos na cadeia produtiva do açaí no município, os batedores autônomos.

4.1.5 Os batedores autônomos

Uma das características mais marcantes da paisagem das ruas de Igarapé-Miri é a presença de bandeiras vermelhas na frente de algumas casas. Elas indicam que ali funciona uma batedeira de açaí, espaço produtivo que faz o despulpamento diário do grão in natura, transformando-o em vinho que é muito consumido pelas famílias mirienses. Conforme números apresentados anteriormente, são mais de duzentas batedeiras cadastradas na cidade e em duas vilas. Estima-se que sejam mais de 350, se contarmos as não cadastradas. Mas, o fato é que essas batedeiras compõem o espaço de forma marcante e proporcionam, para aqueles

que nelas trabalham, uma importante fonte de renda, que ajuda bastante nas despesas da família.³⁸

Na imagem da figura 47, a paisagem da Rua Generalíssimo Deodoro, mostrando, através dos traços amarelos, quatro bandeiras vermelhas próximas umas das outras e na mesma rua. Elas indicam que ali funciona uma bateadeira que vende o vinho do açaí e expressam como foi colocado anteriormente, a grande existência dessas pequenas unidades produtivas de açaí na cidade.

Figura 47 – Bateadeiras de açaí na Generalíssimo Deodoro



Fonte: Arquivo pessoal. (setembro, 2019).

No dia 14 de setembro de 2019 foi realizada uma visita em alguns estabelecimentos de bateadeiras de açaí na cidade, onde, na oportunidade, foram coletadas, por meio de entrevista com alguns responsáveis pelo trabalho nesses espaços de despulpamento e produção do vinho do açaí, informações a respeito desse grupo de agentes sociais. O responsável pela bateadeira geralmente trabalha com três ou quatro pessoas que dão suporte, auxiliando nas tarefas como a compra das rasas de açaí na feira (feita geralmente a partir das 16 horas), higienização e

³⁸ Informações obtidas através da observação da realidade local e da Secretaria de meio ambiente de Igarapé-Miri. (setembro, 2019).

amolecimento (feitos geralmente a noite), despulpamento na bateadeira, atendimento e venda do vinho, etapas realizadas ao longo do dia, geralmente de 9 às 22 horas.³⁹

O trabalho do batedor autônomo se dá de segunda a domingo e começa geralmente a partir das quatro horas da tarde nos portos de desembarque do açaí da cidade, onde compram o açaí que vem das localidades de extração da zona rural. Muitos batedores preferem fazer uma espécie de acordo informal com um produtor para garantir uma exclusividade na compra do açaí e maior qualidade no processo de despulpamento e produção do vinho.

De acordo com o relato de um tradicional batedor da cidade de Igarapé-Miri, o Sr. Ieié, a preferência por esse tipo de acordo se dá porque é mais fácil de exigir uma melhor qualidade do açaí in natura, uma vez que isso determina também na qualidade do vinho, proporcionando maior venda para o consumidor final e maior visibilidade de sua bateadeira no mercado de vinho na cidade. Se o batedor comprar o açaí de vários produtores, a garantia de qualidade do produto será incerta, pois muitos não tem o mesmo cuidado com a pureza na hora da debulha, deixando as impurezas que comprometem na qualidade do vinho.

Segundo relatos do Sr. D. Fonseca, assistente de batedor, após a compra do açaí, o mesmo entra em outro processo já na residência do batedor, o da higienização e amolecimento. Após isso, o açaí in natura é colocado, juntamente com água, em máquinas bateadeiras para ser despulpado e, a partir daí, transformado em vinho, atividade que geralmente começa nove horas da manhã e vai até nove, dez da noite. O produto derivado é vendido por litro que varia de preço de acordo com a densidade ou, como popularmente se fala, de acordo com a “grossura”. Na época de safra os preços variam entre três (popular), cinco (médio) e dez reais (grosso) o litro. Já na época da entressafra, período de queda na produção do açaí in natura, o preço aumenta, variando entre cinco (popular), dez (médio), quinze e vinte reais (grosso). Mas a média de preço por litro vendido, tanto na safra como na entressafra, é de cinco reais.

Os batedores mais tradicionais da cidade despulpam em média de 20 a 30 basquetas de açaí por dia, produzindo, em média 500 litros de vinho. Se for considerado que o açaí mais vendido é o popular, no valor de cinco reais, e multiplicarmos por 500, chegaremos a uma renda bruta diária de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais). Se multiplicar esse valor pelos 20 dias trabalhados em média, chega-se a uma renda bruta mensal de 50.000,00 mil reais de vinho de açaí vendido. Se o batedor comprar diariamente 30 basquetas de açaí no valor de 45 reais (média para o período de safra), então sua despesa diária com a compra será

³⁹ Informações obtidas através de relatos do assistente de batedor Danilo Fonseca, 23 anos. Trabalho de campo (setembro, 2019).

de R\$ 1.350,00 (Mil trezentos e cinquenta reais), que multiplicado por 20 dias trabalhados dará um valor de despesa mensal com a compra do açaí in natura de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais por mês).

Desta forma, tirando a diferença entre o valor do vinho vendido no mês (R\$ 50.000,00) e o valor das despesas do batedor com a compra do açaí in natura junto aos produtores (27.000,00), chega-se a uma renda mensal bruta do batedor de R\$ 23.000,00 (Vinte e três mil reais), que pode variar de acordo com alguns fatores, como a sazonalidade do regime de produção do açaí, número de trabalhadores empregados na bateadeira, gastos com transporte, etc⁴⁰. É importante deixar claro aqui que os batedores entrevistados vendem o vinho tanto para o consumo tradicional, ou seja, na hora do almoço e jantar misturado com farinha de mandioca, quanto para a produção de mingau (em que o açaí é misturado com arroz ou tapioca) alimento também muito consumido na cidade durante as manhãs, fato que justifica o elevado volume de vinho produzido diariamente.

Cada batedor paga em torno de 1.200,00 ao mês (mil e duzentos reais) para cada funcionário que o auxilia nos processos de compra, higienização, amolecimento, despulpamento e venda do vinho. Considerando que o batedor contrata em média três funcionários para lhe auxiliar, o mesmo terá um gasto mensal de 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) com mão de obra. Vale lembrar que essa renda varia, podendo aumentar de acordo com a quantidade de rasas compradas pelo batedor para despulpamento e a sazonalidade da produção na zona rural. Em meses de pico da safra, geralmente isso ocorre.⁴¹

Os cinco batedores entrevistados na pesquisa residem na cidade de Igarapé-Miri, possuem família com três filhos em média e dispõem de residência com boa estrutura em alvenaria, equipada com eletrodomésticos e TV a cabo. Dois deles disseram que conseguiram comprar casa na capital do Estado, Belém, com o dinheiro proveniente da venda do açaí. Além disso, quatro deles possuem veículos automotivos que auxiliam na compra e transporte das rasas de açaí diariamente.

No que se refere as condições de educação, nenhum dos batedores entrevistados tem curso superior, no entanto, quatro deles disseram que possuem filhos estudando em universidades do baixo Tocantins e de Belém, graças aos rendimentos obtidos com a venda diária do vinho do açaí que muito ajuda nas despesas, como bem relatou o batedor de açaí, Sr. Raimundo (2019):

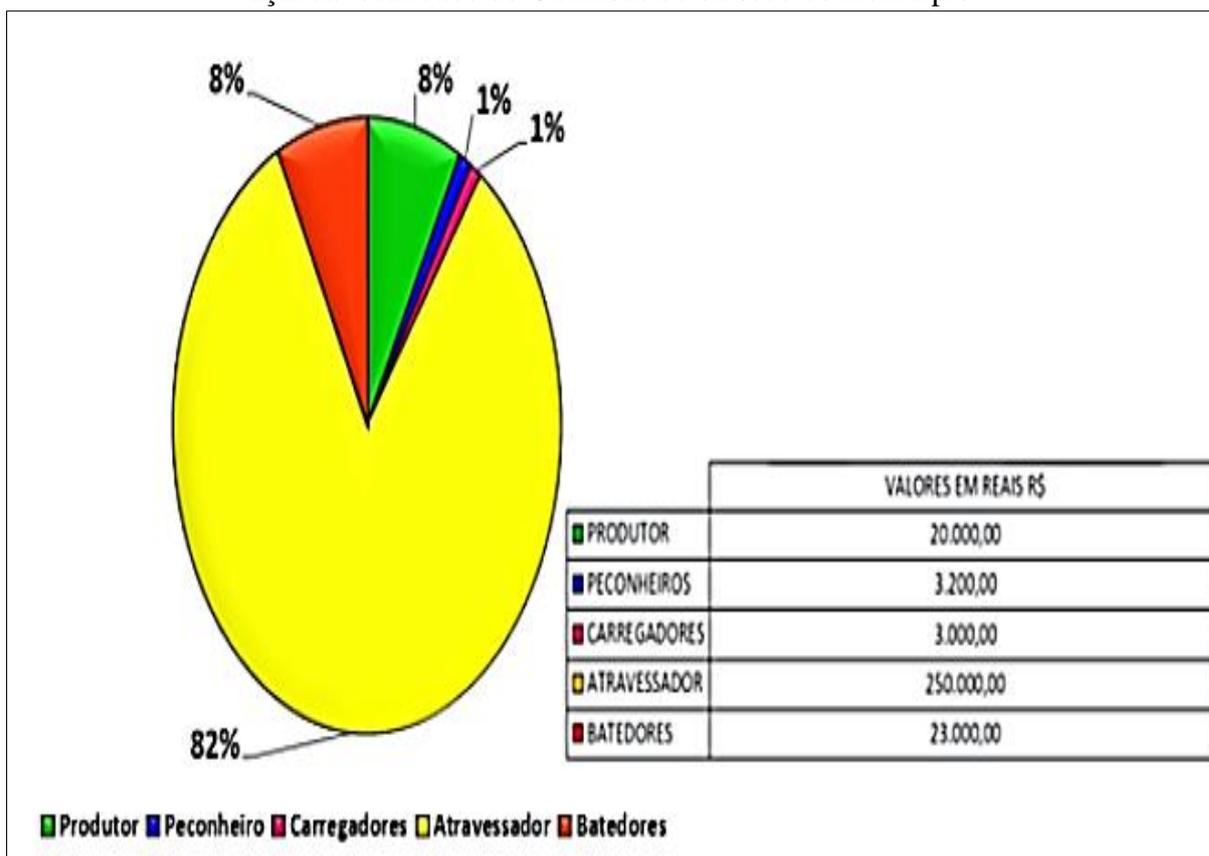
⁴⁰ Informações obtidas por meio de relatos do assistente de batedor Danilo Fonseca, 23 anos. (Trabalho de campo. Setembro, 2019).

⁴¹ Informações obtidas por meio de relatos do assistente de batedor Danilo Fonseca, 23 anos. (Trabalho de campo. Setembro, 2019).

Meu trabalho é pesado. Levanto cedo para acertar as coisas na bateadeira e realizar o trabalho de despulpamento e venda do vinho todos os dias, de domingo a domingo. Mas o bom é que no final do dia o sacrifício compensa. Consegui criar meus filhos e dar uma boa educação com o dinheiro dessa venda. Hoje, meus dois filhos fazem curso de graduação em Abaetetuba. É uma grana que ajuda muito, não só na educação deles, mas em outras despesas também.

Em relação à questão de assistência em saúde, os bateadores afirmaram que dependem e utilizam bastante os serviços oferecidos pelo SUS, em postos de saúde e hospital da cidade. No entanto, três deles afirmaram que utilizam planos de saúde, pagos com recursos provenientes da venda diária do vinho do açaí. Portanto, percebe-se que a renda obtida por meio da referida atividade é fundamental para a manutenção e melhoria das condições básicas de vida desse grupo de atores sociais envolvidos na base da cadeia produtiva, uma vez que conseguem garantir seu sustento, melhorar a moradia, serviços em educação e saúde. No gráfico 01, procura-se expor de forma sintetizada o percentual de rendimentos de cada agente social, baseado nos valores reais de renda mensal dos entrevistados conforme mostra o quadro ao lado do gráfico, afim de demonstrar os resultados obtidos.

Gráfico 01 – Rendimento mensal aproximado dos atores sociais da cadeia produtiva do açaí da localidade do Catimbaua e da sede do município



Fonte: elaboração do autor com base em pesquisa de campo, novembro, 2019.

O trabalho de campo, as entrevistas e a observação da realidade local foram de extrema importância para a obtenção de conhecimento empírico sobre a cadeia produtiva do açaí e, ao mesmo tempo, ofereceram base para o conhecimento a respeito dos benefícios que ela proporciona aos diversos agentes sociais que nela estão envolvidos. Com a pesquisa feita para essa parte do trabalho, chegou-se à conclusão de que os maiores beneficiados na cadeia produtiva, dentro das dimensões empíricas analisadas, são os atravessadores, seguidos dos batedores e produtores, uma vez que os mesmos possuem os maiores rendimentos que garantem um padrão de vida bem melhor se comparado ao padrão de outros agentes sociais inseridos, como peconheiros e carregadores. Mas é unânime entre esses agentes que a expansão da produção e comercialização do açaí pode gerar muito mais benefícios sociais.

4.2 AS IMPLICAÇÕES ESPACIAIS DA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ NA CIDADE DE IGARAPÉ-MIRI

Alguns autores que estudam a realidade urbana na região do baixo Tocantins chamam atenção para transformações ocorridas na configuração espacial dessas cidades, associando o fato a processos vinculados a expansão do modo de produção capitalista sobre a região. Trindade Jr. (2012) deixa claro que, a partir do final do século XX, ocorreram muitas transformações nas paisagens das cidades ribeirinhas do baixo Tocantins, motivadas por processos socioeconômicos que implicaram na reestruturação espacial e a incorporação da Amazônia à economia mundo.

Para complementar e dar base a sua ideia o autor supracitado menciona Harvey (1980) e suas categorias de análise do espaço relacional e relativo para embasar sua afirmativa e mostrar que as paisagens das pequenas cidades ribeirinhas ganharam novas formas, resultantes da existência de processos sociais ou relações sociais que se deram e se dão dentro desses espaços, expressando o seu caráter relacional. Por outro lado, mudanças nas paisagens também ocorreram devido ao processo de conexão ou interação/relação das pequenas cidades com outros espaços em escalas diferenciadas a partir da década de 1960, expressando o caráter relativo do espaço.

A cadeia produtiva do açaí, além de provocar implicações na qualidade de vida daqueles que estão envolvidos nos processos inerentes a ela, também contribuiu e vem contribuindo para uma reestruturação espacial com modificações nas paisagens em vários pontos da cidade. A expansão da produção e comercialização do açaí se constitui em fator que implica, por meio do conjunto de relações sociais que garantem o desenvolvimento da cadeia produtiva, em processos reestruturadores do espaço e que vem repercutindo diretamente sobre

alguns pontos específicos da cidade, conformando novas paisagens que se caracterizam a partir da construção de novas formas espaciais que se relacionam e estão intimamente ligadas aos processos vinculados à cadeia produtiva do açaí.

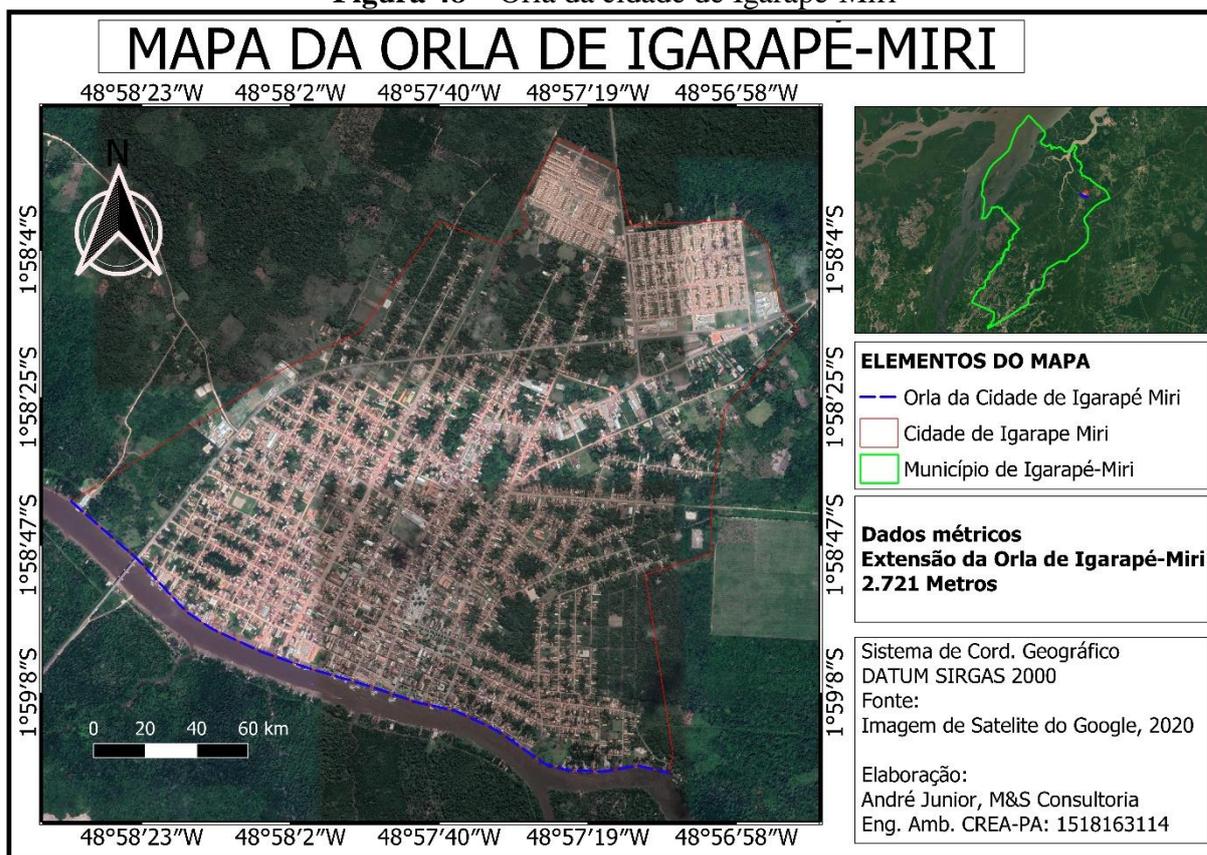
Para demonstrar isso realizou-se um estudo dentro de uma dimensão empírica, representada pelo espaço da cidade, dividida em três recortes espaciais selecionados para a execução da pesquisa e coleta das informações necessárias para a demonstração dos resultados: a orla da cidade; o centro comercial; e a área de expansão da malha urbana, que compreende as zonas periféricas a partir da PA 151. Esses espaços foram escolhidos para o estudo devido ao fato de apresentarem as maiores mudanças observadas desde o final do século XX (a partir da década de 1990) ao início do século XXI (até o ano de 2019), em decorrência das influências do novo significado ou situação econômica assumida por Igarapé-Miri no Baixo Tocantins como maior produtor e exportador mundial de açaí.

4.2.1 As implicações espaciais na orla da cidade de Igarapé-Miri

A cidade de Igarapé-Miri está localizada às margens do rio que dá nome a cidade. São aproximadamente três quilômetros de orla fluvial (2.721 metros), espaço que, segundo Trindade Jr. (2012), é identificado na linguagem regional de “beira” ou “frente da cidade”, estando em contato imediato com o rio. Historicamente serve de entreposto para o embarque e desembarque de pessoas e mercadorias que circulavam e circulam em sentidos que variam entre o rural e o urbano. Essa circulação, que, segundo Harvey (1980) expressa uma inter-relação entre espaços e pessoas, contribuiu, ao longo do tempo, para o processo de crescimento urbano e desenvolvimento socioeconômico na cidade, bem como para a construção de formas espaciais que deram suporte e base para a reprodução de relações sociais e econômicas que aconteceram e continuaram acontecendo nesse espaço da cidade.

Essas formas espaciais conformaram paisagens que expressaram o desenrolar de processos econômicos que caracterizaram cada significado ou função econômica assumida por Igarapé-Miri ao longo do tempo. A partir da década de 1990, com a expansão da produção e comercialização do açaí no município, novos processos se desencadearam, e, contribuíram para a construção de objetos espaciais ao longo da orla, conformando paisagens que se vinculam e se associam a cadeia produtiva do açaí. Para esclarecer melhor a ideia de orla, a figura 48 mostra o referido espaço na cidade em sua extensão, delimitada, a oeste, pela ponte que liga a cidade a outras localidades ao longo da PA 151, e a leste, pelo bairro do Jatuíra.

Figura 48 – Orla da cidade de Igarapé-Miri



Fonte: projeto cartográfico Ederson Lobo, execução André Junior (2020).

Com o aumento da produção do açaí in natura nas localidades do município, apoiada pela crescente demanda de mercados em diferentes escalas, houve a necessidade de ampliar as possibilidades de circulação do produto de forma que o mesmo pudesse sair das localidades e chegar com mais rapidez aos pontos de comercialização na cidade por meio de vias terrestres. Segundo o dono da Dapancol Sr. Dário, as pressões de produtores de açaí residentes de vilas ao longo da PA 151 e da população em geral, no sentido de construção de uma ponte sobre o rio Igarapé-Miri, tiveram efeito positivo e levaram o governo Estadual a realizar a obra, bastante importante não só para o escoamento da produção, como também para a circulação de pessoas no eixo de ligação entre o Baixo, médio e alto Tocantins.

A ponte provocou maior dinamismo no fluxo de mercadorias e pessoas da região, pois até então se esperava horas para fazer a travessia de balsa. Além disso, a ponte proporcionou a diminuição do tempo de transporte dos produtos cultivados e extraídos nas localidades da zona rural do município de Igarapé-Miri até a zona urbana, garantindo maior lucratividade para os comerciantes que atuam na cadeia produtiva do açaí, pois, diante da possibilidade de

circulação de produtos mais rápida, passaram a ter incentivo ao aumento da produção e, em consequência, da comercialização do produto.⁴²

A construção de uma nova forma espacial representada pela ponte, além de contribuir para a inter-relação entre espaços e a circulação de mercadorias e pessoas, também modificou consideravelmente a paisagem da orla da cidade, representando um imponente objeto de concreto em meio aos dois elementos peculiares e marcantes do baixo Tocantins, o rio e a floresta. A figura 49 reproduz o que se diz, mostrando um elemento da modernidade em meio aos elementos peculiares e formadores da paisagem do espaço de Igarapé-Miri.

Figura 49 – Ponte de concreto sobre o rio Igarapé-Miri



Fonte: Arquivo pessoal. (Ederson Lobo. 18/10/2019).

Outra implicação da cadeia produtiva do açaí bastante marcante da paisagem da orla da cidade de Igarapé-Miri, diz respeito aos portos construídos para o desembarque do produto proveniente das localidades da zona rural. Segundo a secretaria de Administração, a cidade conta com cinco portos de desembarque de açaí. Em pesquisa de campo foram identificadas e fotografadas as três maiores construções ou estruturas que servem como suporte no processo de circulação e comercialização do açaí na cidade. Essas estruturas são rampas de concreto,

⁴² Informações obtidas através dos relatos do Sr. Dário Pantoja, Proprietário de porto para desembarque do açaí em Ig. Miri. (21/10/2019).

madeira e balsa em forma de escadaria que facilitam o desembarque das rasas com açaí para as feiras em terra firme. Nas figuras 50 e 51, uma rampa de concreto e uma balsa-escadaria que servem como importantes portos responsáveis por grande parte do açaí que é desembarcado para a comercialização na cidade.

Figura 50 – Rampa porto do açaí na orla



Fonte: acervo pessoal (Ederson Lobo 18/10/2019).

Figura 51 – Balsa-porto do açaí na orla



Fonte: acervo pessoal (Ederson Lobo 18/10/2019).

A renda proveniente da produção do açaí nas localidades do município proporcionou, como dito antes, a melhoria da qualidade de vida de muitos produtores residentes na zona rural. Muitos utilizaram parte de sua renda para adquirir terrenos ou propriedades na zona urbana e acabaram por mudar com sua família para a cidade, deixando pessoas de confiança para administrar suas propriedades e produção na zona rural. Grande parte dessas famílias compraram terrenos ao longo da orla, na coronel Vitório e na rua 7 de setembro, onde construíram grandes prédios e passaram a investir a renda do açaí na abertura de estabelecimentos comerciais. É o caso do senhor Raimundo Fonseca que nos relatou o seguinte:

Nasci e cresci no interior de Igarapé-Miri. Meus pais possuíam uma propriedade não muito grande, mas que tinha uma importante fonte de renda que era o açazal. De lá a gente tirava o sustento, vendendo o açaí para compradores na cidade. No início da década de 1990 meu pai comprou um terreno na cidade, localizado na beira do rio e resolveu se mudar com a família, para tentar a vida e garantir maior acesso à educação e saúde. Mas manteve a propriedade e o açazal no interior, sob gerência de um irmão. No novo terreno foi construído nossa casa e um pequeno estabelecimento comercial que atendia os moradores das proximidades e do interior. Com o tempo e o aumento da renda da produção do açaí no interior conseguimos

renovar a estrutura da casa e do comércio que foram aumentados. (entrevista 18/10/2019).

Na imagem da figura 52 um recorte da paisagem do espaço da orla e, em meio aos barcos, algumas construções, como os prédios erguidos por famílias que, em sua maioria, são originárias das localidades da zona rural do município, como Meruú, Cají, Mamangal e que vieram em busca de melhores condições de vida na cidade.

Figura 52 – Recorte da paisagem da orla e os prédios construídos por famílias oriundas da zona rural



Fonte: arquivo pessoal (Ederson Lobo, 18/10/2019).

Outro importante elemento da paisagem dessa parte da cidade, a orla, relacionada a cadeia produtiva do açaí, mas de forma mais simbólica, é a praça padre Henrique. Esse espaço de lazer se chamava praça Padre Alexandre, até o ano de 1999, quando foi reconstruída, passando a se chamar de praça Padre Henrique. Com a reforma essa praça ganhou novos contornos e estrutura em forma que se assemelha a um cacho de açaí, onde as passarelas foram feitas de forma a se assemelhar com a “vassoura” da palmeira de onde se extrai o fruto do açaí e os bancos representam os caroços, como mostra a imagem 53 abaixo.

Figura 53 – Margem aérea da praça Padre Henrique no formato de cacho de açaí



Fonte: arquivo pessoal (Ederson Lobo, 2019).

No atual momento, em que o modo de produção dominante dita as regras visando sempre a acumulação ou reprodução do capital, percebe-se várias formas de alienação que acabam por prender o ser humano em uma rotina subordinada, primeiramente aos interesses das empresas, patrões, etc., ao mesmo tempo o mantendo distante de sua “humanização”, mesmo com os níveis tecnológicos alcançados. Damiani (1999) afirma que o afeto, o desejo, o gozo existem, mas esmorecem diante das necessidades, programações e satisfações que buscam atender aos interesses do capitalista, implicando na perda do grau de subjetividade existente nas relações humanas.

Desta forma, a reconstrução da referida praça se constituiu em ação capaz de promover o encontro social, o lazer, as conversas de fim de tarde, as micro relações do cotidiano, reforçando os costumes e hábitos que caracterizam a subjetividade das relações humanas, e, como mostra a imagem, dentro de uma proposta de forma arquitetônica que se relaciona simbolicamente a cadeia produtiva do açaí, já que a mesma possui formato de um cacho do fruto tão importante para os mirienses.

4.2.2 As implicações espaciais no centro comercial de Igarapé-Miri

O aumento na produtividade e venda do açaí no município de Igarapé-Miri repercutiu também diretamente no espaço ou centro comercial da cidade, com destaque para as implicações ocorridas em duas ruas que exercem grande centralidade e papel importante no que se refere as atividades do setor terciário relacionadas ao comércio, a Coronel Vitório (principal rua da cidade) e a Sete de Setembro, rua paralela a orla. Em entrevistas com alguns moradores mais antigos das duas ruas, a experiência e conhecimento obtido pelo fato do autor dessa dissertação ter vivido e morado em uma das ruas mencionadas (a Sete de setembro) desde seu nascimento até 13 anos de idade, bem como o trabalho de levantamento fotográfico, foram importantes para a coleta de informações e a identificação de transformações que ocorreram nas três últimas décadas nas referidas ruas.

A Travessa Coronel Vitório é a principal rua do centro comercial. A maioria dos prédios que a constitui possuem função comercial e também residencial. Em entrevista a 13 moradores e proprietários de estabelecimentos comerciais dessa rua obteve-se a informação de que 9 são oriundos da zona rural e vieram para a cidade apoiados a recursos financeiros do extrativismo do açaí e que passaram a ser investidos na construção de pontos comerciais para a venda de produtos variados e o sustento da família na nova morada. O Sr. P. Correa é um desses moradores e relatou o seguinte:

Nossa família possuía uma propriedade nas proximidades da vila de Maiauatá. Tinha mais ou menos uns cem metros de frente por mil e quinhentos de fundo e dentro dela um açazal. Trabalhávamos bastante na época de safra, que ia geralmente de agosto a dezembro, extraíndo o fruto do açaí que era vendido na vila. Isso era nossa principal fonte de renda. Com as economias da venda do açaí, meu pai comprou um terreno na cidade, na rua coronel Vitório, próximo à beira do rio, onde construímos uma pequena casa, para onde nos mudamos. Mas o açazal continuou sendo administrado por familiares na localidade onde a gente morava. Em 2001, após a venda da propriedade e açazal no interior, construímos o atual prédio onde moramos e abrimos um supermercado para a venda de vários produtos. Isso passou a ser a nossa principal fonte de renda. (entrevista concedida no dia 06/11/19).

A seguir, na figura 54, uma imagem da Travessa Coronel Vitório, principal rua do centro comercial da cidade, ocupada, em suas extremidades por grandes prédios, em sua maioria, lojas e supermercados, propriedades pertencentes, em grande parte, a pessoas ligadas a famílias oriundas de diversas localidades do município, e que possuíram ou ainda possuem vínculo com a produção do açaí.

Figura 54 – Travessa Coronel Vitório, centro comercial de Igarapé-Miri



Fonte: Arquivo pessoal (trabalho de campo, novembro de 2019).

Outra importante rua do centro comercial que passou por grandes mudanças desde o final dos anos 1990 é a Sete de setembro, entre a Travessa Coronel Vitório e a Avenida Sesquicentenário conhecida na cidade pelo nome de rua da moinha (devido ao fato de ali ter funcionado uma grande madeireira de onde se aproveitava os restos de madeira cerrada, para colocar na rua, servindo como material para tapar buracos). As mudanças foram decorrentes, em grande parte, da chegada de várias famílias de localidades do interior do município. Essas famílias, em sua maioria, possuíam açazais no interior e utilizaram recursos provenientes da venda do açaí para a compra de terrenos no local, onde construíram grandes prédios comerciais.

Uma das primeiras moradoras do lugar, a Sr.^a Inês Ferreira, esposa de Estevam Ferreira (in Memoriam) naturais da localidade do Mamangal, relatou em entrevista que até a década de 1990 rua não era pavimentada, as casas eram, em sua grande maioria, feitas de madeira, não existindo prédios de alvenaria com dois ou mais andares e grandes estabelecimentos comerciais. O sustento da família, formada pelos pais e nove filhos, era garantido através de uma bateadeira doméstica de açaí, que produzia o vinho que era vendido diariamente para os moradores da rua e proximidades. Na década de 1990, diante da

necessidade de melhores serviços em educação para os filhos, a família vendeu sua propriedade na rua sete de setembro e comprou um terreno em Belém no bairro do Guamá, onde passou a viver, também com o apoio financeiro proveniente do trabalho com a produção e venda do vinho do açaí.

Outro morador antigo da referida rua, o Sr. Gelffsson Lobo, professor e expoente da cultura do município, relatou que outras famílias prosperaram na sete de setembro através da venda do vinho do açaí, como no caso da família do Sr. M. Pinheiro, esposo da Sra. A. Pinheiro (in memoriam), também proprietária de batedeira de açaí na rua. Diferente do que fez a família de Inês Ferreira, a família de M. Pinheiro permaneceu na cidade e na rua Sete de setembro, onde, com recursos obtidos com a venda do açaí, melhorou sua estrutura residencial e direcionou investimentos em outros ramos, como o madeireiro e de material de construção. Outras famílias que compraram terrenos na rua, como a do Sr. F. Gonçalves, também construíram, com recursos advindos da economia do açaí, grandes prédios residenciais e comerciais no local, modificando consideravelmente a paisagem local.

Na figura 55 a imagem atual da Rua Sete de setembro evidenciando os objetos que foram construídos recentemente e que tem ligação ou influência da cadeia produtiva do açaí, como o prédio que abriga o mercado municipal e a balsa-porto, que também serve como local de desembarque do açaí, o banco Bradesco e grandes prédios (como o que se destaca ao fundo da foto) pertencentes a famílias oriundas de localidades produtoras de açaí.

Figura 55 – Rua Sete de Setembro, centro comercial de Igarapé-Miri



Fonte: arquivo pessoal (novembro de 2019).

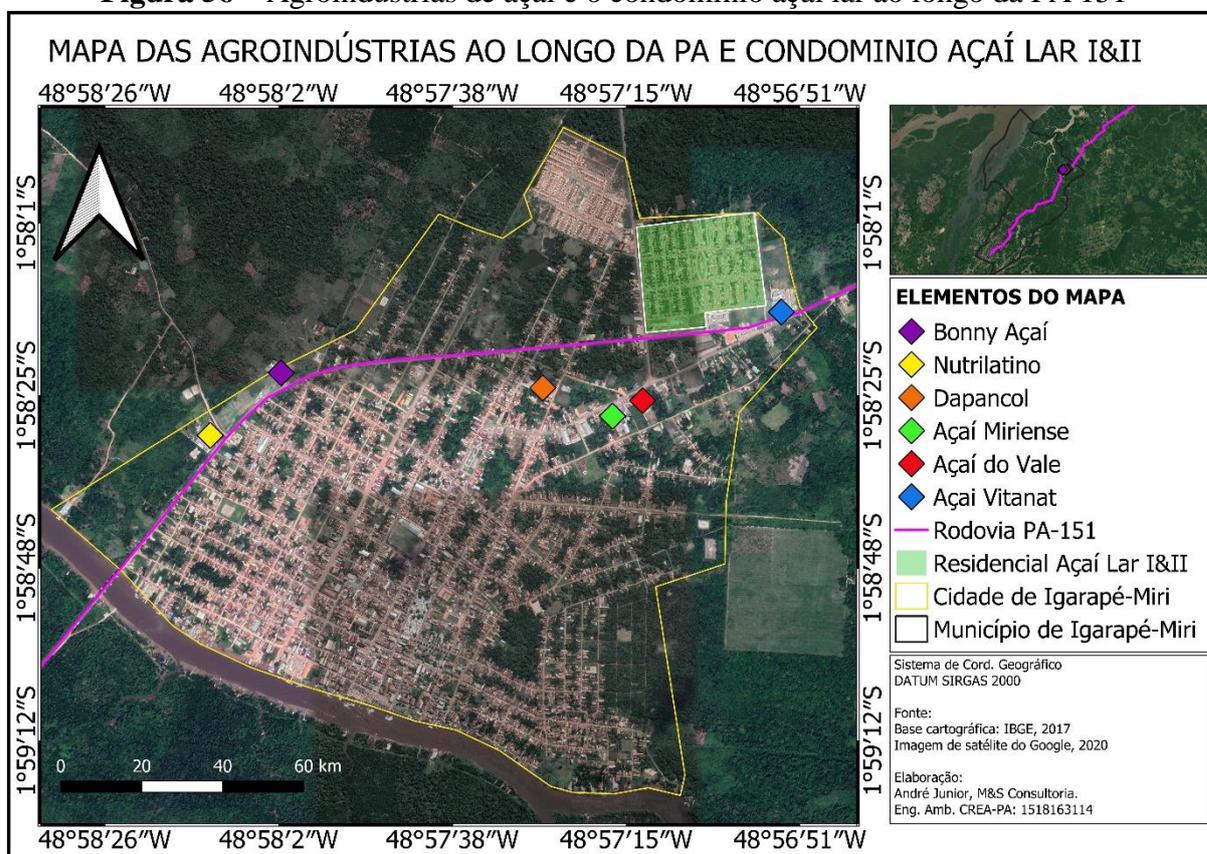
De acordo com relatos da moradora antiga da rua, Sra. Inês Quaresma, onde está localizado o mercado municipal, na atualidade, era espaço de funcionamento de uma grande madeireira, do Sr. Julinho. E, onde existe o prédio mais alto mostrado ao fundo da foto, era sua residência, onde, juntamente com seu esposo Estevam Quaresma, administrava uma tradicional bateadeira de açaí que foi a fonte de sustento da família durante muitos anos. Hoje, quem viveu na rua sete de setembro durante grande parte de sua vida como o autor dessa dissertação, ao circular nessa via pública nota e se admira o quanto esse espaço foi reestruturado.

4.2.3 As implicações espaciais nas áreas de expansão urbana de Igarapé-Miri

Outro espaço ou recorte empírico da cidade onde foram observadas implicações relacionadas a cadeia produtiva do açaí foi na área de expansão urbana, próximas a PA 151. Ao longo dessa rodovia, que é importante eixo de ligação entre os municípios do baixo e do médio Tocantins e que funciona como um cinturão que delimita e separa as áreas mais urbanizadas e equipadas das áreas periféricas e precárias da cidade, foram construídas edificações e objetos espaciais que estão diretamente vinculados ou relacionados ao novo

significado do município, a exemplo das plantas industriais de despulpamento do açaí e o condomínio residencial popular Açaí lar, conforme mostrados no mapa da figura 56 a seguir.

Figura 56 – Agroindústrias de açaí e o condomínio açaí lar ao longo da PA 151



Fonte: projeto cartográfico de Ederson Lobo, execução André Jr (2020).

Das seis plantas agroindústrias de despulpamento do açaí que funcionam na cidade, três foram construídas ao longo da PA 151, a Nutrilatino, a Bonny Açaí e a Vitanat, que por sinal, são as maiores em tamanho físico e estrutura. Segundo o Sr. Dario Junior, a justificativa dessas agroindústrias para a referida localização se dá por dois motivos básicos: a proximidade com as áreas produtoras, o que diminui consideravelmente o tempo da chegada do açaí até a agroindústria para ser despulpado e a facilidade para a circulação do produto beneficiado, já que ficam na beira da rodovia que dá acesso a outros mercados.

Outra importante implicação espacial relacionada ao desenvolvimento da cadeia produtiva do açaí que modificou significativamente a paisagem dessa parte da cidade, contribuindo também para a expansão territorial urbana, foi a construção do Conjunto Habitacional Açaí Lar (CHAL), como resultado da ação do governo federal através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em Igarapé-Miri, com o objetivo de reduzir o déficit populacional. Atualmente o programa é visto como a principal política pública para as

moradias no Brasil, o qual dentre suas principais metas prever criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais para a população de poder aquisitivo baixo. Sendo assim, o programa passa a ser símbolo de uma realidade relativamente nova, diretamente relacionada a transformações contemporâneas do espaço urbano. (RODRIGUES, 2018).

Segundo Lefebvre (1999) o Estado é o interventor por excelência no planejamento do espaço urbano, que por sua vez é modelado, antes de tudo, para o atendimento da burguesia mercantil, dos homens de Estado e dos industriais, relegando ao proletariado a expulsão do espaço, a segregação. Em Igarapé-Miri não foi diferente pois algumas agroindústrias de despulpamento de açaí compraram vários terrenos ao longo da PA 151 e muitas pessoas de baixa renda que viviam nesses terrenos foram obrigadas a sair pois não possuíam título de posse e estavam de forma irregular no local. Várias famílias foram remanejadas para o condomínio Açaí lar, projeto concluído no ano de 2011 e que serviu como “válvula de escape” do governo para amenizar o déficit de moradia decorrente da segregação espacial verificado no caso mencionado.⁴³

Através de entrevista realizada em novembro de 2019 com 30 moradores e moradoras do condomínio sobre a origem e os motivos da escolha por morar no local, constatou-se que a maioria (28 moradores) é de origem do próprio município, sendo a maior parte da cidade e a menor parte da zona rural e apenas dois moradores afirmaram que vieram de outro município, um de Abaeté e outro do Moju. Uma parcela significativa desses entrevistados (10 moradores) afirmou que tiveram que sair de propriedades que foram compradas por grandes empresas de despulpamento localizadas ao longo da PA 151, como a Bony Açaí e a Nutrilatino, outra parcela (11 moradores) afirmou que vivia de aluguel e outra parcela (9 moradores) afirmou que vivia em casa de parentes. A tabela 18 ajuda a entender a respeito da situação descrita sobre os moradores do condomínio, mostrando números referentes a origem e os motivos que os levaram a viver no local.

Tabela 18 – Origem e motivos da ida de moradores para o condomínio Açaí lar

Número de moradores	Origem (município)	Motivos da ida para o condomínio.
		-11 afirmaram que viviam de aluguel. -10 afirmaram que tiveram

⁴³ Informações obtidas através de relatos do funcionário E.R do departamento de tributos do município de Igarapé-Miri. (10/11/2019).

30 moradores.	-Igarapé-Miri (28 moradores). -Abaetetuba (1 morador). -Moju (1 morador).	que sair de terrenos que foram apropriados pelas agroindústrias de beneficiamento de açaí ao longo da PA 151. -9 afirmaram que não tinham casa própria e viviam em casa de parente.
---------------	---	--

Fonte: Elaboração com base em entrevista com moradores do condomínio Açaí lar. (novembro/2019).

Analisando as informações da tabela percebe-se a influência da cadeia produtiva do açaí para a modificação da paisagem na área de expansão urbana da cidade, bem como sua contribuição em processos de segregação espacial da população de baixa renda, na medida em que algumas famílias passaram a perder suas posses nas áreas de expansão urbana (ao longo da PA 151) com a chegada das grandes empresas de despulpamento do açaí, como a Bonny açaí e a Nutrilatino, sendo remanejadas para o condomínio açaí lar em decorrência de um processo de despossessão ligado as várias implicações espaciais que o novo significado econômico do município vem provocando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do trabalho de pesquisa que resultou na presente dissertação de mestrado se constituiu em ação capaz de proporcionar vários conhecimentos sobre a formação socioespacial do município de Igarapé-Miri ao longo do tempo. A periodização e exposição dos elementos que influenciaram na formação econômica se constituíram em instrumento metodológico essencial capaz de mostrar de que forma esse município se inseriu e está inserido na dinâmica socioespacial da região do baixo Tocantins, expressando diferentes significados econômicos no passado e no presente, quando se destaca como maior produtor e exportador de açaí.

O significado ou situação atual do município se confirma e se evidencia quando, conforme mostrado ao longo do trabalho, o mesmo exerce centralidade no contexto sub-regional, estabelecendo relações horizontais, com o seu entorno imediato, e verticais, quando assume um papel subordinado a lógica do mercado hegemônico do capitalismo globalizado, como fornecedor de matéria prima. Além disso, o atual significado vem gerando implicações socioespaciais, repercutindo de forma positiva nas condições de vida de vários agentes sociais que estão inseridos no processo produtivo do açaí, desde sua retirada da palmeira passando pelo seu beneficiamento até sua venda para outras cidades, regiões e países, bem como, vem contribuindo para mudanças significativas na configuração espacial da cidade de Igarapé-Miri.

No entanto, vale ressaltar que para se chegar até essa etapa final da dissertação surgiram alguns percalços ou dificuldades que interferiram, mas que, com certeza, não comprometeram para a produção e conclusão da mesma. Nas primeira e segunda partes do trabalho, onde se estabeleceu a discussão a respeito do espaço geográfico e da formação socioespacial do baixo Tocantins, com ênfase em Igarapé-Miri, respectivamente, não se teve muitos problemas para a aquisição de suporte teórico, haja vista que o apoio do orientador, bem como de outros professores e amigos, foi fundamental para a obtenção de material capaz de proporcionar a produção dessas etapas.

Já na terceira etapa, onde desenvolveu-se a pesquisa sobre o circuito espacial do açaí afim de demonstrar a centralidade da cidade e na quarta etapa, onde desenvolveu-se pesquisa de campo para obtenção de dados a respeito das implicações socioespaciais da cadeia produtiva do açaí no município, surgiram algumas dificuldades referentes, por exemplo, a disponibilidade de tempo das fontes e de pessoas que levassem o pesquisador até os locais de produção do açaí, bem como para a aquisição de informações e material fotográfico a respeito

das agroindústrias localizadas na cidade, pois foi difícil conseguir licença para a entrada e realização de entrevistas nessas unidades produtivas.

Apesar das dificuldades apontadas os objetivos propostos no projeto foram atingidos satisfatoriamente. Quando, em um primeiro momento, se propôs discorrer sobre o espaço geográfico e formação socioespacial, chegou-se ao entendimento de que o espaço é resultado direto das ações humanas com os elementos que os constituem, e cada configuração ao longo do tempo é reflexo de processos locais e também relacionados ao modo de produção vigente, se constituindo em condição para a reprodução desse modo de produção. Assim, entende-se que o espaço é um produto da sociedade, mas que, ao mesmo tempo, intervém na reprodução desta sociedade, organizando o trabalho produtivo, as redes de distribuição, os fluxos de circulação, os lócus de consumo e de produção, etc. Portanto, este produto é também, dialeticamente, produtor.

Pode-se dizer que a busca e obtenção de recursos teóricos e a escolha de referências que abordaram a respeito da categoria base desse estudo, ou seja, o espaço geográfico, correspondeu às necessidades de entendimento sobre o que se propôs estudar nesse primeiro momento, ou seja, a reestruturação do espaço e a formação socioespacial como base de apoio teórico da pesquisa. Assim, o conhecimento adquirido a respeito do espaço geográfico como um fator social, caracterizado e constituído de sistemas de objetos e sistema de ações que garantem sua mutabilidade, estruturação e reestruturação no tempo, bem como a ideia da produção capitalista do espaço como elemento determinante na formação socioespacial, foram fatores decisivos para a produção dessa parte do trabalho.

A coleta de dados e informações históricas em documentos, livros de autores que escreveram sobre Igarapé-Miri e trabalhos acadêmicos sobre a formação territorial do Baixo Tocantins e de Igarapé-Miri, bem como a utilização da periodização como recurso metodológico garantiram, em um segundo momento, os meios para a identificação e entendimento da base econômica do município desde sua origem no século XVIII até os dias atuais, quando o mesmo se destaca no contexto econômico local e está inserido no contexto regional e global como grande produtor e exportador de açaí.

As diferentes funções ou significados econômicos que o município assumiu no passado e no presente foram essenciais para o desenvolvimento do mesmo em cada período destacado. Além disso, os processos sociais inerentes a cada período, contribuíram para deixar marcas na paisagem, heranças socioespaciais que, até hoje, compõem e fazem parte da nova configuração espacial juntamente com as formas e objetos criados a partir do novo significado econômico do município, como grande produtor e exportador de açaí.

O trapiche municipal, por exemplo, foi uma forma criada para atender necessidades de circulação, embarque e desembarque de produtos oriundos da zona rural, como a cachaça, produto que foi o “carro chefe” da economia do município durante grande parte do século XX. Hoje, no contexto e período da expansão da produção e comercialização do açaí, essa forma ainda se faz presente na orla da cidade como elemento marcante da paisagem, desempenhando as funções de um porto, porém, que atende a embarque e desembarque de pessoas e produtos vinculados mais ao novo contexto econômico do que ao anterior.

Algumas atividades econômicas que se destacaram nos períodos mencionados continuaram a se fazer presentes no período atual, mas com menor intensidade, excluindo o entendimento dos períodos como expressão de ciclos fechados. A atividade madeireira, por exemplo, que teve seu auge nos primeiros tempos de ocupação e formação do município, continua sendo desenvolvida com menor intensidade ao longo das margens dos rios, a exemplo da serraria que funciona na frente da cidade (mostrada na figura 14). É comum também, na zona rural do município a realização do cultivo da cana de açúcar que abastece as poucas fábricas de aguardente que ainda funcionam em algumas localidades da zona rural e da cidade.

A análise do circuito espacial do açaí, em um terceiro momento, foi de suma importância para evidenciar o grau de articulação e influência da cidade de Igarapé-Miri com seu entorno e espaços de escalas mais amplas via economia do açaí, proporcionando a comprovação e o entendimento do atual significado ou função desempenhada por Igarapé-Miri na divisão territorial do trabalho do Baixo Tocantins como maior produtor e exportador de açaí.

A cidade estabelece centralidade com seu entorno representado pelas áreas da zona rural do município (a exemplo da localidade estudada do Catimbau), servindo de entreposto comercial do açaí e base de apoio que atende as necessidades básicas em serviços como educação e saúde. Por outro lado, a cidade também estabelece articulação com escalas espaciais mais amplas, como Castanhal no Estado do Pará, São Paulo, Rio de Janeiro e também com outros países, a exemplo de Estados Unidos e Japão, maiores mercados que absorvem a produção de açaí do município.

Os dados obtidos na pesquisa de campo, a exemplo das informações fornecidas pelas famílias de produtores, peconheiros e outros atores sociais, como os atravessadores e funcionários de agroindústrias que vivem da produção e venda do açaí, bem como as que foram coletadas em trabalhos acadêmicos que exploram o assunto e fontes oficiais do governo como o do IBGE (que fornece números que evidenciam o município como maior produtor de

açai do Brasil), que foram mostrados ao longo do trabalho, garantiram o conhecimento e a exposição de resultados capazes de confirmar a principal hipótese do projeto de pesquisa: a de que o município de Igarapé-Miri estabelece função importante no baixo Tocantins e está inserido no contexto regional, nacional e global com o papel de grande produtor e exportador de açaí, sendo sua sede conhecida, através da mídia, como “A capital mundial do açaí”.

Esse título imposto foi comprovado e justificado através dos dados e informações mostradas no trabalho, como por exemplo o fato de Igarapé-Miri apresentar a maior produção de açaí in natura em toneladas entre os maiores produtores do Brasil (cerca de 305 mil toneladas até o ano de 2017, segundo o IBGE) e o fato de ter grande área ocupada por açazais nativos na várzea (cerca de 30.000 hectares, segundo o portal G1). Essas informações, juntamente com outras demonstradas ao longo do trabalho, se constituíram em elemento de suma importância para o entendimento a respeito da grande influência e articulação exercida pelo município na região do baixo Tocantins, bem como, para justificar o referido título imposto a sua sede.

Atingido o objetivo geral, que era desvendar o papel ou significado de Igarapé-Miri na divisão territorial do trabalho do Baixo Tocantins como maior produtor e exportador de açaí, obteve-se o suporte necessário que contribuiu para se atingir os objetivos específicos propostos no projeto. Assim, no quarto momento ou capítulo da dissertação, em que se tratou das implicações socioespaciais decorrentes do novo significado de Igarapé-Miri no baixo Tocantins, chegou-se ao entendimento a respeito da grande influência econômica que a cadeia produtiva do açaí proporciona na melhoria das condições de vida de diferentes atores sociais que estão envolvidos no processo de produção, extração, circulação, beneficiamento e comercialização do açaí, tanto na zona rural como na cidade.

Para se ter uma ideia dos benefícios econômicos gerados a partir da cadeia produtiva do açaí, cada produtor entrevistado na localidade do Catimbaua (em que predominam as pequenas propriedades, com 100 a 200 metros de frente por mil metros de fundo em média) atinge rendimento mensal bruto em torno de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais por mês) com a venda da produção de seus açazais. Já a entrevista realizada com os peconheiros mostrou que cada um atinge renda mensal bruta em torno de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais). Essa renda é relativa tanto para produtores como para peconheiros, variando de acordo com alguns fatores já mencionados. Mas fica claro a importância econômica do açaí na vida dessas pessoas.

Além disso, evidenciou-se também que o desenvolvimento da cadeia produtiva do açaí também gerou implicações na configuração das paisagens na cidade, expressando uma

reestruturação espacial. Vários espaços importantes sofreram mudanças significativas com a construção de formas e objetos espaciais que estabelecem funções relacionadas a cadeia produtiva do açaí, como por exemplo no caso das ruas do centro comercial, como a sete de setembro e a coronel Vitório, onde foram construídos vários prédios por famílias oriundas de zonas produtoras de açaí, ou como no caso da construção da praça padre Henrique, na orla da cidade, que possui formato de um cacho de açaí, conferindo aspecto peculiar a paisagem da cidade devido ao processo de “açaizamento”

Desta forma, os resultados obtidos e mostrados sobre as implicações socioespaciais da cadeia produtiva do açaí, ao longo do quarto capítulo, evidenciaram que os objetivos específicos foram atingidos com o trabalho de pesquisa, ou seja, mostraram que a expansão da produção e comercialização do açaí em Igarapé-Miri provocaram e vem provocando impactos positivos para a população local com a geração de renda, bem como repercutiram de forma transformadora, através de uma reestruturação espacial vinculada e motivada por esse novo significado econômico desempenhado.

É importante deixar claro que os dados e informações para a produção desse quarto capítulo foram obtidos principalmente por meio de trabalho de campo baseado em visita in loco nos espaços de produção, extração, beneficiamento, circulação e venda do açaí, bem como nos espaços que sofreram mudanças decorrentes da influência da cadeia produtiva na cidade, onde foram realizadas entrevistas aleatórias e levantamento fotográfico. As entrevistas foram direcionadas para um determinado número específico dentro do universo de agentes sociais, diante da dificuldade e impossibilidade de abrangência da pesquisa na totalidade, em face ao grande número de localidades produtoras e de agentes sociais envolvidos. Porém, procurou-se acionar e envolver o máximo de fontes que nos dessem a noção de como essa nova fase econômica, marcada pela expansão da produção e comercialização do açaí, repercute de forma positiva na vida dos que estão envolvidos na cadeia produtiva.

A pesquisa atendeu as expectativas quanto a busca e alcance do conhecimento a respeito do que se propôs conhecer dentro dos limites do objeto de estudo. Além disso, permitiu também abrir novos horizontes de investigação futura, despertando o interesse pelo conhecimento sobre algumas questões relevantes, como por exemplo, as relacionadas ao futuro da atividade extrativista do açaí nas áreas de várzea, uma vez que o cultivo e produção do produto em terra firme é uma realidade, podendo interferir no regime e volume de produção da várzea, comprometendo a qualidade de vida daqueles que vivem da renda gerada pela produção nesse espaço.

Outra questão que pode ser explorada futuramente se refere a um estudo em escala mais ampliada, visando a identificação da situação ou significado econômico que cada município do baixo Tocantins desempenha na divisão territorial do trabalho e as implicações decorrentes desse significado na estruturação socioespacial desses espaços. Nesse sentido, o conhecimento a respeito da atual base econômica de cada município irá proporcionar o entendimento sobre a importância econômica desempenhada pelo baixo Tocantins na economia regional e nacional, bem como sobre os processos responsáveis pela reestruturação socioespacial de cada unidade administrativa que compõe essa região paraense.

O entendimento do contexto amazônico atual, em que se observa múltiplas situações socioespaciais em seus subespaços, com a existência de diferentes situações ou formas de inserção dos municípios na divisão territorial do trabalho, passa, antes de tudo, por uma análise de cada divisão territorial como reflexo de inúmeros processos de natureza local e, principalmente, determinação hegemônica para acumulação em nível global, capaz de chegar aos lugares com incrível capacidade de organização e coordenação graças às possibilidades geradas pela união da ciência à técnica e o avanço das chamadas tecnologias da informação.

No baixo Tocantins não é diferente, quando nos vem à mente a existência de uma diversidade de contextos socioespaciais resultantes, tanto de processos históricos motivados e desencadeados por forças locais, como de processos motivados por forças relacionadas a nova fase do capitalismo globalizado. Diante dessa diversidade, torna-se de grande relevância a leitura deste trabalho, na medida em que traz à tona a abordagem a respeito da forma como o município de Igarapé-Miri se insere na dinâmica econômica da sub-região amazônica do baixo Tocantins e, ao mesmo tempo, está inserido na lógica de acumulação do capitalismo globalizado.

O trabalho mostra-se importante também na medida em que proporciona o conhecimento sobre a importância econômica que a cadeia produtiva do açaí tem para os mirienses. O conhecimento adquirido e pautado em uma investigação empírica ao longo de dois anos de pesquisa foi capaz de comprovar sobre os benefícios da produção, extração, beneficiamento e comercialização desse fruto vital para a maioria da população que está direta e indiretamente envolvida nos processos que constituem a cadeia produtiva, e que, através dela, garantem trabalho, renda e condições de vida mais dignas a diversos agentes sociais.

O título atribuído “A capital mundial do açaí” muito contribui para dar visibilidade econômica ao município nas escalas regional, nacional e até global. Os números e informações fornecidas pelas fontes citadas na pesquisa nos confirmam e validam tal título. No entanto, embora a cadeia produtiva do açaí provoque certo crescimento econômico e

mudanças na estrutura socioespacial do município, conforme os argumentos apresentados, entende-se que ela deveria ser melhor explorada pelos órgãos de gestão pública no sentido de pôr em prática uma política de arrecadação tributária sobre açaí produzido no território, uma vez que, segundo o departamento de tributos, nada é cobrado sobre a circulação do produto no município.

A lei municipal nº 5.111/2016, cria e fixa taxa de embarque, desembarque e transporte de açaí in natura nos portos e vias municipais, mas o que se constatou ao longo das visitas nos portos e rodovias é que não existe taxa ou cobrança sobre o açaí in natura que circula nesses locais. É notório que (diante do grande volume de produção e circulação do açaí em época de safra) se a referida lei fosse colocada em prática o poder público teria uma grande fonte de recursos capazes de gerar mais benefícios e desenvolvimento social local, em um contexto marcado pela grande ampliação do capital de atores sociais que estão mais ligados ao processo de venda e exportação do açaí (como os atravessadores e donos de agroindústrias) em detrimento das pessoas que vivem nos locais de extração, na cidade, e que estão mais envolvidas na base da cadeia produtiva como muitos produtores, peconheiros, carregadores e batedores.

As considerações feitas nessa análise que, diga-se de passagem, não são finais, dão um desfecho provisório a este trabalho. Sabe-se que a Amazônia possui diferentes realidades socioespaciais que foram e são flexíveis, mudam a cada instante, motivadas por ações de atores sociais locais e, principalmente, de atores que se inserem em um contexto ou escalas mais amplas e que agem em função de interesses exógenos que refletem a totalidade. A diversidade social, natural e as riquezas do solo e subsolo garantem a essa parte do mundo peculiaridade e grande importância geoestratégica e econômica. Cabe a sociedade local e ao poder público buscarem as melhores formas de intervir e gerir esse espaço, de forma que essa intervenção garanta impactos socioambientais não degradantes e condições dignas de vida para as populações locais.

A cadeia produtiva do açaí em Igarapé-Miri é parte importante dessa diversidade peculiar amazônica. As relações sociais que influenciam e garantem o movimento dessa “engrenagem” também são responsáveis pelas diversas implicações na qualidade de vida das pessoas que dela sobrevivem, bem como das mudanças espaciais identificadas na dimensão empírica estudada. Porém, fica clara a ideia de que a ampliação da produção gera ampliação de capital que, por sua vez, vem sendo distribuído de forma irregular entre os que estão inseridos e movimentam o processo de produção, extração, beneficiamento e comercialização do açaí.

Essa realidade pode e deve ser modificada através de iniciativas sociais no sentido de desenvolverem ações que promovam maiores benefícios, a exemplo de cooperativas, principalmente para os menos favorecidos e que estão diretamente envolvidos na base da produção, circulação e venda do produto, bem como por parte dos agentes do poder público, através da arrecadação tributária, para que realmente ocorra um desenvolvimento inclusivo e Igarapé-Miri justifique e comprove, de forma mais sólida e convincente, o título de “A capital mundial do açaí”.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Joselito Santos. **Desenvolvimento local em regiões periféricas do capitalismo: limites e perspectivas no caso do Estado do Amapá (1966 a 1906)**. 1 edição - Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

ANDERSON. D. Scott. **Engenhos na Várzea: Uma análise de declínio de um sistema de produção tradicional na Amazônia**. IN: *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*; organizado por Philippe Lena e Adélia Engracia de Oliveira. - Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1991.

ANDRIGUETO, JR. et al. **Produção integrada de frutas e sistema agropecuário de produção integrada do Brasil**. 2008.

ANUÁRIO DO PARÁ 2014 – 2015/ **Jornal Diário do Pará**. – v. 2, n. 2, 2014. – Belém: O Jornal Liberal, 2014.

ARAÚJO, Isaac Fonseca. **Território de ação local: uma etnografia da vida associativa na Amazônia tocantina**. Belém, UFPA: 2015.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BENKO. G. A recomposição dos espaços. **Revista internacional de desenvolvimento local**. Vol. 1, N 2, Mar 2001.

BENTES-GAMA, M. de M.; RIBEIRO, G. D.; FERNANDES, C. F.; MEDEIROS, I. M. **Açaí (Euterpe spp.): características, formação de mudas e plantio para a produção de frutos** (Série Embrapa. Circular Técnica, 80). Porto Velho, RO: Embrapa Rondônia, 2005 (Comunicado Técnico).

BNDES/FINAME/BNDESPAR. **Agroindústria. Exportações de Sucos e Polpas**. Informe Setorial nº 18, Dez. 2000.

CARDOSO, A. C. D; LIMA, J. J. F. Tipologias e Padrões de Ocupação na Amazônia Oriental. In: CARDOSO, A. C. D. (Org.). **O Urbano e Rural na Amazônia**. 1 ed. Belém: Editora da UFPA, 2006, v. 1, p. 55-93.

CASTELLS, Manuel. A Intervenção administrativa nos grandes centros urbanos. *Espaço & Debates*. São Paulo, NERU e Cortez, 6:64-75, 1982.

CASTILLO, R. A.; FREDERICO, S. **Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo**. *Sociedade & Natureza*, v. 22, n. 3, 2010.

_____. **A sociedade em rede**, (vol.I). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

_____. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CONAB. **Conjuntura Mensal Açaí (fruto) – Período: 01 a 30/04/2016**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_05_09_11_55_19_conjuntura_de__aca_i_abr_-16-1.pdf>. Acesso em: junho 2019.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.

_____. **A rede urbana**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

_____. **Globalização e Reestruturação da rede urbana**: uma nota sobre pequenas cidades. *Território*. Rio de Janeiro, n.6, p.43-53. jan/jun, 1999.

_____. **Do território recurso ao território abrigo**: modo de vida e o processo de valorização do açaí no município de Cametá-PA / Rosivanderson Baia Corrêa. Dissertação de mestrado. Belém, PA. 2010.

CRUZ, Ernesto. **Igarapé-Miry**: fazes da sua formação. Belém: IHGP/IGB, 1945.

DAMASCENO, E. M. S. de L. **Associativismo, desenvolvimento endógeno e formação das cadeias produtivas do açaí em Igarapé-Miri**: um estudo de caso. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2009. Dissertação de mestrado.

DAMIANNI, Amélia Luiza. **O lugar e a produção do cotidiano**. In: CARLOS, Ana Fani (organizadora). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. (coleção Caminhos da geografia).

DA SILVA, Bruno; AMORIM, Tanielle Santos. **A PRODUÇÃO, VENDA E RENDA DO AÇAÍ**: um estudo no município de Igarapé-Miri /PA. 2017.

IBGE. **Censo Agropecuário**. Pará, 1970a.

_____. **Censo Industrial**. Produção Física, 1970b.

_____. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal**, 2017.

GLOBORURAL. **Exposição propõe alternativas para segurança de coletores de açaí**. Disponível em: <<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Sustentabilidade/noticia/2018/09/exposicao-propoe-alternativas-para-seguranca-de-coletores-de-acai.html>>. Acesso em: junho de 2019.

GLUSZEVICZ, Ana Cristina. MARTINS, Solismar Fraga. **Conceito de centralidade urbana**: estudo no município de pelotas, RS. 2013.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2010.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Condição pós-moderna:** Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

_____. **A produção capitalista do espaço.** Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O Desenvolvimento Geográfico Desigual.** In: _____. Os limites do Capital. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Cidade Rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. Tradução: Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOMMA, A. K.; et al. **Açaí:** Novos desafios e tendências. Amazônia. Ciência & Desenvolvimento. Belém, v. 1, n. 2, jan./jun. 2006.

LEFEBVRE, Henri. **La Producción del Espacio.** Prólogo de Ion Martinez Lorea. Tradução: Emílio Martinez Gutierrez. Madrid: Capitán Swing Livros, 1974.

_____. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LENCIONI, Sandra. **Reestruturação:** uma noção fundamental para o estudo das transformações e dinâmicas metropolitanas. VI Encontro de Geógrafos da América Latina, 1998. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Teoriaymetodo/Teoricos/856.pdf>>. Acessado em: 13 de setembro de 2018.

LIMA, R. S. **Na safra e na entressafra do açaí:** usos do território e modo de vida da população ribeirinha do baixo Rio Meruú (Igarapé-Miri/PA). Belém-Pa, março-2015.

LOBATO, Cesarina Corrêa; SOARES, Crisálinda Pantoja. **Prismas Sobre Educação em Cultura em Igarapé-Miri no Século XX.** Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2001.

LOBATO, Eládio. **Caminho de Canoa Pequena.** 3ª ed Belém: Nazaré, 2007.

MACHADO, Lia Osório. **Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira.** Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 109-138, 1999

MENEZES, M. N. A; GUERRA, G. A. D; **Exploração de madeiras no Pará:** semelhanças entre as fábricas reais do período colonial e as atuais serrarias. Caderno de ciência e tecnologia. Brasília, pag. 123-14. Set/dez, 1998.

MOURÃO, L. **Do açaí ao Palmito:** uma história ecológica das permanências, tensões e rupturas no estuário amazônico. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 1999. Tese de Doutorado.

NAHUM, João Santos; FERREIRA, Luzivan dos Santos Gonçalves. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA NOÇÃO DE GÊNERO DE VIDA NA GEOGRAFIA. **REVISTA IHGP**, v. 2, n. 01, 2015.

OLIVEIRA, Agostinho Monteiro Gonçalves d'. **Chronica de Igarapé'-Miry**. Belém: Imprensa Oficial, 1899.

OLIVEIRA, J. A. **As cidades da natureza, a natureza das cidades e o controle do Território**. Manaus: Universidade federal do Amazonas, 2014.

PARÁ, Carlos. Revista PPZ 2165. DRT/PA. 2018.

PEREIRA. E. A. **As encruzilhadas das territorialidades ribeirinhas**: Transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina Paraense. Tese de doutorado. Niterói. 2014.

PIMENTEL. G.T. **Formação socioespacial do município de Igarapé-Miri-Pa e sua periodização**. Trabalho de conclusão de curso. Belém-Pa. 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2010.

RODRIGUES, Ana Cláudia Pinheiro. **Políticas de habitação de interesse social no Brasil, e no Pará**: um estudo de caso no conjunto habitacional açai lar 1-município de Igarapé-miri/PA. 2018.

SOJA, Edward Willian. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 323p.

SANTIAGO, J. **Igarapé-Miri**: A verdadeira terra da cachaça. Belém: FCPTN, 2013.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 54, p.35-59, jun de 1977.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

_____. **Espaço e Sociedade**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

_____. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **A Natureza e seu Espaço**: técnica e tempo – razão e emoção. São Paulo. Hucitec, 1996.

_____. **A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA. M.N.A. **O mix de produtos como estratégia competitiva das agroindústrias de polpa de frutas do Estado do Para**. Dissertação de mestrado. 2004.

SILVEIRA, Maria Laura; SANTOS, Milton. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, M.E.B. **Multi(poli)centralidade**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1996.

_____. **A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana**. Território. Rio de Janeiro: ano III, nº 4, jan. - jun. 1998. P. 27 -37.

_____. **Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média. Presidente Prudente: Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, 2001.

SUERTEGARAY, D. **O espaço geográfico uno e múltiplo**. Scripta Nova. Barcelona, n. 93, 2001.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. **Geopolítica Portuguesa, Controle e Formação Territorial na Amazônia dos séculos XVII-XVIII**: os fortes, as missões e a política pombalina. VI Congresso da Geografia Portuguesa Lisboa, 17-20 de Outubro de 2007.

TRINDADE JR, S. C. **Diferenciação espacial e formação de sub-região**: o baixo Tocantins na Amazônia oriental. In SILVEIRA, M. R (ORG); LAMOSO, L.P (ORG); MOURÃO, P. F. C. (ORG). Questões nacionais e regionais do território brasileiro. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2009. 351 p.

_____. **A cidade e o rio na Amazônia**: mudanças e permanências face as transformações sub-regionais. Revista terceira imagem Amazônia, vol. 1. 2012.

_____. **Das “Cidades na Floresta” às “Cidades da Floresta”**: Espaço, Ambiente e Urbanodiversidade na Amazônia Brasileira. **PAPER DO NAEA 321**. Dezembro de 2013.

WALLACE, A. R. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro (1823-1913)**. Notas de Basílio de Magalhães. Brasília, Edições do Senado Federal, 2004.

APÊNDICE**FORMULÁRIO DE PESQUISA – AGENTES SOCIAIS DA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ DA LOCALIDADE CATIMBAUA – IGARAPÉ-MIRI – PARÁ: PRODUTORES.**

1. Nome: _____ Idade: _____

2. Sexo: [] Masculino [] Feminino

3. Naturalidade (Município de Nascimento): _____

4. Grau de Escolaridade:

[] Analfabeto

[] Sabe ler e escrever

[] Fundamental Completo

[] Fundamental Incompleto

[] Ensino Médio Completo

[] Ensino Médio Incompleto

[] Curso Superior incompleto

[] Curso Superior Completo

5. Qual o Município onde morava antes de vir para esta localidade?

6. Quanto tempo vive na localidade?

7. Casado ou solteiro? Quantos membros na família?

8 - Possui casa própria? Qual o material de construção predominante?

9- Quantos cômodos na casa?

10 – Quantos eletrodomésticos? Possui tv a cabo?

11- Comparada a sua primeira moradia, qual sua avaliação em relação a atual casa?

12- Qual a principal fonte de renda?

13 – Qual a fonte de renda secundária?

14 - Qual o tamanho do terreno para cultivo do açaí?

15- Quantas rasas de açaí são vendidas por mês, em média, no pico da safra?

16- Qual o valor, em média, da rasa com 30 quilos no pico da safra?

17- Quantas rasas são vendidas, em média, por mês no período entressafra?

18- Quanto é vendida, em média, a rasa com 30 quilos na entressafra?

19- Existem estratégias para a geração de renda na entressafra?

20 – É beneficiário de algum programa social de transferência de renda do governo federal?
Qual?

21- Existem cooperativas entre os produtores?

22- Existe escola na localidade? Qual o nível? Quantas?

23- Existe unidade de saúde na localidade?

24- Existem técnicos de enfermagem na localidade?

FORMULÁRIO DE PESQUISA – AGENTES SOCIAIS DA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ DA LOCALIDADE CATIMBAUA – IGARAPÉ-MIRI – PARÁ: PECONHEIROS.

1. Nome: _____ Idade: _____

2. Sexo: [] Masculino [] Feminino

3. Naturalidade (Município de Nascimento): _____

4. Grau de Escolaridade:

[] Analfabeto

[] Sabe ler e escrever

[] Fundamental Completo

[] Fundamental Incompleto

[] Ensino Médio Completo

[] Ensino Médio Incompleto

[] Curso Superior incompleto

[] Curso Superior Completo

5. Qual o Município onde morava antes de vir para esta localidade?

6. Quanto tempo vive na localidade?

7. Casado ou solteiro? Quantos membros na família?

8 - Possui casa própria? Qual o material de construção predominante?

9- Quantos cômodos na casa?

10 – Quantos eletrodomésticos? Possui tv a cabo?

11- Comparada a sua primeira moradia, qual sua avaliação em relação a atual casa?

12- Qual a principal fonte de renda?

13 – Qual a fonte de renda secundária?

14 – Qual o tipo de contrato de trabalho?

15 – Quantas horas, em média, costumam trabalhar no açaiçal?

16 – Qual a forma de pagamento? Diária? Mensal?

QUESTIONÁRIO SOBRE OS AGENTES SOCIAIS DA CADEIA PRODUTIVA DO
AÇAÍ: ATRAVESSADORES.

ENTREVISTADO: _____

- 1- Qual a origem da produção comprada (localidade)?

- 2- Qual o destino da produção comprada?

- 3- Qual o valor da rasa comprada junto ao produtor?

- 4- Qual o valor da basqueta vendida para agroindústria?

- 5- Quantas rasas são compradas diariamente na safra?

- 6- Quantas basquetas são vendidas diariamente na safra?

- 7- Possui meios de transporte para a compra e venda do açaí?

- 8- Revende o açaí em outra cidade?

- 9- Possui outra fonte de renda?

- 10- Possui família? Casa própria? Filhos?

QUESTIONÁRIO SOBRE OS AGENTES SOCIAIS DA CADEIA PRODUTIVA DO
AÇAÍ: CARREGADORES.

ENTREVISTADO: _____

1. Nome: _____ Idade: _____

2. Sexo: Masculino Feminino

3. Naturalidade (Município de Nascimento): _____

4. Grau de Escolaridade:

Analfabeto

Sabe ler e escrever

Fundamental Completo

Fundamental Incompleto

Ensino Médio Completo

Ensino Médio Incompleto

Curso Superior incompleto

Curso Superior Completo

5- Casado ou solteiro? Quantos membros na família?

6- Possui casa própria? Qual o material de construção predominante?

7- Quantos cômodos na casa?

8 – Quantos eletrodomésticos? Possui tv a cabo?

9- É beneficiário de algum programa social de transferência de renda do governo federal? Qual?

10- Qual a forma de contrato junto ao atravessador?

11- Qual a forma de pagamento?

12- Qual o tempo de trabalho?

FORMULÁRIO DE PESQUISA SOBRE AS AGROINDÚSTRIAS DE DESPOLPAMENTO DE AÇAÍ EM IGARAPÉ-MIRI.

ENTREVISTADO: _____

- 1- Quando as agroindústrias foram instaladas na cidade de Igarapé-Miri? Qual foi a primeira?

- 2- Quantas basquetas são despulpadas diariamente na época da safra (em média)?

- 3- Qual o valor da produção de polpa vendida diariamente, mensalmente, anualmente pela agroindústria?

- 4- Existe produção de outros produtos além da polpa? Qual?

- 5- As agroindústrias possuem terreno de plantio próprio?

- 6- As agroindústrias recebem financiamento de algum banco?

- 7- Qual o principal espaço de origem do açaí comprado pelas agroindústrias?

- 8- Quais os principais destinos da polpa produzida?